



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI – BANESPA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 001393/01	DATA: 21/11/2001
INÍCIO: 15h20min	TÉRMINO: 20h36min	DURAÇÃO: 5h16min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 5h22min	PÁGINAS: 130	QUARTOS: 32
REVISORES: CÁSSIA, ESTELA, GILZA, GRAÇA, J. CARLOS, MYRINHA, YOKO, ZUZU		
SEM SUPERVISÃO		
CONCATENAÇÃO: MÁRCIA		

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Ex-Presidente do Banco do Estado de São Paulo —
BANESPA.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo;
Houve apresentação de transparências;
Há oradores não identificados;
Há intervenções inaudíveis;
Há expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 20ª reunião desta CPI. Tendo em vista a distribuição de cópias das atas da 15ª, 16ª, 17ª, 18ª e 19ª reuniões a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade de suas leituras.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL – Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Dispensada a leitura das atas, a pedido do Deputado Bispo Wanderval. Em discussão as atas. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discuti-las, passamos à votação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovadas. Expediente. Fiz distribuir cópias das correspondências recebidas pela CPI, as quais encontram-se à disposição dos senhores membros para análise na Secretaria da Comissão. Quero salientar o recebimento do Ofício nº 640, do Deputado Neuton Lima, suplente desta Comissão, por meio do qual justifica sua ausência à reunião realizada em 31 de outubro próximo passado. Quero destacar também o recebimento do Ofício nº 332, do Deputado Marcelo Barbieri, por meio do qual justifica suas ausências à reunião de 22 de agosto passado, data da instalação da Comissão, e às reuniões dos dias 6, 7 e 8 de novembro passados. Quero também esclarecer aos Srs. Deputados que chegou e está à disposição dos Srs. Deputados cópia da ata da reunião do Banco Central, que decidiu pelo provisionamento dos créditos que o BANESPA tinha em relação ao Governo do Estado. A ata não está muito mais completa do que o ofício que tivemos oportunidade de ver. Ordem do Dia. Item 1, apreciação de requerimentos. Item 2, audiência pública para tomada de depoimento, na qualidade de testemunha, do Sr. Carlos Augusto Meinberg, ex-Presidente do BANESPA. Vamos ao Item 1 da pauta. Sobre a mesa Requerimento nº 30, dos Deputados Marcelo Barbieri, Ricardo Berzoini, Iara Bernardi e Luiz Antonio Fleury, que requer seja intimado, na qualidade de testemunha, a prestar depoimento nesta CPI, o ex-Diretor-Presidente da FIPECAFI, Sr. Eliseu Martins. Em votação. *(Pausa.)* Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 32, do Relator, Deputado Robson Tuma, que requer seja prorrogado o prazo de funcionamento da Comissão por mais sessenta dias. Em votação. *(Pausa.)* Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Item 2 da pauta. O Sr. Carlos Augusto Meinberg já se encontra à



mesa. Esta audiência pública decorre da aprovação do Requerimento nº 4, do Deputado Ricardo Berzoini, aprovado em 4 de setembro passado. Quero lembrar que cada Deputado inscrito, ao fazer suas indagações, terá direito à réplica e à tréplica, assim como o terá o depoente. A presente reunião destina-se à oitiva de testemunha. Portanto, solicito ao Sr. Carlos Augusto Meinberg que preste o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Solicito que todos fiquem de pé, para ouvir o juramento.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, quero advertir o depoente das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal: Art. 342: Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral. Pena: reclusão de um a três anos e multa. Com a palavra o Sr. Carlos Augusto Meinberg, por até vinte minutos, caso queira fazer uso da palavra antes de responder às perguntas dos Srs. Deputados. Quero esclarecer ao depoente que, se houver necessidade de mais tempo, poderemos inclusive prorrogar esse tempo. Com a palavra o Sr. Carlos Augusto Meinberg.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Saúdo o Exmo. Presidente, Dr. Fleury, o Exmo. Sr. Relator, Robson Tuma, os demais Deputados aqui presentes e a imprensa que também nos acompanha. Eu tomo a liberdade, Sr. Presidente, no início deste depoimento, de pedir a V.Exas. que assistam a pequeno trecho de um videotape, por favor. Trata-se de trecho do programa **Roda Viva**, da **TV Cultura**, levado ao ar em 25 de setembro de 1995.

(Exibição de vídeo.)

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL – Sr. Presidente, gostaria que fosse aumentado o volume.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Vamos voltar um pouquinho e aumentar o volume. *(Pausa.)* Está bom.

(Exibição de vídeo.)

“O SR. CIRO GOMES – *E eu quero dizer isto aqui porque eu critiquei quando isso estava acontecendo no*



Governo Quéricia, no Governo Fleury. Eu via isso acontecendo e eu denunciei publicamente essas coisas. Fui processado pelo Quéricia, fui processado pelo BANESPA, na Justiça. Eu dizendo...”

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Realmente, foi por mim.

(Exibição de vídeo.)

“O SR. CIRO GOMES – ...o que estava acontecendo e se tentou passar para a opinião pública de São Paulo que eu teria uma animosidade contra o povo do Estado de São Paulo, a pretexto de não responder o que eu estava dizendo. Estavam fazendo o maior crime que se poderia cometer contra o povo de São Paulo. A situação de São Paulo, hoje, é a seguinte: arrecadação, 1 bilhão e 200 milhões de reais — com o Covas, porque estava bem mais baixa do que isso; a dívida de São Paulo, a dívida mobiliária cresce, por mês, 1 bilhão, ou seja, toda a receita, menos 200 milhões, seria comida totalmente só para pagar o que cresce a dívida, sem pagar nada do juro principal. Mais isso não é o mais grave. Noventa e sete por cento da receita dos 1 bilhão e 200 é a folha de pessoal. O que se fez com o Estado de São Paulo, e, portanto, ao Brasil, porque o Brasil precisa de São Paulo, o Brasil precisa que São Paulo esteja equilibrado, o Brasil precisa que São Paulo esteja liderando, como sempre liderou o processo de desenvolvimento do País. Hoje, São Paulo é um buraco negro, não só para os paulistas, mas para o Brasil. Então, o que é que se faz com o BANESPA? Só tem um jeito...”

O SR. PEDRO GAFARDO – Vender o patrimônio, que, aliás, é a proposta do Governador.

O SR. CIRO GOMES – ...sanear o patrimônio.

O SR. PEDRO GAFARDO – Entregar o patrimônio do Estado.



O SR. CIRO GOMES - *Mas tem ser de uma forma objetiva. Você não pode pegar uma usina hidrelétrica que pertence à União e está dada em concessão ao Governo de São Paulo — essa concessão termina em 97 — renovar e dizer que é um ativo para trocar por passivo.*

O SR. FRANCISCO PINHEIRO – *E no Econômico, o senhor acha que o Governo agiu certo?*

O SR. CIRO GOMES - *Agiu certo. Agiu certo. Aliás, agiu certo, atrasado. Não por culpa do Presidente, culpa do Banco Central, que não é flor que se cheire.*

O SR. LUIZ NASSIF – *Mas é por isso que eu queria entrar neste ponto aqui. Quando o Banco Central começa a adotar a política de compulsório, no ano passado, para reduzir demanda e tudo, automaticamente, com aquela política de juros e de compulsório, o BANESPA e o Econômico, desde o ano passado, eles já estavam numa situação que exigiria uma intervenção do Banco Central.*

O SR. CIRO GOMES – *Mas eu decretei a intervenção do BANESPA.*

O SR. LUIZ NASSIF – *Mas no último dia do ano.*

O SR. CIRO GOMES – *Último dia, quando foi possível fazer, porque o Banco Central desacatou o que eu mandei fazer.*

O SR. LUIZ NASSIF – *Era um quadro que já estava...*

O SR. CIRO GOMES – *O Banco Central não fez quando eu mandei.*

O SR. LUIZ NASSIF – *Mas quando o senhor mandou fazer?*

O SR. CIRO GOMES – *Na primeira semana quando eu entrei.*

O SR. LUIZ NASSIF – *Mas o senhor era o dono, era o chefe do Banco Central.*

O SR. CIRO GOMES – *Chefe em termos.*



O SR. LUIZ NASSIF – *Como não?*

O SR. CIRO GOMES – *Porque, institucionalmente, o Banco Central é autônomo para fazer a política monetária*

...

O SR. CELSO PINTO – *O que o senhor recomendou ao Banco Central fazer?*

O SR. CIRO GOMES – *Fazer a intervenção.*

O SR. FRANCISCO PINHEIRO – *Em que teor?*

O SR. CELSO PINTO – *Em que termos? Exatamente nos termos em que aconteceu?*

O SR. LUIZ NASSIF – *Verbalmente?*

O SR. CIRO GOMES – *Fazer a intervenção.*

O SR. FRANCISCO PINHEIRO – *E por que o senhor não denunciou isso, que o Banco Central não cumpria?*

O SR. CIRO GOMES – *E como é que eu denuncio se sou o Ministro? E nem era o caso. O Banco Central recebeu uma determinação minha, acatada pelo Presidente Itamar Franco, comunicada ao Presidente Fernando Henrique, para fazer a intervenção, para fazer o saneamento. A partir daí começou a se preparar para fazer. O que me comove não é que eles negaram fazer. O que me comove é que demoraram demais para fazer. Mas fizeram.*

O SR. CELSO PINTO – *O Presidente era o Ministro Pedro Malan.*

O SR. LUIZ NASSIF – *Sr. Ministro, como lembra o Celso, era o Pedro Malan...*

O SR. CIRO GOMES – *Exatamente, o Pedro Malan.*

O SR. MATINAS SUSUKI – *E por que ele não cumpriu?*

O SR. CIRO GOMES – *Disseram para mim que estavam preparando e que o banco BANESPA era uma crise muito séria, porque era sistêmico, era o terceiro banco do País. O primeiro socorro que foi feito, depois, trouxeram de volta os bancos privados para fazer, pusemos o Banco do*



Brasil contra a minha opinião também, como anteparo do risco. Em seguida, fomos preparando a intervenção. O que eu acho é que demorou demais.

O SR. CELSO PINTO – O senhor pensou em liquidar o BANESPA?

O SR. CIRO GOMES – Hein?

O SR. CELSO PINTO – O senhor chegou a pensar em liquidar o BANESPA, não?

O SR. CIRO GOMES – Liquidar não era o caso.

(Não identificado) – Ministro, falando em privatização, sempre vêm críticas do PFL dizendo que o ritmo das privatizações está muito lento...

O SR. CIRO GOMES – Está lento.

(Não identificado) – ...e qual é sua opinião sobre isso? Como é que o senhor vê a privatização da Vale, que é o grande...”

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – O trecho que queria mostrar aos senhores foi esse em que o Ministro da Fazenda de então teria declarado, no programa **Roda Viva**, de 25 de setembro de 1995, que, na primeira semana em que ele assumiu o Ministério da Fazenda, determinou que o BANESPA sofresse uma intervenção. Há um dito popular brasileiro que diz que apenas o peru morre de véspera.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Só um minuto, Dr. Meinberg. Esse é o trecho da entrevista que o senhor queria que nós víssemos?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu vou lhe dar a fita inteira.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Se o senhor não sentir constrangimento, o senhor me dê a fita, ou vou pedir para **TV Câmara** fazer cópia, porque quero ver a íntegra da...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sr. Deputado, vou lhe dar não apenas aquele...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Queria aquele lá.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Ah, sim. Pois não.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E que a cópia seja feita para todos os membros da Comissão.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu vou fornecer mais algumas. Não sei se é regimental. (*Pausa.*) Se for possível, Sr. Relator e Sr. Presidente, ficarei aqui, porque vou ter de usar sistema de transparências. Quero dizer o seguinte: há um dito popular que diz que o peru morre de véspera. O BANESPA sofreu a sua intervenção na véspera do fim do ano, só que teve a encomenda da sua morte quatro meses antes, como está aqui anunciado pelo ex-Ministro da Fazenda, Sr. Ciro Gomes. Mas, senhores, vamos à verdade histórica. O assunto BANESPA tem sido tratado de forma inadequada por algumas pessoas, e até por pessoas tidas como técnicas, levando a opinião pública a raciocínios não condizentes com a verdade sobre as causas dos problemas. Para se entender banco em geral, precisamos conhecer duas frases que expressam realidades inquestionáveis. Banco é uma relação de confiança. Banco é fidúcia. Na hora em que se quebra a credibilidade, a confiança sobre aquela instituição, ela não sobrevive. Da mesma forma, poderíamos dizer que nada é mais arisco nesta vida do que dinheiro. Quem tem dinheiro, se percebe alguma dúvida com uma instituição financeira, imediatamente, retira, suas importâncias daquele banco. Nós vimos aqui um Ministro dizendo que, na primeira semana em que assumiu o Ministério, determinou a intervenção do BANESPA. Isso é abalo de credibilidade da instituição. No decorrer das nossas explanações essas frases vão ser lembradas.

(*Apresentação de transparências.*)

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG - A questão técnica determinante da intervenção federal: foi o Ato-PRESI nº 165.

(*Intervenção inaudível.*)

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG - De qualquer forma, vou ter cópias dessas transparências que vou entregar ao Sr. Relator. Foi o Ato-PRESI nº 165 — é o código dos atos do Presidente do Banco Central —, firmado em 30 de dezembro de 1994, que formalizou a decretação do Regime de Administração Especial Temporária, comumente conhecida como RAET, no BANESPA, e nomeou representantes para integrar o seu Conselho Diretor. Fundamentou-se em aspecto meramente financeiro, tendo em vista incapacidade financeira de honrar compromissos assumidos, com infringência das normas referentes à conta Reserva



Bancária, mantida no Banco Central do Brasil. Isso consta do texto. Realmente, o BANESPA, na noite de 29 para 30 de dezembro, deixou de cumprir com as normas nas reservas bancárias junto ao Banco Central do Brasil em 1 bilhão, 311 milhões, devido a uma série de fatos e fatores. Dentre esses fatos, vivíamos a implementação de um plano de estabilização econômica — Plano Real —, que impunha ao Brasil um grande arrocho monetário, que visava, acima de tudo, ao real ajuste daquele plano — estava com dificuldade de enxergar à distância — de estabilização econômica. Por conta disso, dentre os fatores destacamos o aumento do compulsório bancário sobre toda a sorte de recursos, de forma que exigia de todos contenção em sua movimentação bancária e financeira. A explicação correta para essa crise de liquidez, que criou uma momentânea crise de fluxo de caixa no BANESPA, não é difícil de ser compreendida. Nós vamos vê-la agora. O primeiro fato foi uma forte contração monetária do plano econômico, que diminuiu os recursos disponíveis no mercado para o banco. Vejamos, nós tivemos, naquele período de junho a dezembro de 1994, um recolhimento adicional de depósitos compulsórios da ordem de 1,4 bilhões; tivemos um impacto da dívida mobiliária estadual...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Dr. Meinberg, o senhor vai distribuir cópia desse documento que o senhor tem na mão?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu tenho cópias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Porque se o senhor tiver cópia e nós distribuirmos aos Srs. Deputados, fica mais fácil de acompanhar o raciocínio.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Perfeito. *(Pausa.)* Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Pode continuar.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Então, como eu dizia, o primeiro problema que o BANESPA viveu naquele período foi uma forte contração monetária do plano econômico, diminuindo os recursos disponíveis no mercado para o banco. Nós tivemos só de aumento de compulsórios bancários — depósitos que o BANESPA era obrigado a fazer junto ao Banco Central — um adicional de 1,4 bilhões de reais. Eu quero lembrar que naquela ocasião a relação dólar/real era de 0,85 para 1, ou seja, quando falávamos em 1,4 bilhões de reais, nós estávamos falando, naquela ocasião, em alguma coisa da ordem de 1,8 ou 2 bilhões de dólares



— que é muito dinheiro em qualquer lugar do mundo. Nós tivemos dificuldades para financiar a dívida estadual cetipada, da ordem de 1 bilhão de reais; tivemos um impacto da dívida mobiliária municipal da cidade de São Paulo, selicada, da ordem de 400 milhões de reais; tivemos, setembro, outubro, novembro e dezembro, perda de 800 milhões de reais em depósitos — CDB, RDB e poupança. Nós tivemos ainda outros vários impactos em toda essa teia de problemas que surgiram, que montam a mais 1,4 bilhões. Ou seja, nós perdemos 5 bilhões de recursos, com base em uma situação específica gerada por um plano econômico. Ao mesmo tempo, o acordo de consolidação das dívidas do Estado de São Paulo, firmado com o Governo Federal em meados de 1992, que determinava a amortização da carteira de empréstimos em doze anos, mostrou-se extremamente rígido com o novo ambiente gerado pelo Plano Real, devido à impossibilidade de geração de caixa em velocidade suficiente para atender aos recursos exigidos pela política monetária em vigor no segundo semestre de 94. O que quero dizer com isso é o seguinte: de um lado, houve uma providência da autoridade monetária imprimindo restrições à movimentação bancária e financeira em geral, que gerou um impacto negativo, saída de caixa para o BANESPA de 5 bilhões, naquele período de seis meses. E, ao mesmo tempo, nós tínhamos, do lado da posição ativa do banco, ou seja, de empréstimos, uma carteira onde 79% dela eram créditos junto ao Estado e estavam financiados por doze anos. Ou seja, nós não conseguíamos diminuir o volume das operações com o Estado, e, em compensação, do lado da fonte de recursos, tínhamos saída.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Vou interferir, às vezes, na fala do senhor, o que não fiz com os outros, porque o senhor entregou um documento aqui de vinte e oito páginas?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E, obviamente, se eu não perguntar algumas coisas, eu não vou conseguir matar algumas curiosidades relacionadas a ele.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Por favor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor está citando esses fatos para justificar o porquê de o banco BANESPA ficar com o problema?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu entendi que deveria falar das causas da determinação do Regime de Administração Especial Temporária no



BANESPA. Então, vou apresentar o fato jurídico, que foi o Ato-PRESI nº 165. Depois, vou apresentar os aspectos técnicos que levaram a isso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E esses que o senhor está apresentando o senhor chama de aspectos técnicos?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Ou seja, o senhor está dizendo: o banco chegou a essa situação por causa disso, disso e disso.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim, senhor. *(Pausa.)* Na verdade, a rolagem de 1992, que consolidava as dívidas, foi concebida em uma conjuntura de liquidez elevada, na qual o BANESPA tinha o espaço necessário para captar e bancar o fluxo negociado com o Estado. Isso é para ressaltar o seguinte: não é que se fez uma operação irresponsável em 92. E eu posso falar com tranquilidade, porque não estava lá em 92. Naquela ocasião, o sistema suportava esse tipo de refinanciamento da dívida. A situação específica do Plano Real determinou um arrocho monetário que inibiu a capacidade financeira do banco. Não bastasse isso, um terceiro fator contribuiu sobremaneira para as dificuldades do banco. Foi a questão das matérias jornalísticas. Não podemos deixar de considerar também uma série de matérias jornalísticas sensacionalistas que criaram clima de desconfiança sobre a verdadeira situação do BANESPA, que era, até então, de absoluta estabilidade. Lembro: banco é fidúcia — como disse no início —, e qualquer comentário mal colocado pode gerar desestabilização. Então, tínhamos um fato de caixa, gerado por um Plano Real; um fato que eram os ativos do banco, que não poderiam ser encolhidos, já que estavam prorrogados por doze anos, e tínhamos a mídia e alguns adversários do banco falando que o banco estava em dificuldades, gerando um maior arrocho monetário ainda. Diante de tal quadro, um plano econômico com forte enxugamento monetário veio a explicitar, a partir de setembro de 1994, o descompasso da rigidez da carteira de empréstimos e de seu **funding**, que era de mercado e de curto prazo, mais o efeito pernicioso de matérias veiculadas levou o BANESPA a socorrer-se de operações de redesconto junto ao Banco Central, que promoverá o motivo técnico da decretação do Regime de Administração Especial Temporária no BANESPA em dezembro de 1994 — insuficiência de recursos na conta de Reservas Bancárias mantidas no Banco Central, previstas na alínea “c”, art. 1º, do Decreto-Lei nº 2.321, de 1987, como



consta do Ato-PRESI nº 165. Destarte, mister se faz esclarecer que nunca houve, nunca houve, naquele instante, no Banco do Estado de São Paulo, patrimônio líquido negativo ou passivo a descoberto, como muitos quiseram fazer crer ou afirmaram, mas sim um mero desequilíbrio de caixa — não chamaria de mero, mas sim de um desequilíbrio de caixa —, derivado do quadro econômico daquele período específico, agravado por decisões no passado na condução da política econômica do Governo Federal. Tão momentâneo era esse quadro de dificuldades de liquidez, naquele dia 29 de dezembro, que se resolveu em vinte e quatro horas, com a intervenção e o retorno do fluxo financeiro. É impressionante: eu soube que interventores do banco teriam comentado que o fluxo voltou no dia seguinte e que permaneceu por muito tempo. Se não me engano, o Sr. Altino Cunha e o Sr. Feitosa teriam afirmado isso aqui. Vamos falar agora da questão dos números: o banco como estrutura bancária. *(Pausa.)* O que quero mostrar são três quadros. Essa parte, Deputado Robson, não tenho texto escrito. Tenho as transparências e vou explicitá-las agora. Não consta aí do texto.

(Apresentação de transparências.)

O que quero mostrar é que toda a posição de um banco tem o seu ativo e o seu passivo, aliás como toda empresa. O passivo é a forma como entra o dinheiro no banco e o ativo é como o banco empresta o dinheiro. Então, se olharmos aqui, nós vamos verificar que repasses no início — estamos falando de dezembro de 1987 e com o histórico que vou apresentar isso vai ficar muito claro — tínhamos um volume de repasses bastante expressivo, principalmente recursos de BNDES e operações internacionais. Isso foi diminuindo ao longo do tempo. Em compensação, nós fomos buscando aumento de depósitos — desculpem-me, aqui eu trabalhei a conta ativa, mas a conta passiva vale a mesma coisa. Repasses. É o mesmo desenho, olhando a conta azul. A questão dos depósitos a prazo, que estão nesta posição em cima, era pequena e foi aumentando. A questão do CDI: não existia aqui, começou a surgir em 90, e ficou significativo, representando 16% do total de recursos do banco em setembro de 1994. Então, nós tivemos uma diminuição de recursos de repasse e tivemos de nos socorrer no mercado interbancário. Foi essa reposição de recursos que fizemos. Ao mesmo tempo, nós tínhamos um estoque de operações no setor público que foi crescendo. Se olharmos para o balancete do banco de setembro de 1994, nós o veríamos dessa forma, olhando as contas do



ativo: tínhamos ativos de liquidez, 38%; um permanente de 7%; 43% do nosso ativo eram operações de crédito; 12%, câmbio e outros. Na medida em que olhamos as operações de crédito, verificaríamos que 79% delas datam de 30 de setembro de 94. Setenta e nove por cento delas eram com o setor público, enquanto que o setor privado tinha 21%. Dos 79%, que montavam 8 bilhões, 430 do setor público, 97% disso é a tal rolagem da dívida que foi feita em 1992. E apenas 3% eram outros créditos. Enquanto que na carteira do setor privado tínhamos crédito imobiliário — parece-me que é 17%. Estou com dificuldade de ler. Temos CAGER, crédito rural, câmbio, carteira de desenvolvimento e crédito imobiliário que montavam a 2 bilhões e 211 milhões. Se olharmos a contrapartida desses ativos, a conta de passivos do banco, vamos verificar que, naquela data, tínhamos: obrigações por empréstimos e repasses, 30%; provisões de câmbio e outros, 16%; operações compromissadas, 1%, e depósitos, 46%, acrescidos do patrimônio líquido do banco, que representava 7% do total desses passivos. A questão de depósito: tínhamos 11 bilhões, 324 milhões, sendo que 44% — deixem-me ler aqui, porque não estou conseguindo enxergar bem — depósito a prazo; CDI, 30%; depósito à vista, 6%; e setor de poupança, 20%. No depósito a prazo, tínhamos uma significativa contribuição dos depósitos judiciais, que montavam, dos 4 bilhões e 900 milhões de depósito a prazo, nós tínhamos 29% relativo a depósitos judiciais. Então, esta era a fotografia do banco em 30 de setembro de 94. Não dá para dizer que esse banco estivesse doente. Ele estava em ordem. Ele equilíbrio em suas contas. Ele estava perfeito. Não havia problema nenhum. E os senhores vão verificar, em seguida, que o banco estava sendo bem administrado. Falemos agora com das operações com o setor público. A situação rígida que o Estado de São Paulo enfrentava foi gerada pela combinação, ao longo de várias décadas, de políticas induzidas de desenvolvimento e de endividamento do setor público. Nesse sentido, podemos citar o Governo do Paulo Egydio, que utilizou empréstimos externos; do Dr. Paulo Maluf, que realizou obras de infra-estrutura; Dr. Franco Montoro, que trocou a dívida externa por interna. Pode-se verificar que nessa tortura nós tivemos uma diminuição de repasses e um aumento de operações nacionais. Foi justamente quando ele teve que nacionalizar — e eu vou contar a história —, ele teve que nacionalizar essas operações de empréstimos externos. Bem como o Dr. Orestes Quécia, que pagou o funcionalismo. E, finalmente, o Governo do Dr. Luiz Antonio Fleury Filho, que



consolidou a dívida do Estado, rolando-a por doze anos. Todos, todos, sem exceção, agiram de acordo com as leis e as regulamentações vigentes à época de suas gestões, sendo o BANESPA o agente autorizado pelo Governo Federal. Portanto, a dívida do Estado de São Paulo e suas empresas tem sua origem na aplicação de políticas de desenvolvimento e de endividamento do setor público induzidas pelo Governo Federal e postas em prática pelos Governos dos Estados brasileiros nas últimas décadas, não sendo exceção à regra o Estado de São Paulo, que teve o BANESPA como agente financeiro do Tesouro de nosso Estado. Esses eventos presentes no livro “Banespa 60 anos”, editado pelo Governador Montoro, são ricamente retratados ao ser exemplificados. Dentre essas políticas, permito-me reproduzir dois eventos. Primeiro, a crise do petróleo começada em 1973, com a organização do cartel petrolífero formado pelos países árabes. Houve um pesado impacto sobre os países importadores de petróleo, até então habituados a pagar preços baixos pelo produto. Os países industrializados se ajustaram de maneira rápida, pois passaram a exportar bens e serviços aos países do cartel a preços elevados também. Esse descompasso na balança comercial entre o preço do petróleo e a não existência da contrapartida de bens e serviços, na maioria das nações de economia de mercado, foi uma das principais causas da inflação. Para o Brasil, a elevação dos preços do petróleo teve extrema influência nas relações de troca. Outro fator que trouxe dificuldade na economia brasileira foi a inflação importada trazida por essa crise. Os preços de importação se elevaram bruscamente, de cerca de 25% em 73 para 54% em 74, trazendo problemas ao nosso setor industrial. Além disso, a diminuição das exportações levou o País a aumentar o endividamento externo, facilitada pela liquidez internacional criada pela reciclagem do petrodólar. Nessa conjuntura, uma das tarefas fundamentais do Banco do Estado de São Paulo foi facilitar o acesso da economia paulista e do Poder Público estadual e suas empresas estatais ao mercado financeiro internacional. Por seu intermédio, foram realizados empréstimos de vulto às estatais paulistas, como CESP, FEPASA, DERSA, VASP, METRÔ. Segundo fato citado pelo Governo Montoro. Em setembro de 1982, a crise financeira internacional gerada pela moratória do México faz com que os bancos internacionais cortassem as linhas de crédito, fundamentalmente de curto prazo, aos bancos brasileiros no exterior. Esgotou-se aí, abruptamente, o esquema de rolagem da dívida externa brasileira via



mecanismos de créditos no mercado financeiro internacional. Entre setembro e dezembro daquele ano — 82 —, o Brasil pagou a sua dívida unicamente se valendo de suas reservas, que diminuíram rapidamente. O Governo brasileiro foi ao Fundo Monetário Internacional e, sob seu monitoramento, traçou um programa de ajuste baseado no estímulo às exportações, na redução das importações e na forte contração do consumo interno. O ano de 83 se iniciou com uma maxidesvalorização cambial, que visava ao ajustamento do cruzeiro em relação ao dólar. O Banco do Estado de São Paulo, inserido nesse quadro conjuntural, modificou sua postura, visando auxiliar o programa de ajustamento da economia. Assim, saiu, mais uma vez, em socorro às grandes estatais. Tais empresas, durante a década de 70, foram obrigadas a contrair empréstimos em dólares para auxiliar o Governo Federal na gestão da balança comercial. Eu vou repetir esse parágrafo porque acho muito importante. Tais empresas, durante a década de 70, foram obrigadas a contrair empréstimos em dólares para auxiliar o Governo Federal na gestão da balança comercial. Porém, com a mudança dos rumos econômicos, elas se viram totalmente impossibilitadas de rolar os empréstimos que começaram a vencer. Coube ao Banco do Estado de São Paulo, a partir de 83, bancar junto ao Banco Central o pagamento da contrapartida em cruzeiros dos débitos vencidos, promovendo o próprio BANESPA a rolagem interna da dívida originalmente contraída no exterior. Com isso, o Banco colaborou decisivamente para a viabilidade do sistema econômico estatal. O resultado dessas políticas, conforme estudos internos do BANESPA, como agente financeiro do Estado, mostrava que o Estado tinha uma dívida de 9,4 bilhões de reais em 31 de dezembro de 94, tendo como origem os seguintes períodos. *(Pausa.)* Em 77 e 78, portanto o Governo Paulo Egydio, 0,7% daquela dívida foi contratada; de 79 a 82, Governo Maluf, 15,3%; de 83 a 86, aquele período que houve a nacionalização das dívidas, aquele refinanciamento que o Banco foi obrigado a fazer para salvar as estatais paulistas, ela gerou um financiamento no Banco de 46,5%; e no Governo Quéricia, 87 e 90, foi levantado 37,5%. Este montante de 9,4 bilhões é o resultado da quitação das operações de Antecipação de Receita Orçamentária — ARO, em fevereiro de 92 e da consolidação de toda a dívida do Estado de São Paulo para pagamento em até doze anos, com base no Voto nº 92/92, do Conselho Monetário Nacional, com fluxo de amortizações mensais, sucessivas e crescentes, ao custo de captação do



BANESPA, acrescido do **spread** mensal de 0,5%, realizado durante o Governo Fleury. Além do impacto dessa dívida bancária, o BANESPA sofria também o impacto da gestão da dívida mobiliária do Estado — 8 bilhões de reais em dezembro de 94 —, financiada diariamente no mercado e que transitava pelo caixa do Banco, segundo as normas de liquidação e de transação de títulos vigentes. Estas atribuições de gestor da dívida mobiliária pelo BANESPA foram impostas ao Governo do Estado pelo Banco Central, que determinou o encerramento das distribuidoras de valores, gestoras das dívidas estaduais, entre elas a DIVESP, distribuidora de valores, que exercia essa função, e a transferência dessas funções para o banco, num claro equívoco, expondo o BANESPA, detentor de conta de reserva bancária, aos eventuais percalços do mercado de títulos públicos até então administrados de forma estanque. Eu só vou lembrar: foi o Governo Federal, através do Banco Central, que, numa certa altura, entendeu que não deveria mais haver distribuidora de valores gestoras de dívidas em títulos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Esse **spread** de 0,5% ...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG - É o seguinte: o banco ia ao mercado... Vamos imaginar, com base hoje, que ele capitasse dinheiro a 5%. Ele acrescentaria uma diferença de 0,5% e cobraria 5,5% do Estado. Então, ele definia, ele não estava definindo qual era a taxa de juros máximos, mas estava definido o que o banco ganhava. Aí o banco era obrigado ir no mercado e por quanto ele pegava o dinheiro crescia-se esse 0,5% e recebia do Estado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E quem crescia? Era o BANESPA em relação ao Governo?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG - O BANESPA... O BANESPA pagava. Vamos imaginar: uma pessoa vem e deposita 100 mil reais. Vai pagar 5%? Então teria que devolver 105, e daria “x” tempo. O Estado tem que devolver ao BANESPA 105 e 500.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Era o lucro sobre o lucro?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG - É ... Não, era o lucro sobre o juro.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Cada um tem um lucro.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG - Sobre o juro. Não, aqui a primeira parte não é lucro do banco, era lucro do investidor, do dono do dinheiro, e a segunda parte, do banco. Apesar de essas dívidas serem expressivas, foi possível



ao BANESPA carregá-las com captação de mercado e sem a necessidade de operações de redesconto junto ao Banco Central até a implantação do Plano Real em junho de 94. Portanto, foi a partir desse instante, conforme já demonstramos, que o BANESPA passou a enfrentar uma forte crise de liquidez, culminando com a drenagem de recursos de 5 bilhões de reais no período de julho a dezembro de 1994. Quanto a operações com o setor privado, realmente, o BANESPA era um grande agente de fomento e de relações bancárias para o setor privado brasileiro; um dos maiores bancos brasileiros, segundo em volume de ativos à época — lembre-se bem, ele era o segundo banco deste País em 94 —, com uma carteira de crédito de quase 12 bilhões de reais; possuía uma rede de 611 agências e um total de 1.729 pontos de atendimento no território nacional, acrescidos ainda pelas dezessete dependências no exterior e uma subsidiária: o Banque BANESPA International S.A., em Luxemburgo. Do volume total de créditos, cerca de 9,4 bilhões eram operações com o setor público, representando cerca de 79% de suas operações, enquanto que os restantes 21%, cerca de 2,3 bilhões, referia-se ao atendimento do setor privado. O banco possuía cerca de 3,1 milhões de clientes, sendo que mais de 2,9 milhões — o número realmente é grande, e é importante que se preste atenção a ele... O banco possuía cerca de 3,1 milhões de clientes, sendo que mais de 2,9 milhões de pessoas físicas, fatia extremamente interessante para qualquer banco, um fundo de comércio fantástico. O melhor cliente que um banco pode ter é a pessoa física. As operações de crédito eram divididas, de um lado, em operações denominadas CAGER, que tratavam de cheque especial, crédito pessoal, descontos de duplicatas, e, de outro lado, os créditos que podemos considerar como especializados ou de fomento, como o crédito rural, a carteira de desenvolvimento econômico, o crédito imobiliário e o câmbio. Eu queria comentar que o BANESPA, nessa ocasião, fazia 50% da quantidade de operações de crédito rural no Estado de São Paulo, não em volume de dinheiro, mas quantidade de operações. Cinquenta por cento das operações feitas no Estado de São Paulo eram feitas pelo BANESPA. Como procedimento básico e condicional, todas as operações nasciam nas agências ou dependências do banco; passavam pelo crivo das áreas técnicas da própria agência e, quando enquadradas nas alçadas resolutivas respectivas, tanto operações da CAGER e mesmo de créditos rurais, eram processadas na própria agência. Na medida em que exigissem pareceres técnicos mais aprofundados, como



era natural e rotineiro na carteira de desenvolvimento, no crédito imobiliário e em outras carteiras, as propostas eram encaminhadas para os seus respectivos departamentos técnicos. Sempre que enquadradas nas alçadas resolutivas das agências, retornavam para a agência para o seu processamento. Quando eram de alçadas superiores, conforme os seus valores, eram encaminhadas aos gerentes regionais e, se necessário, também em função desses valores e os valores das alçadas, aos diretores de operações das áreas ou ao comitê de crédito, composto por diretores da instituição, ou mesmo ao Colegiado de Diretoria Plena, ou ao Conselho de Administração. Todas as operações, repito, todas as operações nasciam necessariamente nas agências e eram tratadas pelas áreas técnicas do banco, e eram submetidas apenas aos diretores de operações, comitês de crédito ou ainda à diretoria colegiada, quando as alçadas resolutivas das áreas técnicas e operacionais exigiam, mas, mesmo assim, sempre encaminhadas com pareceres técnicos das áreas respectivas. Cabe afirmar ainda que o Presidente não aprovava créditos, salvo como participante do Colegiado de Diretoria Plena ou do Conselho de Administração, quando, nesse caso, analisava-se as propostas e operações sempre com os pareceres de todas as áreas subordinadas, naturalmente quando seus valores se enquadravam nessas alçadas superiores. É importante destacar que o Presidente não operava direta ou individualmente, não possuía alçada resolutiva própria, o que evitava — era questão técnica —, o que evitava pressões políticas ou de qualquer outra ordem. Apesar de toda essa cautela, é óbvio...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu não entendi a observação que o senhor fez.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Para evitar pressão de qualquer sorte em cima do Presidente, que seria uma pessoa vulnerável, nós montamos uma estratégia em que o Presidente do banco não tinha alçada operacional. Ele não podia aprovar um crédito.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não podia...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Aprovar um crédito.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quem podia?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Individualmente. Operação de crédito ou era aprovada a nível de agência, dentro da alçada da agência. Vamos



imaginar que essa alçada fosse insuficiente, iria para o gerente regional. Se insuficiente, para o diretor da...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Isso é normal. Todos os bancos são assim.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Tudo assim. Era assim que era feito.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sim.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, o destaque...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor fez um destaque...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu fiz o destaque por uma única razão...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu não entendi exatamente, porque é normal isso.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Porque num banco privado, o Presidente está menos sujeito a pressões. Então é normal que o Presidente de um banco privado faça operações de crédito. No BANESPA não fazia.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O que eu entendo da instituição financeira é que todas as operações de crédito que sejam consideradas anormais, ou seja, acima de um valor que o gerente não possa, que o superintendente não possa, enfim, que são consideradas anormais, no bom sentido da palavra...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – No sentido de valores?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – ...existe uma reunião do Conselho do banco, e ele é que decide o empréstimo, seja um banco privado...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Existe um comitê acima do diretor regional, diretor...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Um Comitê de Crédito.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Um Comitê de Crédito. Acima desse Comitê de Crédito, existe uma Diretoria Colegiada; e acima dessa Diretoria Colegiada, existe um Conselho de Administração. O Presidente participa da Diretoria Colegiada — ela participava —, e participava também do Conselho de Administração.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Todos os empréstimos, com ou sem autorização do Presidente, obrigatoriamente, tinham que passar no Conselho Monetário, no Conselho de Crédito. É norma do Banco Central.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, se a alçada exigisse; se a alçada exigisse.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas isso é uma norma de todos os bancos. É que o senhor citou...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – É uma norma do BANESPA.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – É. Dos outros bancos também, pelo menos o que eu conheço de instituição...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – É que cada banco tem uma...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não necessariamente. Não existe como norma do Banco Central para os bancos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Do jeito que foi colocado, parece que foi uma questão criada pelo senhor...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, não, senhor; não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ...para não ter pressões. Isso é uma coisa normal.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, senhor. Era uma estratégia que tinha no banco e que eu achei boa, que eu achei até confortável. Não tem outro sentido. Apesar de toda essa cautela, é óbvio, não pelas notícias equivocadas ou maldosamente colocadas, mas acima de tudo pela inerência de risco nas operações de crédito em todo o sistema brasileiro e global, o BANESPA teve várias operações de difícil recuperação ou até irrecuperáveis. Mas não é verdade que montassem a cerca de 6 bilhões de reais, como alardearam alguns. Atribuo esse número à necessidade de se questionar o passado, com motivos políticos ou outros, ainda que não me caiba analisar, e ainda a uma equivocada política de recuperação de crédito, adotada pelo próprio BANESPA durante anos, que criou o que chamavam de taxa de inadimplência. Essa taxa de inadimplência era a maior taxa praticada pelo banco em qualquer modalidade ou forma, e servia para se atualizar os valores em débito das dívidas com problemas. Ou seja, era a taxa mais cara do banco para quem estava em atraso. Essa metodologia de cálculo, usando a taxa de inadimplência, servia para assustar os devedores e os induzia e estimulava ao não-pagamento



definitivo dessas dívidas. Tentamos alterá-la em nossa gestão, mas não tivemos êxito, dadas as pressões internas discordantes. Esse equívoco veio a ser sanado imediatamente após a decretação do RAET pelos interventores, conforme ato de 15 de janeiro de 1995, firmado pelo Sr. Ariovaldo D'Ângelo, Diretor interventor, titular da Diretoria Financeira, que propôs ao Conselho Diretor de Interventores e foi aprovado em reunião de 17 de janeiro. Eu estarei entregando aos senhores cópia desse documento, que pode também ser visto em reportagem da revista **Carta Capital**, na sua edição de 18 de setembro de 96, na pág. 39. Eu fiz aí uns cadernos que podem ser distribuídos também. Este número de 6 bilhões, que foi divulgado, imagino ser o resultante da aplicação dessa absurda taxa de inadimplência, indutora do calote generalizado, aplicada a todas as operações inadimplentes na história de longos anos do banco, ignorando que esses créditos estavam todos devidamente provisionados e não afetavam mais o patrimônio líquido da instituição, salvo em caso de recuperação, quando afetariam positivamente. O que quero dizer com isso é o seguinte: em algumas operações o banco teve problema. Ele debitou na sua conta de lucros e perdas, fazendo provisões. Estavam suportáveis, lucros do banco no curso dos anos, já havia feito provisões para assimilar. Dizer que essas operações foram indutoras da crise do banco, não é verdade, porque essas operações estavam todinhas provisionadas e, segundo ouvi dizer, não li o texto, parece que o Sr. Altino da Cunha teria confirmado isso. Aquela informação parece querer imputar toda uma história de décadas a uma única gestão e a um único período, ignorando que o risco é próprio da atividade bancária e que essa inerência de risco não pode ser esquecida nunca. No máximo poder-se-ia comparar o desempenho do BANESPA a bancos semelhantes. Se verificarem o Banco do Brasil e outras instituições semelhantes, perceberão que o desempenho do BANESPA é perfeitamente condizente com as suas funções. Mesmo comparado aos bancos privados, verificaremos que o BANESPA sofreu de inadimplência dos mesmos créditos que os demais bancos, privados e públicos. Não é uma condição única do BANESPA, e, sim, uma condição natural das atividades de créditos. Vejamos agora alguns quadros comparativos. Eu mostrar em seguida... Eu vou passar direto para o quadro e faço o comentário, até porque os senhores podem acompanhar aí. Vejam aqui. Isso aqui foi publicado na **Gazeta Mercantil**. Depois, se o senhor desejar, eu tenho o original, Deputado Tuma. Aqui nós estamos vendo: tem BANERJ, BANESE,



BANESPA, BARINSUL, Crédito Real, Nossa Caixa e Mercado, mercado entendido com uma média dos bancos privados. Então, o que nós temos: na questão... O BANESPA tinha rentabilidade maior que a média dos bancos, ou seja, o BANESPA tinha 15,95 de rentabilidade contra 12,18, e 10,47 contra 6,85, respectivamente. O nível de mobilização do BANESPA era melhor e menor que a média de mercado, e o seu índice de alavancagem comparável à média do mercado. O BANESPA não tinha nenhum problema de mercado até junho de 94. A liquidez apertada era questão de finanças públicas do Estado, e não do banco. Então aqui eu estou mostrando que a nível comparativo o BANESPA estava em ordem. Novamente eu vou mostrar para os senhores, agora, uma reportagem também da **Gazeta Mercantil**, em que mostra em seu texto que o BANESPA foi destaque em rentabilidade: “A rentabilidade do BANESPA, bem como os seus demais índices de balanço, era excelente até junho de 94, balanços feitos sem interferência estranha. As suas ações tiveram ótimo desempenho nas Bolsas de Valores. Até junho de 1994 continuavam sem problemas e com ótimo desempenho em geral”. Apesar desse desempenho, lastimavelmente, os ex-administradores do BANESPA foram agredidos com encaminhamentos de denúncias ao Ministério Público e propostas de ações na Justiça, como se fossem responsáveis por operações de que grande parte dos bancos brasileiros, grandes e pequenos, também participaram — nem por isso seus diretores foram igualmente maltratados e desqualificados profissionalmente. Há casos de diretores que não participaram das reuniões em que se tomou a decisão dos créditos questionados e foram, mesmo assim, arrolados e acusados, como há inúmeros casos em que se atribuiu responsabilidade a ex-diretores que apenas trataram de créditos que já se encontravam em condição de difícil recuperação, tentando recuperá-los com composição de dívidas, dilações de prazos, aumentos de garantia e outras práticas semelhantes usuais no sistema bancário. Não foram eles que deram o crédito, mas foram agredidos injustamente apenas porque tentaram recuperá-los. É como se um médico, chamado a tratar de doente terminal, após sua morte, viesse a ser responsabilizado pelo fato gerador da doença. Fala-se muito do desempenho do banco no período anterior à intervenção. Mas vejamos algumas comparações com a gestão dos interventores. Na área internacional, em que o BANESPA era um instrumento para o País, tínhamos os seguintes dados: o BANESPA tinha em dezembro de 1993 uma participação de 4,8% do mercado de câmbio brasileiro, e,



em 1996, reduziram isso para 1,5%. Veja bem, no nosso tempo o BANESPA detinha 4,8% das operações de crédito no Brasil.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quando o senhor assumiu a Presidência do banco?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG - Eu assumi a Presidência dia 19 de janeiro de 94 e estava na Vice-Presidência desde o dia... meados de agosto de 93.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Qual era exatamente essa participação em 1994?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG - Eu vou ver se tenho o dado exato. Em números, o senhor quer dizer? A porcentagem exata, em 94, eu não tenho. Não tenho, porque nós não tivemos os dados de fechamento de dezembro com a precisão que precisaríamos ter.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas esses são dados que obviamente...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG - Noventa e três. Eu estou dando aqui dezembro de 93 e vou mostrar aqui.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor não deixou eu terminar de falar. Esses são dados que obviamente, como administrador do banco, o senhor, naturalmente — e acredito que todos os administradores de bancos o façam —, analisa qual é a sua posição no mercado, todos os meses, se não o fizer em todas as semanas, para saber se o banco está ou não perdendo mercado. Certo?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG - Perfeito.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, obviamente, o senhor tem em 94...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG - Não, eu não tenho exatamente e vou explicar ao senhor. Já são decorridos quase sete anos. Esses dados eu consegui coletar após a minha vinda aqui naquele depoimento que foi cancelado. Eu não tive acesso a outros dados. Essa é uma informação que eu consegui colher agora, nos últimos quarenta dias. Então, eu não tenho dados da época. Não sei dizer. Mas não deve ser muito diferente disso não, porque o banco vinha com um ótimo desempenho. Mas eu não tenho o número, só argüindo o próprio banco. Por exemplo, aqui eu tenho o dado, 92 e 93 completo, em que termina... O banco chegou a ter 5,6% em outubro de 93, e ele era, naquela ocasião, o quarto banco em



volume de operações de câmbio. A informação que nós obtivemos de 1,5% de participação, por parte dos interventores, é fornecida por eles mesmos, aqui no segundo parágrafo. Este aqui é um jornalzinho interno do banco, editado lá, e aqui, nos 2,2 bilhões, é o volume contratado do BANESPA de operações de exportação e importação, e financeiro, até setembro de 96, o que representa 1,5% do mercado cambial brasileiro no segmento livre. Então, a informação que eu consegui, dessa data de 96, foi neste jornal, e a informação relativa a 93 eu consegui com o Vice-Presidente da época. Nós também tivemos a felicidade, parte na minha gestão e parte na gestão de Murilo Macedo, que me antecedeu, de termos êxito na colocação de eurobônus, que era uma forma de captação de recursos no exterior, em condições mais satisfatórias. Então, ainda na gestão de Murilo Macedo — isto aqui é a **Gazeta Mercantil** também —, foram captados 130 milhões de dólares numa operação de eurobônus. Depois, na minha gestão, foram captados mais 150 milhões de dólares. Ou seja, o BANESPA tinha conseguido captar volumes de 280 milhões de dólares a custos bastante interessantes. Lastimavelmente, essas operações venceram, e os interventores, apesar da facilidade que teriam de gestores junto ao Banco Central e junto ao Ministro da Fazenda, não renovaram. Preferiram não fazer nada. Além disso, eu vou mostrar para os senhores que a área internacional do banco tinha — e esses dados eu peguei no edital de venda do BANESPA; a parte deles eu peguei no edital — um total de ativos, que eles acusam, em 31 de dezembro de 99, na área externa, de 1 bilhão e 18 milhões. Como parte desses recursos são os próprios recursos do banco, é o capital próprio do banco, que são 504 milhões, então, na verdade, a captação líquida que eles tinham, que consta do documento deles, é de 514 milhões. Esse mesmo dado de 93, que consegui também com o Vice-Presidente de Operações Internacionais da época, montava a 4 bilhões, 116 milhões. Isto aqui é cópia da **Folha**. Onde é que está...? Lá em cima. Este aqui é o documento que saiu no edital de venda do banco, e fala: "Os ativos externos, 1 bilhão e 18 milhões, em 99, estiveram representados por títulos da dívida externa brasileira; 189 milhões, operações de financiamento no comércio exterior e créditos em empresas".

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - São dados da subagência de "Costa" do Leste, Paraguai, ligada à agência de Luxemburgo.

**O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – É... Não, este documento aqui...**

Isso aqui... Eu acho que trouxe o documento errado. Desculpem. Não, isso aqui não... mas eu tenho lá o documento. Eu trouxe o documento errado, desculpem, mas o quadro de recursos da época está aqui, a área exterior do banco, um balanço sintético da área exterior, também com a data de dezembro de 93. O senhor verifica que o passivo do banco, o passivo exigível, o passivo que o banco teria de devolver algum dia a alguém eram 4 bilhões, 116 milhões. Poderia citar outros dados, como, por exemplo, a expressiva importância do BANESPA no crédito rural e outras coisas que bem qualificavam o BANESPA antes da intervenção federal, mas voltarei à questão da decretação do Regime de Administração Especial Temporária e seus dados históricos e objetivos. O ano de 94 — vamos aos fatos: assumi a Presidência, como disse ao senhor, em janeiro de 94, exercendo-a até o dia 29 de dezembro de 94, após ter sido seu Vice-Presidente entre agosto de 93 e 19 de janeiro de 94. Foram exatos 345 dias no exercício da Presidência daquela casa. Podia se prever um plano de estabilização econômica desde o ano de 93, e as evidências indicavam que esse plano fatalmente afetaria a liquidez dos bancos e sua geração de receitas. Não basta ter liquidez. Precisa ter liquidez e precisa ter receita. Logo que assumimos elaboramos um plano de ação para o ano de 94, que pretendia promover todos os ajustes necessários. Era necessário... Ajustes esses decorrentes da iminência de um plano econômico; não porque o banco estivesse defeituoso, mas sim porque ele precisaria se ajustar a uma nova realidade que iria começar. Era necessário melhorar o quanto possível sua liquidez, geração de receitas e gestão de despesas. Em convenção com os funcionários em março de 94, apresentamos aquilo que denominávamos Plano de Ação 94 e que pretendia desenvolver três grandes reformas no BANESPA: reforma de ativos, reforma estrutural e reforma cultural. A reforma de ativos: busca de uma solução... são três itens: é a busca de uma solução para os créditos do banco junto ao Estado, e nós fizemos uma proposta de securitização, apresentada em projeto de lei que levamos ao Governador, que, por sua vez, enviou-a à Assembléia Legislativa. Foi retirada da Assembléia Legislativa pelo novo Governo estadual e reaproveitada, com alguns ajustes, o que permitiu criar nova lei e, por consequência, a CPA — Companhia Paulista de Ativos, que, ao contrário de nossa proposta, em vez de saldar dívidas do Estado junto ao BANESPA, serviu para equacionar débitos junto a fornecedores e prestadores de



serviço. O projeto de lei que criou a CPA, na sua questão mecânica, é exatamente igual àquele projeto que nós havíamos apresentado, se não me engano de nº 568/94, que nós apresentamos para o Governador e que foi encaminhado à Assembléia à época. Desimobilização do banco: no ano de 94, vendemos imóveis havidos em dação e pagamentos por devedores do banco, e alguns imóveis próprios que não estavam em uso. Recuperação de crédito: era um amplo trabalho desenvolvido para recuperar o crédito no ano de 94. Reforma estrutural — isso aqui foi bastante violento, porque fizemos uma redução de instâncias de decisão, de diretorias, departamentos, divisões, gerências regionais e outras funções, tanto no banco como no conglomerado. Esse projeto foi amplamente utilizado pelos interventores, que admitiram, em assembléia de acionistas, que a recuperação do banco se baseou em estudos e projetos elaborados em 94. Registre-se: consta da ata de assembléia de acionistas. Também na reforma estrutural foi o lançamento de vários produtos para atendimento de clientela e geração de receita de serviços através da tarifação, em substituição à tradicional remuneração por **floatings**, de que os bancos, em período inflacionário, se aproveitam. Os bancos são sócios da inflação enquanto ela existe, e esse juro que ele recebe da inflação alimenta favoravelmente a sua conta de lucros e perdas; na medida em que não se tenha inflação, deixa de receber isso, então tem de substituir necessariamente com receitas de serviços; é o que chamamos, no mercado financeiro, de "tarifação". Reforma cultural: era um processo didático para inserir o banco nas disputas sadias de mercado; era a preocupação com qualidade e preço dos serviços bancários; era a busca da diferenciação mercadológica no atendimento da clientela. Esse plano de ação foi revisado e projetado para o ano seguinte, 1995. E, após a decretação do RAET, eu pessoalmente entreguei ao Ministro da Fazenda, Pedro Malan, aos diretores do Banco Central, Alkimar Moura, Cláudio Mauch e Sabino — eu não me recordo do primeiro nome do Sr. Sabino —, bem como ao Secretário da Fazenda do Estado, Yoshiaki Nakano, e ao Governador do Estado, Dr. Mário Covas, e serviu de base para o trabalho dos interventores, como confirmaram naquela assembléia de acionistas. Ou seja, o projeto de recuperação do banco foi criado por nós. Na verdade, era um projeto de ajustamento, não era um plano de recuperação, que acabou ganhando essa tese aí de saneador. O relacionamento com o Banco Central e os fatos de 1994 — aqui nós chegamos a como as coisas se desenrolaram. Ao



percebermos a iminência de plano de estabilização econômica, imediatamente pedimos ao Governador que agendasse reunião com as autoridades monetárias. Estivemos em Brasília várias vezes no primeiro semestre daquele ano, sendo que, na primeira reunião, acompanhado do Governador Fleury, do Secretário da Fazenda, Eduardo Maia, nosso finado amigo, e ainda com a participação também do Presidente da Nossa Caixa, o Dr. Campelo — o outro banco que o Estado possuía. Nessas reuniões, externávamos as preocupações e apresentávamos sugestões. Elaboramos e entregamos ao Banco Central vários planos, cujas cópias vamos entregar aos senhores, Sr. Relator. Eu tenho aí, fiz cópias de todos esses planos e vou entregar ao senhor. E iniciamos sua implementação. Eu vou mostrar algumas coisas do que eram essas providências que nós levamos ao Banco Central. Nós estávamos preocupados. Era uma reunião, BANESPA e BACEN — eu não me recordo se foi exatamente nessa que o Governador nos acompanhou, mas era a pauta de trabalhos. Nós estávamos preocupados com a dívida mobiliária estadual, com a liquidez do banco comercial, com a recuperação de créditos vencidos, com quadro de pessoal, com dívida externa brasileira em poder do BANESPA, com novos mercados para a área externa, para a alienação de ativos financeiros e mobiliários, para melhor gestão dos postos de atendimento, para a reversão de resultados de agências deficitárias, para licitação e contratação de bens e serviços de informática e despesas de promoção e propaganda, obrigatoriedade de entrega de talão de cheques. Essa aqui era a pauta que nós levávamos ao Banco Central naquela ocasião. Nessa linha, liquidez do banco comercial, nós teríamos as seguintes sugestões feitas — eu estou mostrando isso porque, se isso aqui fosse atendido, o banco não teria enfrentado as dificuldades de liquidez. Nós fizemos aqui várias propostas. A primeira era a possibilidade de cumprimento... Eu vou ler aqui, no meu texto, porque acho que está mais... Para ficar mais fácil, eu vou mostrar e darei cópias, depois, ao Sr. Relator e ao Sr. Presidente. Essas são para dar a liquidez do banco comercial, mas eu vou depois ler o texto sintético disso daí. Falávamos também da questão da dívida mobiliária, que era um problema grave do banco; na dívida mobiliária estadual fizemos também várias sugestões, que vou ler, no tal elenco que eu já tenho pronto, mas essas cópias eu vou dar aos senhores. Por volta de maio de 94, o então Governador do Ceará, Dr. Ciro Gomes, em entrevista a um jornal paulista, o **Jornal da Tarde**, ao jornalista Celso Ming —



realmente, isso aqui é um dado do que aconteceu —, ele disse a certa altura, naquela matéria do vídeo, que ele havia sido acionado pelo BANESPA. Ele foi acionado pelo BANESPA por causa disto: de graça, sem conhecer a história do banco, ele disse ao jornalista Celso Ming, em maio de 94, que o BANESPA estava quebrado. Imediatamente reagimos, entramos com uma interpelação judicial e pedimos a publicação de uma nota de resposta pelo jornal, o que foi feito prontamente pelo Celso Ming e pelo **Jornal da Tarde** — "O BANESPA responde". Depois eu dou o texto. Então, imediatamente, através do Jurídico do banco, assinei uma interpelação...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E a interpelação judicial? Qual foi o resultado dela?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – O resultado consta do meu texto agora, aqui: imediatamente, através do Jurídico do banco, assinei uma interpelação judicial para que se explicasse. Apesar das providências, dada a distância burocrática — porque, realmente, um documento para sair de São Paulo e chegar em Fortaleza perde muito tempo —, e talvez pela sua mudança para Brasília, na condição de Ministro da Fazenda, não me consta que tenha sido sequer citado, embora acredito que tivesse conhecimento do fato, uma vez que respondia ao mesmo jornalista que havia escrito a matéria para que colocasse a nossa resposta em idêntico espaço. Ele admite que ele sabia; eu não sei se chegou a ser citado, até porque eu não acompanhava os procedimentos internos do Departamento Jurídico, mas eu tenho a impressão de que ele chegou a ser citado, porque ele acusa que foi acionado. Naquela época, tivemos sucessivas reuniões com o Banco Central, quando propúnhamos alternativas que permitissem ao BANESPA enfrentar o arrocho monetário esperado no Plano Real. Participavam, pelo Banco Central, seu Presidente, Pedro Malan, e os diretores Cláudio Mauch, Alkimar Moura e Sabino, além de alguns auxiliares. Tratávamos de vários assuntos, mas principalmente da questão de liquidez. Propusemos, entre outras coisas... Aqui, a tal síntese de que eu falei, daquelas folhas que estão no plano e que vou entregar aos senhores também: propusemos, entre outras coisas, troca automática do montante global emitido de títulos estaduais por títulos federais, sem amortização adicional. Essa troca teria, e teve, como garantia — essa operação foi feita —, os próprios títulos estaduais avaliados pelo seu valor de face no montante igual ao valor trocado pelos títulos



federais, também avaliados em seu valor de face. Pedíamos acesso a linhas de redesconto separados para banco e para a dívida mobiliária (vemos que a dívida mobiliária, até uma certa altura, até 90, se não me engano, não estava dentro do banco, e em 90 foi transferida para dentro do banco); depósitos compulsórios do sistema financeiro compostos também por títulos públicos estaduais (era uma forma de podermos cumprir aquele recolhimento compulsório que nos era imposto); autorização... (destes dados aqui, só o primeiro foi atendido; os outros não o foram) ...autorização para registro no sistema SELIC de todos os títulos da dívida mobiliária, inclusive aqueles registrados no CETIP. Os títulos de CETIP têm menor liquidez de financiamento no mercado, e nós apanhávamos mais, e custava mais caro. Então, nós propusemos a eles que fizéssemos uma inversão, registrando todos no SELIC, mas eles não aceitaram. Pedimos para autorizar aos bancos gestores de dívidas estaduais a ampliação do percentual de aplicação em títulos estaduais nos fundos por eles administrados. Era uma forma de fazer **funding** para suportar esses títulos. Teríamos, com isso, diminuição de custos de financiamento ou de captação e maior liquidez, tanto para o banco como para a dívida mobiliária. Solicitamos ainda autorização para cumprirmos a exigibilidade de aplicação em crédito imobiliário, depósito compulsório, encaixe e outros recolhimentos junto ao Banco Central com créditos de responsabilidade do Estado e suas empresas contraídos anteriormente a dezembro de 93 e cujo prazo contratado fosse superior a um ano (ou seja, como a rolagem da dívida havia sido algo tratado inclusive em nível de Senado de Federal, Banco Central e Ministério da Fazenda, o que nós propúnhamos era que nós pudéssemos entregar essas operações no depósito compulsório para lastrear aquele recolhimento a que nós éramos obrigados; não fomos atendidos); permissão para que os fundos administrados pelo banco e coligadas financeiras pudessem compor suas carteiras no período de 1º de junho de 94 a 01/12/94, também com esses títulos; eliminação do compulsório sobre depósitos judiciais (e ele foi criado justamente no Plano Real; antes não havia, antes era livre, e era um aporte de recursos bastante significativo para o BANESPA); equacionamento das dívidas das cooperativas agrícolas a nível federal (esse era um grande problema de crédito em nível nacional; nós tínhamos várias cooperativas com problemas), e a securitização da dívida estadual, que era aquela operação de criar uma Companhia Paulista de Ativos. Se atendidos, teríamos sensível melhoria de liquidez e não teríamos tido o



problema que estamos aqui a desnudar. De tudo que propusemos e que dependia do Banco Central, praticamente, de efeito, tivemos apenas a troca de títulos estaduais paulistas por federais, de maior liquidez, que puderam ser entendidos como "quase-moeda". Tudo que dependia do BANESPA foi feito com total empenho e no limite de suas possibilidades, com acompanhamento do Banco Central, em reuniões ou por troca de correspondências. Em fins de junho começaram as trocas de títulos estaduais por federais, inicialmente com pequenos montantes. Em início de setembro assume o Ministério da Fazenda o Dr. Ciro Gomes, antigo desafeto do BANESPA. Estranhamente — e aqui são curiosidades muito interessantes, que... não posso fazer afirmações levianas, mas certas coincidências nos deixaram muito preocupados. Estranhamente, naqueles primeiros dias de setembro, recebemos um telefonema de um administrador de um grande banco brasileiro, que até então financiava diariamente títulos estaduais paulistas e municipais da cidade de São Paulo em montantes que variavam entre 2 e 3 bilhões de reais. Lembro que a relação dólar/real era favorável ao real. Quando se fala em 3 bilhões de reais, estávamos falando em 3, 5 ou 4 bilhões de dólares. Era muito dinheiro. Estranhei tal fato, que não foi acompanhado de explicações consistentes, apenas de uma ligação: que aquele banco não desejava mais financiar títulos estaduais e municipais. Telefonei então para Alkimar Moura, Diretor do Banco Central, e contei o fato. Disse-me que esperasse o dia seguinte. Veio o dia 13 de setembro. Efetivamente, não recebemos mais financiamento daquele banco, e para financiarmos a dívida mobiliária estadual na sua rolagem diária no **open market** precisamos de liquidez junto ao Banco Central, trocando títulos estaduais por federais, conforme previsto. E, por sua vez, através de Alkimar Moura, o Banco Central só autorizou a troca dos títulos estaduais por federais após as 21h, gerando providências administrativas e formais que entraram pela madrugada adentro, e tornaram-se conhecidas por todo o mercado financeiro. O que eu quero contar aos senhores é o seguinte: nós sabíamos do problema na véspera; avisamos ao Banco Central que havia essa situação; dissemos a eles: vamos trocar títulos estaduais por títulos federais para não enfrentarmos crises de liquidez. Eles retardaram a decisão. Passou-se o dia inteiro; o mercado já fechado, às 9h da noite nos autorizam trocar os títulos. Aí, nós ainda tivemos de ir buscar assinaturas em casa de Secretário da Fazenda — porque envolvia o Estado — para processar essa operação de troca, o que aconteceu às 2



horas da manhã. Ou seja, o SELIC naquele dia fechou às 2h da manhã. No dia seguinte, o Brasil financeiro inteiro sabia que isso tinha acontecido. Lembre-se: nós estamos no início de setembro; nós estamos falando do dia 13 de setembro, e nós ouvimos o Ministro falar que ele determinou a intervenção no BANESPA na primeira semana em que assumiu o Ministério. Naquele dia, zeramos as posições apenas na madrugada. No dia seguinte, nova maratona de dificuldades. O mercado se mostrou arredo, com a quebra de confiança gerada pela morosidade de providências da véspera. Tivemos grandes dificuldade para zerarmos as posições, indo ao redesconto pela primeira vez. Se essa data não foi o dia 14, foi o dia 15; enfim, foi alguma coisa que... Eu não tenho muita precisão, mas por volta do dia... logo após o dia 13, nos dias seguintes ao dia 13. Realmente, banco é fidúcia, como disse no início desta exposição, e lastimavelmente, pela forma desastrada do encaminhamento, pela autoridade monetária, das providências de troca de títulos, a credibilidade do BANESPA ficou abalada, nessa noite de 13 de setembro de 94. Naquele dia fui chamado, após as 23h, por Pedro Malan, então Presidente do Banco Central. Eu já estava em minha casa, ele ligou, e eu me desloquei para Brasília bem cedo, para uma reunião com a Presidência e a Diretoria do Banco Central, na sala do Presidente, às 8h da manhã. Consegui, pela madrugada adentro, arrumar condução, e cheguei aqui. Durante essa reunião, as autoridades do Banco Central diziam que na sala ao lado estavam representantes dos bancos privados, e que precisavam de alguma solução para o BANESPA. Em sucessivas discussões, em que a Diretoria e a Presidência daquele banco constantemente saíam para consultas — não sei dizer se aos dirigentes de outros bancos ou se a alguma autoridade —, chegamos a um ajuste, pelo qual, a partir daquela data, a GEROF do Banco do Brasil passaria a fazer a captação diária para o BANESPA, em seu próprio nome, Banco do Brasil, e a repassá-la ao BANESPA mediante remuneração de pequeno **spread**. Ele disse, a certa altura, que encostaram o BANESPA na GEROF e que ele havia sido contra. Como diriam alguns, ligaram o BANESPA nos tubos. É assim que muitos apelidaram a Operação GEROF. Apesar dessas dificuldades, caminhávamos com relativa tranquilidade até que recebemos ofício de Pedro Malan, cobrando o andamento das providências saneadoras do BANESPA para poder autorizar a continuidade das trocas de títulos estaduais por federais. Respondemos prontamente, mostrando o quanto estávamos andando na direção do que havia sido



combinado. Com essa resposta, o Banco Central, nesse fim de outubro, mais ou menos, autorizou a continuidade das trocas de títulos estaduais por federais, que eram feitas por prazo determinado e tinham, naquela ocasião, um vencimento que precisaríamos rolar. Na virada do mês de outubro para novembro, repentinamente, a GEROF passou a transferir menos dinheiro para o BANESPA, obrigando-o a ir ao redesconto, o que aconteceu, em volumes crescentes de redesconto e decrescentes das providências da GEROF, até 28 de dezembro. Nesse dia, dia 28 de dezembro, ao contrário do que acontecia sempre, recebemos aportes financeiros apenas em D-0 e nada em D-1, que seria a forma tradicional e normal da captação, em D-1. Seria em D-1. Quando se fala em D-1, é alguma coisa que espera a compensação bancária, e acontece, tem efeito financeiro, no dia seguinte. E quando se fala em D-0, é que mexe na reserva do banco no mesmo dia. Então, D-0 é reserva, D-1 é o que a gente chama de administrativo, que ocorre no dia seguinte. Então, de repente, nós, que sempre estávamos captando um dia na frente, de repente não conseguimos mais captar um dia na frente, e só captávamos os recursos necessários para a cobertura do caixa naquele mesmo dia. Preocupei-me com o fato e fui falar com Alkimar Moura, que disse que estava muito difícil. Estranha afirmação. Quem captava no mercado era a GEROF do Banco do Brasil, portanto o Governo Federal, e não o BANESPA. O mercado é um sistema de vasos comunicantes, e o dinheiro continuava a circular no sistema. Não havia, tecnicamente, o que justificasse isto: que era difícil captar recursos para a GEROF. No dia 29 de dezembro, abrimos o dia necessitando de 6 bilhões de reais. Pasmem! É isto mesmo: a nossa necessidade de caixa, no dia 29 de dezembro de manhã, era de 6 bilhões de reais. Tentei falar com Pedro Malan e fui atendido novamente por Alkimar Moura, que afirmou que estavam buscando uma solução. Apenas às 18 horas daquele dia a GEROF transferiu apenas 400 milhões de reais. Alegavam que não havia dinheiro. Novamente, não consigo entender para onde foi o dinheiro do sistema, já que temos um sistema no todo hermético e no detalhe com vasos comunicantes. Ao mesmo tempo, não consta que o Banco do Brasil tivesse qualquer restrição de crédito. Foi então que, premido pelas circunstâncias, ofereci garantias para uma operação de redesconto, tais como títulos cetipados do Governo estadual e títulos municipais da cidade de São Paulo e outros. Disseram-me que não poderiam aceitar. Normalmente, quando se faz uma operação de redesconto,



encosta-se "a colátero" uma garantia, e essa garantia são outros créditos, na forma de título ou na forma de contrato. Eles não quiseram aceitar os títulos que nós estávamos oferecendo. Ficamos sem ter o que oferecer, já que não aceitavam aquilo de bom que o BANESPA possuía. Tentei novamente falar com Pedro Malan. Não consegui. Pedi ao Governador Fleury que falasse, e este só o conseguiu após as 22 horas, e foi informado de que estavam discutindo se interviriam ou se liquidariam o BANESPA. Fui então para o apartamento de Mário Covas, que seria empossado Governador do Estado apenas três dias depois. Para surpresa minha, quando afirmei que o banco estava com dificuldades, respondeu-me que já sabia, que tinha sido visitado por alguém de Brasília dois dias antes, que era uma questão técnica, não política, e que eu me entendesse com Pedro Malan. Estranhamente, já sabia que o BANESPA ia sofrer a intervenção — é a morte de véspera —, antes mesmo de o banco deixar de cumprir as regras da conta de reserva bancária, fato oficialmente determinante da decretação de tal RAET, e antes mesmo da minha pessoa, eu que era o Presidente do banco. Quer dizer, ele já sabia há dois dias que o banco ia sofrer intervenção, que o banco ia descumprir as regras da conta de reserva bancária. Nessa altura da conversa, ainda no apartamento de Mário Covas e logo após as 24 horas, portanto já no dia 30 de dezembro, recebi um telefonema que afirmava que para o BANESPA havia sido decretado o Regime de Administração Temporária — RAET. Ou seja, foi no apartamento de Mário Covas, na sala do apartamento de Mário Covas, que eu recebi um telefonema pelo celular de um diretor, Vice-Presidente do BANESPA, que tinha recebido, por sua vez, um telefonema de Alkimar Moura comunicando que o banco havia sofrido a decretação de um RAET. Conclui-se que, logo que obtiveram condições legais e formais para apurar o descumprimento das contas de reservas bancárias, decretaram o RAET, sem perder um minuto sequer. Normalmente isso acontece no dia seguinte, de manhã, nunca à meia-noite, à meia-noite e meia. Logo cedo, no dia 30, telefonei para Pedro Malan e disse que tínhamos garantias adicionais do Governo estadual e da Nossa Caixa a oferecer como garantia de redesconto, e pedíamos que fizesse uma operação **ad valorem**, estornando os fatos da véspera, fato que é normal até hoje no sistema financeiro. Muitas vezes o banco precisa ajustar uma operação da véspera; é o que eles chamam de operação **ad valorem**, em que eles refazem o lançamento da véspera. E nós pedimos isso ao Banco Central. Lembremo-nos de



que, para efeito de público, vivíamos um feriado bancário. Dia 30 de dezembro era feriado bancário; o expediente era apenas interno. Tínhamos apenas expedientes internos para fechamentos de balanços. E Malan não aceitou. Lastimavelmente, minutos depois entraram em minha sala os interventores do RAET. Fiquei chocado. Teria sido uma manipulação? Uma indução? Por interesse de quem? Que motivos? Políticos? Econômicos? Sociais? Ideológicos? Ou quais? Eu não sabia. Mas em 25 de setembro de 95, portanto cerca de nove meses após a decretação do RAET e um ano da posse de Ciro Gomes no Ministério da Fazenda, as dúvidas se aclararam. O ex-Ministro da Fazenda Ciro Gomes, participando do programa Roda Viva da **TV Cultura**, afirmou, entre outras coisas, que: "Mas eu decretei a intervenção. No último dia. Foi quando foi possível fazer, porque o Banco Central desacatou o que eu mandei fazer. O Banco Central não fez quando eu mandei". E quando ele foi argüido pelo Luis Nassif: "Na primeira semana, quando eu entrei", ele respondeu. "O que me comove não é o que eles se negaram a fazer; o que me comove é que eles demoraram demais para fazer. Disseram para mim que estavam preparando, que o BANESPA era uma crise muito séria, porque era sistêmico, era o terceiro banco do País. O primeiro socorro que foi feito... Depois trouxemos de volta os bancos privados para fazer, pusemos o Banco do Brasil, contra a minha opinião, também, como anteparo do risco, e em seguida fomos preparando. Eu acho que demorou demais para fazer". Essas foram palavras que ele usou naquela fita. Aí os senhores vêem uma série de coincidências históricas do que foi acontecendo, aquela história de que os diretores e o Presidente do Banco Central saíam da sala e iam falar, teoricamente, com diretores de bancos privados na sala ao lado. Aqui ele diz que discordou. Pasmem, senhores! Ele assumiu, coincidentemente, dias antes do início de dificuldades do banco, em setembro de 94, como ele mesmo afirmava. Já ofereci as cópias de fitas que esclarecem tudo isso que estou mostrando. Eu vou aproveitar também, Sr. Relator, para oferecer cópia de um caderno que montei, com uma série de edições da revista **Carta Capital**, que muito bem retrataram os fatos ocorridos e que, ao que me conste, até hoje não foram contestadas. Eu fiz vários jogos, e vou entregar aos senhores para o uso adequado. Leiam essas matérias, e prestem atenção na edição nº 29, de 7 de agosto de 96, ao final da página 35, onde o jornalista escreve... O senhor deseja ter uma cópia do caderno? (*Pausa.*) Então, eu me referia à edição nº 29, de 7 de agosto de 96, no final da página 35, onde o



jornalista escreve, entre aspas: "Este relato do gerente de operações de um banco dá mais pistas: *O Governo forçou a barra para encerrar o BANESPA. No dia 29 de dezembro de 94, nós ficamos tentando dar dinheiro. Às 9 horas, 9 horas e 20 minutos, normalmente os bancos começam a mostrar lote para a GEROF. Durante o dia todo, ela dizia que ainda não tinha posição de quanto iria tomar. Após às 16 horas, dizia que ia ficar fora, não pegaria os recursos. Com isso, cortou a fonte do BANESPA.* Como disse, em setembro ligaram o BANESPA no tubo. Em 29 de dezembro, desligaram-no por algumas horas. Apenas algumas horas. Não sabia qual foi a forma para fornecimento de recursos para o BANESPA financiar os créditos que carregava, mas o fato é que o banco voltou à vida normal imediatamente à decretação da RAET, condição de financiamento que nunca deveria lhe ter sido tirada. Agora sei; os interventores já teriam confirmado em seus depoimentos esse estranho retorno à normalidade dos fluxos financeiros para o BANESPA, tão imediato à decretação da RAET, com os mesmos doadores e formas semelhantes ao que acontecia até o dia 28 de dezembro, e ainda por tão longo período. Eu soube que Feitosa teria dito que, até o final da gestão dele, ele estava recebendo recursos da GEROF. Eu não tenho precisão nessa informação, mas me contaram que ele teria dito aqui. Realmente, desligaram o tubo apenas por algumas horas, apenas o suficiente para se formalizar uma situação. Eu contei até agora a questão... Eu mostrei os números iniciais do banco, mostrei os números da dificuldade do banco, mostrei o histórico do ano de 94, que esclarece muito bem o que aconteceu, e agora eu vou entrar na questão do patrimônio líquido do banco. Patrimônio líquido: pelo que se depreende do inquérito do Banco Central, até início de agosto de 95, concluía-se pela existência de um patrimônio líquido positivo no BANESPA na ordem de R\$ 1,7 bilhão, o que levava aquela comissão às seguintes conclusões e ações: inexistência de passivo a descoberto, porque em 30/12/94 o cliente Estado de São Paulo não tinha parcela vencida da dívida em atraso, objetivamente passível de inscrição em créditos em liquidação. Naquela data, apenas uma pequena parcela, para um total de 127 parcelas a vencer, em torno de R\$ 20 milhões, para uma dívida total de R\$ 9 bilhões, estava vencida desde 15 de dezembro de 94. A regra, nesses casos, é aguardar sessenta dias para a inscrição em créditos em liquidação. Essa parcela foi paga pelo Governo Covas no início de 95, não existindo, portanto, dívida em aberto referente ao exercício de 94. Isso



consta do relatório da Comissão de Inquérito do Banco Central, escrito por eles, interventores — interventores, não; membros da Comissão. E propunham o arquivamento do processo, conforme determina a Lei nº 6.024, pela inexistência de passivo a descoberto. No entanto, conforme consta — eu não assisti, mas consta de revistas, consta de jornais e consta do burburinho dos corredores —, os membros teriam exposto essas conclusões a três diretores do Banco Central, que, por proposta de um dos presentes à reunião, decidiram então pela inscrição da dívida total não vencida — os R\$ 9,4 bilhões — em créditos em liquidação, numa interpretação extremada do art. 1º, item IX, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.748/90. Essa decisão, comunicada por escrito ao BANESPA no dia 17 de agosto de 95 por dois diretores do Banco Central, gerou no mesmo dia 17, por parte do Conselho Diretor do BANESPA, a informação deste à Comissão de Inquérito de que o BANESPA apresentaria um passivo a descoberto de R\$ 4 bilhões. No mesmo dia 17, o Comitê de Inquérito elaborou o relatório de conclusão constante do volume 40 do inquérito, contendo 500 páginas, e ainda no mesmo dia 17 expediu todas as cartas aos mais de 100 ex-administradores, concedendo cinco dias para apresentação de alegações para um inquérito de mais de 12 mil páginas. Quer dizer, eles fecharam o relatório de quinhentas páginas no dia 17, conseguiram convocar todos os ex-diretores no dia 17, e queriam que nós, em cinco dias, opinássemos sobre um relatório de 12 mil páginas. Quase 100% dos ex-administradores receberam a comunicação da Comissão de Inquérito no mesmo dia 17. Só para lembrar, dias 18 e 19 foram sábado e domingo. Com base nessa decisão técnica de última hora, a Comissão de Inquérito encerrou os seus trabalhos. Essa decisão técnica, reproduzida a seguir, somente foi anexada ao inquérito no dia 25 de agosto, último dia para conhecimento do processo por eventuais interessados. O texto é o seguinte: “Em razão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu pediria que V.Sa. abreviasse, porque já ultrapassamos, há muito tempo, os vinte minutos.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu tenho só mais quatro páginas, Sr. Presidente. “Em razão da decisão da Diretoria deste Banco Central, entendemos como adequada a transferência para ‘créditos em liquidação’ de tais créditos com a constituição de ‘provisão para créditos de liquidação duvidosa’, independentemente do prazo, mesmo porque, decorridos mais de 6 meses do início do processo de



Administração Especial Temporária os pagamentos ocorridos, de parte do setor público, foram insignificantes e decorrentes apenas da troca de títulos estaduais por federais. As provisões, neste sentido, se limitariam a estes créditos”. Observação: pode ser encontrado esse texto na página 32, da edição de 21 de agosto de 1995, da revista **Carta Capital**. Corretamente, por determinação da Justiça, essa decisão de lançamento foi sustada, e nunca chegou a ser aplicada. Eu não sei até se poderiam ter fechado o relatório da forma como fecharam, quando a Justiça teria determinado o impedimento de publicação do balanço naquelas condições. Não sei se não houve abuso aí, uma desobediência aí. Não sei. O questionamento mais importante nesse processo é, sem dúvida, a inscrição total da dívida do Estado em Créditos em Liquidação, em 30 de dezembro de 1994, data em que uma única parcela, de um total de 127, de apenas R\$ 20 milhões, para um total de R\$9,4 bilhões, encontrava-se em aberto há quinze dias, não caracterizando inadimplência passível de inscrição da dívida total em Créditos em Liquidação, conforme os normativos e a legislação em vigor, além de se tratar de dívida soberana de responsabilidade legalmente conhecida pelo Governo do Estado. Além disso, o Governo Covas quitou aquela parcela no início de 1995, não restando, portanto, dívida em aberto referente a 1994. A reprodução da página 165 do relatório da Comissão de Inquérito, escrita antes da decisão técnica — a tal decisão técnica em que eles resolveram mudar o balanço — de lançamento da dívida do Estado em Créditos de Liquidação, ajuda a entender melhor esse processo. Sr. Presidente, diante da brevidade, eu soube que os senhores já discutiram longamente a questão do patrimônio líquido não negativo, que os senhores se aprofundaram, ouviram várias pessoas, eu, talvez, pudesse...

O SR PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu acho que o senhor poderia... Esse documento, nós já temos.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Foi o que imaginei.

O SR PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então, o senhor poderia passar para a página 26.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Perfeito. Eu vou passar, então, para as ressalvas à publicação do balanço de 1994. Em 1º de setembro de 1997, enviei a Antonio Carlos Feitosa, Presidente do Conselho Diretor do BANESPA, bem como aos senhores Gustavo Henrique de Barroso Franco, Paolo Maria Zaghen e



Sérgio Darcy da Silva Alves, Presidente e Diretores do Banco Central, em que os alertava para: que a Lei nº 6.024 e o Decreto nº 2.321/87, previa a assinatura dos ex-administradores em conjunto com o Conselho Diretor no balanço da data da decretação daquele regime especial; que já se encontrava nas bancas, com data de 3 de setembro de 1997, a revista nº 56 da **Carta Capital**, que, nas páginas 30 e 31, comentava critérios que estariam sendo utilizados no fechamento dos balanços do BANESPA. Demonstrava estarmos chocados com as medidas que davam a impressão de se tentar imputar àquela administração que presidi, ônus históricos, que não criamos, o que beneficiaria as gestões posteriores. Vou entregar cópia dessas cartas aos senhores. Em 17 de setembro de 1997, notifiquei novamente o Dr. Antonio Carlos Feitosa, Presidente do Conselho Diretor do BANESPA, em que ponderava e finalmente requeria providências legais que deveriam anteceder a publicação dos balanços do Banco do Estado de São Paulo, nunca tendo recebido resposta. Eu tenho o texto completo dessas cartas. Vou entregá-lo aos senhores, para não alongar muito o tempo, em vez de ler. Após publicação de um balanço com data de 31 de dezembro de 1994 pelos interventores, à total revelia da última gestão — quero dizer o seguinte: houve estranhamente dois balanços, um dia 30 e outro dia 31. No dia 31 não teve movimentação bancária. O BANERJ fez um balanço só — 30 e 31. Só o BANESPA fez dois balanços. Então, o que eles fizeram? Publicaram um balanço com data de 31 de dezembro, sobre o qual nós não teríamos interferência.

O SR PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Trinta e um de dezembro, sábado?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sábado.

O SR PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sendo que dia 30 de dezembro foi feriado bancário?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sexta-feira. Foi feriado bancário na sexta-feira. E eles fizeram um balanço com data de 31 de dezembro de 1994, à total revelia da última gestão. Em 12 de janeiro de 1998, protocolamos um documento assinado por quase todos os ex-administradores, questionando a manobra de se elaborar dois balanços, diferentemente do que aconteceu com o BANERJ em idêntica situação, conseguindo com isso ludibriar a obrigatoriedade de publicar nossas ressalvas àquele balanço. Como eles seriam obrigados a publicar aquilo que nós quiséssemos apensar ao balanço da intervenção, eles publicaram um



balanço com uma data depois. Posteriormente, na Assembléia Geral Ordinária e na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 23 de abril de 1998, às 13 horas, na Rua João Brícola, 32, 2º andar, sob a presidência do então Presidente do Conselho Diretor, Sr. João Alberto Magro, entregamos documento relativo àquelas mesmas ressalvas, que também vou entregar a esta CPI. Esse documento veio a constar da ata da Assembléia Geral de Acionistas, sem mostrar seu conteúdo e na seguinte condição — quer dizer, nem isso eles queriam mostrar. Os senhores vão ver a forma como foi apresentado; vou, depois, dar a ata publicada —: “Os relatórios, balanços patrimoniais e as demonstrações financeiras foram aprovadas por maioria, com voto dissidente de acionistas que se manifestaram por escrito, cujas declarações foram recepcionadas, autenticadas e numeradas seguidamente e ficarão arquivadas na seda da companhia. Manifestaram-se os seguintes acionistas: o primeiro era uma pessoa chamada Eduardo e lá pelas tantas sou eu — Carlos Augusto Meinberg, documento nº 5. Ainda por nossa solicitação, constou em ata frase do Sr. Ariovaldo D’Ângelo: “Os fatos que motivaram as provisões não foram fruto da gestão de 1994, mas das gestões anteriores e o Plano de Gestão elaborado em 1994 por funcionários do BANESPA foi utilizado nos anos seguintes”. Na verdade, foi o que botou o banco em ordem. Pretendia ler os dois documentos, mas vou entregar aos senhores, porque eles são muito extensos.

O SR PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Pode ler. Pode ler a última página.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Então, deixe-me pegá-los.

O SR PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, eu digo que o senhor vá até o final.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – É que aqui eu leria as ressalvas e este é um outro documento de quase tantas páginas quanto.

O SR PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – É melhor encaminhar.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Então, vou entregar aos senhores. É onde eu questiono todos os lançamentos contábeis do balanço. Se nós fôssemos seguir o fechamento do balanço do BANESPA, de acordo com aquilo que era praticado até então com o acompanhamento do Banco Central, acompanhando todo mundo, sem nenhuma inovação, o resultado verdadeiro seria esse. Como os senhores podem ver aqui, em 1994, eles montaram os balanços de tal forma que



divulgaram: “Prejuízo de 342 mil reais em 1994; prejuízo de 44 milhões de reais em 1995; lucro de um 1 bilhão, 273 milhões em 1996; lucro de 940 milhões em 1997; e ainda mantiveram uma reversão de MYDFAs, títulos da dívida externa, de R\$168 milhões. Então, o total do lucro nesse período todo foi de 1 bilhão e 995 milhões. Mas, de fato, por exemplo, o tal documento de ressalvas que eu faço questiona a questão dos MYDFAs. Os MYDFAs são os títulos da dívida externa brasileira. Eu me recordo que, certa vez, em agosto ou julho, eu estava em Nova Iorque representando o banco e recebi um telefonema de Pedro Malan. Naquela ocasião, ele estava negociando com o Fundo Monetário e com os credores do Brasil a rolagem da nossa dívida externa. E havia uma família de investidores americanos, a família Dart, que estava criando problemas nessa rolagem. Então, ele me ligou para saber se eu estava aderindo à rolagem. Eu falei: “Estou. E acho que é de interesse do banco na rolagem e não na venda. Apenas rolagem. E eu vou ter melhor qualidade desses títulos, seu eu fizer”... “Não, mas eu peço a você que não faça, porque, se você fizer, o remanescente de títulos, a família Dart vai ter maioria, e ela vai poder quebrar todo o acordo. Então, mantenha, porque o BANESPA vai ter que ajudar o Governo Federal”. Portanto, o que aconteceu foi o seguinte: os títulos da dívida externa que o BANESPA detinha sempre foram bons, sempre foram tidos como títulos que o banco ia receber ao final do seu prazo. E quando você faz uma aplicação de longo prazo, você não tem que fazer provisões. É só o resultado final do título que vale. Então, não tinha por que fazer essas reversões. Havia também outra operação..., aliás, vejam bem, ele jogou uma provisão de 336 milhões, depois ele jogou mais uma de 58 milhões no ano seguinte, aí ele começou a reverter. Quer dizer, ele tirou de um lado e pôs do outro lado. Provisões trabalhistas: elas eram previstas para serem liquidadas em mais alguns anos. No texto das ressalvas que vou entregar aos senhores está especificado — não me recordo agora. Eles anteciparam tudo. Quer dizer, uma dívida de daqui a dez anos, joga tudo agora, ela tem um impacto complicado no balanço. Depois, fizeram provisões sobre ações da CESP. O BANESPA recebeu muitas ações da CESP em pagamentos do Estado, foi a forma como o BANESPA conseguiu receber dinheiro do Estado. Eles quiseram fazer uma provisão. Na verdade, não tinha de fazer provisão, porque essas ações deram lucro para o banco depois, inclusive. E fizeram a reversão depois delas. O fato é que, se fizesse o lucro verdadeiro do BANESPA, ele teria dado 413 milhões



em 1994; 442 milhões em 1995; 626 milhões em 1996; e 514 milhões em 1997. Ou seja, o banco teria tido um padrão normal. Senhores, eu, lastimavelmente, não tendo lido as ressalvas, esse assunto perdeu um pouco o conteúdo. Mas os senhores terão o documento suficiente para isso. Por último lerei um texto publicado num jornalzinho interno do banco pelo jornalista Aloysio Biondi. Este aqui é o jornalzinho — o jornalzinho **Enfoque** —, mas eu vou dar aqui um texto mais fácil de os senhores lerem. Eu o coloquei em letra mais graúda. Ele diz o seguinte — ele, Aloysio Biondi —: “Sozinho, o BANESPA, que o Governo FHC e seus aliados dizem ser irre recuperável, teve um lucro de R\$2,03 bilhões. Esse foi o desempenho do banco paulista em 1997, três anos depois de ter sido enganosamente quebrado e, por isso, passando a funcionar sob a intervenção do Governo Federal. Aquele resultado fabuloso, na verdade, se deveu em grande parte a lucros que existiam em 94 e 95, porém foram escondidos, falsificados nos balanços por interventores do Governo FHC para enganar a opinião pública e obter seu apoio para a venda do Banco a banqueiros privados. Ainda assim, ao contrário do que se volta a dizer hoje, o BANESPA, tanto em 1998 como em 1999, teve lucros na casa de um R\$ 1 bilhão.” Mais adiante, completa: “Isto é, o Governo não doou bilhões ao BANESPA — aliás, o pagamento nem foi feito em dinheiro e, sim, em títulos da dívida federal. O valor que o Tesouro injetou no BANESPA foi, na verdade, emprestado ao Governo do Estado para quitação de suas dívidas e não para cobrir ‘rombos’ verdadeiros do banco, como no caso dos bancos privados. Esse valor está sendo devolvido, como qualquer empréstimo. Essas as verdades que as machetes da imprensa grande escondem”. Sr. Presidente, vou oferecer aos senhores cópias de todas as minhas transparências e o material da ressalva.

O SR PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Tendo em vista que o Sr. Relator se ausentou por um momento, para não perdermos tempo, já que se iniciou a Ordem do Dia, e hoje temos assunto importante, passo a palavra ao Deputado Ricardo Berzoini, como autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Dr. Meinberg, o senhor assumiu a Vice-Presidência do banco em 1993. Antes, não tinha qualquer tipo de atuação no BANESPA. Qual foi a avaliação que o senhor fez no momento em que assumiu a Vice-Presidência? Qual Vice-Presidência o senhor assumiu? Qual delas?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – De operações.



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – De operações. Qual foi a avaliação que o senhor fez, ou que se fazia na diretoria naquele momento, a respeito da situação, tanto do ponto de vista patrimonial quanto do ponto de vista de liquidez, da relação financeira do banco com o Estado, ou seja, com a situação de pagamento, por parte do Estado, da dívida com o BANESPA?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Havia uma preocupação sobre isso, porque, na medida em que ficou provado a seguir, com o plano de estabilização econômica, na medida em que há uma diminuição dos recursos no sistema financeiro, nós teríamos também que encolher a nossa carteira, a carteira no seu todo. E como nós tínhamos 79% das operações de crédito do banco concentradas na mão do Estado — o que realmente era excessivo —, havia uma preocupação de encontrar alguma forma que pudesse equacionar isso. É um assunto que não dava para o BANESPA responder sozinho. Teria que haver um envolvimento do próprio Estado, que era o devedor, e do Governo Federal, o que acabou ocorrendo anos depois.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Sr. Presidente, uma questão de ordem, por favor.

O SR PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Deputado Wagner.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – O depoimento do Dr. Meinberg foi e tem sido muito importante. E, com certeza, os questionamentos serão tão ou mais importantes também. A minha grande preocupação é a seguinte: estamos na Ordem do Dia. O Presidente da Casa já assumiu. Não haveria a possibilidade, para nós não perdermos tudo isso e encerrarmos hoje a grande oportunidade de desvendar muitas coisas, de reconvocarmos o Dr. Meinberg para os questionamentos? Porque alguns farão os questionamentos; outros não terão tempo, porque, pelo Regimento da Casa, teremos de interromper os trabalhos da CPI.

O SR PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Nós não precisamos interromper os trabalhos da CPI. Durante a votação nominal, eu poderei suspender a sessão por cinco minutos para que todos possam votar e, depois, retornar. Está certo? Então, não se preocupe.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Era a minha preocupação. Sendo assim, retiro o que eu disse, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Teremos tempo suficiente. Aproveito para esclarecer a V.Exa., que me encaminhou requerimento para que seja ouvido o ex-Ministro da Fazenda, Ciro Gomes, que o Requerimento nº 10 já aprovado, do Sr. Relator, abrange a convocação. Basta que marquemos a data para que ele seja ouvido.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Continua com a palavra o autor do requerimento, Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Retomando o raciocínio, naquele momento havia uma clareza, por parte da diretoria, do problema que consistia na excessiva exposição do BANESPA na relação com o Governo do Estado e o problema de liquidez que isso causava. O senhor citou que foram elaboradas, já sob sua Presidência, um conjunto de medidas para enfrentar essa situação. Na relação com o então Governador, Presidente desta CPI, Deputado Fleury, esse conjunto de medidas foi tranqüilamente discutido, tranqüilamente negociado? Houve divergência entre o BANESPA e o Governo do Estado? Como foi isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Houve plena concordância nas tratativas, tanto do Estado, do Tesouro do Estado quanto do banco. Acontece que os montantes eram excessivamente grandes. Estávamos falando de alguma coisa da ordem de 7 bilhões de reais, na época. Não era uma solução que se dava sozinho. Era necessário a interferência da autoridade monetária para viabilizar. A própria rolagem anterior, a rolagem de 1992, foi feita após a aprovação do Senado. A dimensão que isso tinha atingido, e ocorreu, como expus aqui, ao longo de muitos anos, não dava para ser resolvido numa pincelada ou apenas entre Estado e banco.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas o fato é que com o pagamento em ações da CESP, durante todo o ano de 1994, foi essa a forma de pagamento com que o Estado se relacionou na dívida junto ao BANESPA. Com esse pagamento em ações e com a elevação brutal das taxas de juros, o colapso era previsível.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não há dúvida de que o ideal seria receber em dinheiro. Mas o senhor — pelo que recordo, trabalhou em banco muitos anos — sabe que muitas vezes para receber o crédito temos de encontrar outros caminhos, porque o caminho normal não é viável. O Estado só conseguiu nos pagar



com isso. Nós não queríamos perder economicamente. Então, pusemos as ações para dentro, com a autorização do Banco Central.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – A venda de ações da CESP, com autorização, nós sabemos porque está no relatório, inclusive. A venda de ações da CESP naquele momento era inviável. Por quê?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Nós realmente montamos uma operação. Dentro daquele programa de melhorar a liquidez do banco, uma das figuras era fazer um **block trading** para vender todas as ações da CESP. Para isso chegamos a ter algumas reuniões com o Sr. Pérsio Arida, então Presidente do BNDES. Era para ser montada uma operação conjunta BANESPA e BNDES, e através disso ser vendida essa posição inteira. Todos esses quesitos e dificuldades que o banco vinha vivendo estavam sendo equacionados com propostas desse tipo, apenas o BNDES não deu continuidade. E nós não tínhamos mando sobre o BNDES.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – A edição da **Carta Capital** de 7 de agosto de 1996 cita uma declaração sua na página 33, na primeira coluna: “Detalhe anotado por Meinberg, que desde março vinha implantando um plano de ajuste do banco: quatro dias depois da posse de Ciro Gomes na Fazenda, o presidente do BANESPA recebeu um telefonema de um diretor do maior banco financiador da dívida mobiliária estadual, avisando que não iria mais financiar os títulos paulistas a partir do dia seguinte.” Quem era esse diretor e qual era o banco?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu não sei, perante a lei do sigilo bancário — pediria até orientação à Casa. A lei do sigilo bancário não sei se me autoriza a dizer o nome da pessoa e o nome do banco.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Nesse caso não está prejudicando sigilo bancário de ninguém. É uma relação comercial entre duas instituições financeiras. Não há qualquer óbice. O jornalista pode proteger a fonte, agora, o senhor não tem nenhum direito de proteger a fonte nesse caso. O sigilo bancário, nesse caso, só se o senhor estivesse falando sobre operação entre pessoas físicas, mas não entre duas instituições. Principalmente uma delas sendo pública.



O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu confesso ao senhor que não sou advogado, não estou acompanhado de ninguém, vim sozinho. Então, não sei fazer essa avaliação.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Nós estamos fazendo para o senhor.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Então, é de responsabilidade da Comissão?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Pode ser.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Foi o BRADESCO, o Sr. Ageo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O Sr. Ageo Silva?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim, o Vice-Presidente. Eu respondi porque a responsabilidade é dos senhores. Eu entendia que não podia dar essa informação.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não tenha dúvida. Eu, pessoalmente, tenho total convicção de que o sigilo bancário protege a intimidade dos cidadãos, conforme o art. 5º da Constituição. Ou seja, não há nenhuma proteção para uma relação entre duas empresas, onde as pessoas conversam e há uma declaração pública sua. Evidentemente, se o senhor não tivesse declarado à revista, nós nunca ficaríamos sabendo disso. Há uma declaração sua nesse sentido.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Mas eu contei no texto da minha exposição.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Evidentemente, no texto da exposição também. Essa matéria é de 1996. Portanto, já é pública há mais de 5 anos. Do ponto de vista da política de crédito do BANESPA, quando o senhor assumiu, o BANESPA já carregava uma carteira com uma série de problemas. O senhor considera que a política de concessão de créditos — na ocasião em que esses créditos foram concedidos há 4 ou 5 anos, na sua posse como Presidente — não seguiu as boas práticas bancárias?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu não cheguei a fazer essa análise. A minha preocupação era o seguinte: eu tinha um banco com problema de liquidez. Impus uma linha política para crédito de contenção, de rigor, de recuperação de crédito e lutamos para recuperar o maior volume possível. O que eu poderia dizer ao senhor em relação aos trabalhos anteriores é que o banco era um banco sério, que as pessoas que estavam lá eram sérias. O BANESPA possui um



quadro de funcionários de altíssima qualidade e competência. Eu não acredito, pelo que eu conheço das pessoas, que tenha havido má-fé. Obviamente, no universo de quase 50 mil pessoas o senhor vai encontrar pessoas de todos os tipos. Mas a grande maioria era boa.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Alguma vez o senhor teve notícia de algum tipo de pedido, seja através da Presidência, que não tinha alçada, mas evidentemente tem poder no banco para a concessão ou a renovação de algum empréstimo, seja por parte do Governador do Estado, de algum Secretário, de alguém, enfim, que fosse estranho do ponto de vista da legislação à direção do BANESPA?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – No sentido de determinar para fazer, não. O que acontecia, às vezes, e que era normal, alguém os procurava, eles encaminhavam para eu atender. Atender é receber. Atender não é conceder.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Em nenhum momento o então Governador Fleury chegou para o senhor e disse: “Olha, tal operação aí é do nosso interesse fazer”?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, não tenho registro.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Por ora estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Sr. Presidente, vamos dar andamento sem o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – É. Vamos continuando com os inscritos. Deputado Lamartine Posella.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Dr. Meinberg, quero dizer que a sua exposição foi muito elucidativa. Nós temos nos debruçado muito sobre a questão política. Eu gostaria de tratar um pouco sobre a questão política da intervenção, na medida em que tanto a revista **Carta Capital**, quanto todas as evidências, principalmente por parte daqueles que foram membros da Comissão de Inquérito, leva-nos a concluir que efetivamente houve uma intenção política na intervenção do BANESPA no Regime de Administração Especial Temporário. A minha primeira pergunta é a seguinte: qual era de fato o interesse do Ciro Gomes? Ele tinha uma visão técnica de que o banco era inviável ou, na sua opinião, havia um interesse político por trás que o motivou efetivamente a pressionar — segundo as



próprias palavras dele — o Banco Central em setembro, pressão essa que só deu resultado em 29 de dezembro de 1994? Na sua opinião, o senhor que viveu o momento, que teve de sofrer na pele, efetivamente, o fechar da torneira principalmente nas operações de redesconto, qual era a intenção do Ciro Gomes? Ele tinha uma visão de que o banco era inviável ou realmente ele tinha uma intenção política?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não sei avaliar com clareza qual era a posição de Ciro Gomes. Ele declarou, nessa fita, que determinou a intervenção do banco na primeira semana que esteve lá. Por que teria ele feito? Ele teria feito isso de moto próprio, por idéia própria? Ele teria sido influenciado por outras pessoas que ideologicamente eram contrárias ao banco público? Ou ele estaria vislumbrando uma eleição naquela época? Eu não sei. Acho que qualquer coisa que eu fale a respeito do que passava pela cabeça do Ciro Gomes eu estaria fazendo uma ilação, seria uma coisa não tão precisa. Eu preferia não fazer. Eu nem atribuo a ele a decisão, a decisão não, a idéia de fazer. Pode ser que a idéia nem fosse dele. Ele pode ter sido influenciado por outros.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Embora ele defendesse.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Ele assumiu, mas ele pode até não ter sido o pai da idéia. Mas ele declarou que determinou, ele assumiu a paternidade nessa fita.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Algo também que me deixou muito estupefato é o fato de saber que V.Sa. esteve na Casa do então futuro Governador Mário Covas; ele já sabia da situação e disse para V.Sa. que aquilo era uma decisão técnica, que V.Sa. deveria tratar isso direto com o Malan. Agora, o senhor, no seu relato, declara que tinha a nítida impressão de que haveria intervenção no banco.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, eu ouvi... Eu recebi um telefonema na sala dele. Eu recebi a notícia da intervenção no banco na sala da casa dele.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Certo. Na própria casa. O senhor acredita que, quando ele foi avisado de que haveria intervenção, houve uma garantia para ele de que essa intervenção seria feita ainda no período do Governador Fleury, para que ele não viesse a receber sobre si essa pecha de ter



intervenção do Banco do Estado de São Paulo na sua administração? Estou perguntando isso por quê? Porque, para todos nós, parece que houve de fato uma arapuca, porque foi no apagar das luzes do Governo tucano que houve a intervenção. Houve uma tentativa também, na minha opinião, de desmoralizar o Governador Quércia, porque quanto ao montante da dívida — o senhor apresentou aqui para nós o percentual de cada um dos Governadores desde Paulo Egydio —, o único a ser mencionado foi o Governador Quércia. Então, a minha pergunta é a seguinte, mais uma vez: o senhor sentiu na conversa — é claro que o ex-Governador Covas não está mais entre nós e não podemos ser desrespeitosos para com ele — que ele estava um pouco desconfortável para falar sobre o assunto porque sabia que ia ser feita uma arapuca e a intervenção se daria no último dia útil do Governo Fleury?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Ele foi muito educado ao me receber. Ele estava chegando de automóvel de um evento externo. Era cerca de meia-noite. Subimos para o apartamento. Ele aceitou me receber, apesar do adiantado da hora. O que eu posso dizer apenas foi o que ele teria me dito. Ele me disse que já sabia, porque há dois dias já tinham conversado com ele. Ele não disse quem conversou com ele.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – O senhor acha que eles garantiram que não seria no Governo dele?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Aí eu posso fazer uma avaliação de ordem mais política, não técnica, e mera avaliação. Quer dizer, é uma coisa assim de possibilidade. Eu acredito que uma pessoa, primeiro, com a personalidade e o caráter forte que ele tinha, ele não aceitaria no Governo dele, ele não permitiria no governo dele em hipótese alguma, pelo que eu conheço de Mário Covas, que era um homem muito forte.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Então, certamente, deve ter havido a seguinte conversa: “Olha, nós vamos intervir, mas fique tranquilo que nós vamos fazer isso ainda no período do Governador Fleury”.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu não saberia afirmar se houve. Eu diria ao senhor que eu não acredito que ele aceitasse no Governo dele.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Eu queria lhe fazer outra pergunta. O senhor acha que havia uma intenção, uma finalidade precípua, ao



responsabilizarem o Governador Quércia e o seu Secretário da Fazenda, o Machado, de prejudicar politicamente o ex-Governador? Porque nós, ainda que estejamos tratando da questão da intervenção do banco e posteriormente da finalização e da privatização, é óbvio que nós vemos uma série de ações políticas, inclusive de ações que quebravam protocolos, que quebravam as tratativas normais do processo que poderiam redundar depois num retorno do banco para o Governo do Estado. O senhor acha que há? Porque o ex-Governador Orestes Quércia, inclusive, entrou com uma ação popular e impediu a publicação dos balanços por causa dos desmandos que foram feitos. Inclusive esse avermelhamento do balanço. O senhor acha que havia uma intenção política em prejudicar o Governador Quércia?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu volto a falar o que disse na última pergunta. Eu teria que dar uma avaliação política, não é bem uma avaliação técnica. Na condição de presidente do banco, naquela época, eu poderia dizer que isso complica. O que foi feito complica a vida das pessoas que estavam envolvidas naquela gestão, fosse o Governador, fosse o Secretário da Fazenda, ou o presidente ou o diretor do banco. Aliás, todos sofremos com isso bastante. Nós temos até hoje pendências a resolver. Sempre que alguém é prejudicado do ponto de vista jurídico, comercial pode também ter conseqüências políticas, mas eu não posso afirmar que o objetivo fosse político. Parece, é o que se depreende, mas afirmar eu estaria exorbitando.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Certamente. Nenhum de nós pode afirmar porque é algo subjetivo, mas tudo indica que sim. Gostaria de fazer uma pergunta para o senhor. A revista **Carta Capital** de fato apresentou diversas matérias clarificando todo o processo envolvendo a intervenção do BANESPA. No seu relatório, o senhor mostra, inclusive, numa das edições, que o Banco Central em tempo algum desmentiu o que foi falado pela revista **Carta Capital**.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Foi o que me falou o Carlos Drumond.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Realmente não houve nenhuma... Inclusive, Presidente, eu gostaria de fazer uma pergunta para V.Exa.: quando esteve... Não lembro quem eu estava argüindo, se foi o Gustavo Loyola ou



se foi o Pérsio Arida, acho que foi o Pérsio Arida, ele teria entrado com um processo contra a **Carta Capital** ou contra o Carlos Drumond e nós ficamos de requerer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Já chegou o documento, Deputado. Já está à disposição da Comissão.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – O.k. Por ora, sinto-me satisfeito. Gostaria simplesmente de acrescentar que a exposição do Dr. Meinberg veio ao encontro daquilo que esta Comissão estava esperando, na medida em que nós queremos, de fato, chegar à conclusão, pelo menos por ora. Na minha concepção, eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu tenho algumas perguntas para fazer ao senhor. Quando o senhor assumiu o BANESPA, existia... Aliás, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um protesto neste momento. Eu pedi, quando cheguei à Comissão — porque existem várias anotações —, o relatório final, todas as anotações separadamente, porque eu iria fazer perguntas a respeito de vários aspectos que foram acusados à administração passada pela comissão do Banco Central. Estavam em São Paulo e até o momento eu não recebi. A alegação é que faz uma semana que era para ter vindo da Assembléia Legislativa de São Paulo os documentos e até agora não chegaram. O que me faz, então, obviamente, se não chegarem até o momento do fim do depoimento do Sr. Meinberg, convocá-lo novamente para prestar esclarecimentos a esta Comissão, já que o conteúdo de minhas perguntas não será completo se os documentos desta Comissão, que pertencem ao Relator, não chegarem a tempo. Obviamente não sei por culpa de quem, se é da assessoria da Comissão ou por uma questão orçamentária, como me foi falado. Porque se essa informação tivesse vindo, eu não teria o menor problema em trazer os meus documentos na mão. Quando o senhor assumiu, em janeiro de 1994... Eu vou perguntar em relação a algumas partes do relatório que me lembro, porque minha cópia marcada não está aqui. Se o número for errado, e também a minha memória não for tão perfeita... Existiam 1.390 funcionários lotados na presidência do Banco do Estado de São Paulo pertencentes ao BANESER e que não estavam na função, obviamente, no Banco do Estado de São Paulo — não



estavam trabalhando no BANESPA. Onde estavam esses funcionários que eram lotados na presidência, porém, não exerciam função no banco?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Cabe, primeiro, uma ressalva. Eles não estavam na presidência. O banco tem uma estrutura com siglas. Existe uma sigla chamada PRESI, que é o presidente, existe uma sigla chamada GAPRE, que é comandada por um chefe de departamento de carreira do banco, denominada Chefia de Gabinete da Presidência. Então, eles não estavam na presidência e, sim, no GAPRE. Esse assunto está **sub judice**, mas mesmo assim eu vou dizer ao senhor o seguinte: doze estavam na Câmara dos Deputados, 22 na Assembléia Legislativa, os demais estavam no DAEE, DAESP, DER, IESP, Instituto de Zootecnia, Polícia Militar, Prefeituras, Procuradoria-Geral de São Paulo e várias secretarias. O grosso era em secretarias. Agora, cabe comentar também que o presidente do banco nunca autorizou isso. Não há um documento. Nunca foi passado pela mão dele. Estamos respondendo isso em juízo, mas não somos agentes disso em nenhum momento, nem quanto à contratação, nem quanto à autorização de débito na presidência. No caso, não foi na presidência, foi no GAPRE.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Esses são aqueles que o relatório do Banco Central cita como não estando prestando serviço no banco. É isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quando o senhor diz Assembléia, quando o senhor diz Câmara dos Deputados, quando o senhor diz Câmara Municipal de Campinas, o senhor quer dizer o quê?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Pessoas lotadas. Esse processo na Justiça uma coisa ele já definiu: que essas pessoas estavam trabalhando. O que eu estranho é que fossem debitadas no banco, mas não o eram por autorização do presidente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor não sabe me dizer, na Assembléia Legislativa, quem estavam trabalhando?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não tenho idéia. Não tenho a menor idéia, sequer quem sejam. Eu consegui essa lista que indica o total.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Agora, quando o senhor diz que não tinha autorização do presidente do banco, causa-me estranheza. É a mesma coisa



eu administrar uma empresa e tudo o que for errado eu dizer: “Não tenho culpa, não sabia”. O senhor era o presidente do banco. O senhor como presidente do banco se fazia ou não, não sei, não entro no mérito das formalidades do que o senhor administrava na instituição que presidia, porém, é mais do que natural que o senhor acompanhe todos os pagamentos que seriam feitos, principalmente acima de um certo montante, como era do próprio BANESER, que não eram 1.390 funcionários. Este é um número questionado. Como é que o senhor, sem autorizar que esses funcionários não estivessem no banco, sem autorizar a contratação desses funcionários, aceitava o pagamento dessa empresa chamada BANESER?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Primeiro, nós estávamos com um banco, não com um escritório. Num banco, o banco paga e recebe 24 horas por dia. Ele tem transações financeiras o tempo todo. Ele é um banco. É impossível — não é o presidente — ser um diretor...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quem paga as contas do banco?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Os caixas, os departamentos, não passam pelo presidente. Alguém pode ter autorizado, mas quem autorizou eu não sei.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quem assina o cheque do banco quando é pagamento de pessoal?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Os procuradores.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E quem eram os procuradores?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Funcionários de carreira.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Funcionários de carreira. Agora, quem assina os contratos, a renovação dos contratos?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Que tipo de contrato?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – BANESER, por exemplo.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Veja bem, essa...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu fiz uma pergunta para o senhor.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim, eu vou dizer.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor me responda. Era o senhor ou era o Zé da Silva ou era o diretor. O senhor só me responda.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, não era eu. Quem era eu não sei. Não era eu.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, para o que funcionava o presidente do banco?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu tinha um problema de 6 bilhões de dólares de recursos faltantes no caixa.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E isso o senhor me disse que a partir de julho.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim, e antes disso nós estávamos preparando o banco...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas o senhor assumiu o banco em janeiro. Ou seja, teve janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho, ou seja, seis meses sem ter tido problema de 6 bilhões de dólares para resolver. Nesses seis meses, o senhor não fazia nenhum acompanhamento da situação do banco?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Fazia dos grandes números.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas eu preciso do relatório para saber qual era o número do BANESER. O senhor está falando grandes números. Qual é o número? Eu quero que o senhor me responda qual era o número do contrato do BANESPA com o BANESER.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu não me lembro disso. O que eu posso dizer ao senhor é o seguinte.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se for de 100 mil reais, eu vou dizer ao senhor que para um banco não é nada. Agora, se for de alguns milhões, eu vou dizer ao senhor que é uma quantia...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – O banco tinha uma vice-presidência de administração, um diretor de pessoal e vários departamentos cuidando disso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quem cuidava disso era o vice-presidente?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Em tese, seria. Não era o presidente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, o senhor não me fale como presidente de 1994. Explique-me essa situação em 1993, quando o senhor era vice-presidente do banco.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu não conhecia o assunto.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas se o senhor disse que na sua administração quem cuidava disso era o vice-presidente e na época que o senhor era vice-presidente...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Mas veja bem, havia cinco vice-presidentes, Sr. Deputado. Cinco. Eu era o vice-presidente de operações. Eu não era o vice-presidente de administração.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu precisava do valor.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Relator, enquanto não temos o valor, talvez uma pergunta que caiba nessa questão é: desde quando vinha essa situação? Ou seja, quando começou o processo de lotação? Só para fazer um parêntese, até para quem está assistindo a reunião da CPI entenda, houve uma acusação de uso político por parte do PMDB, na época, de nomeações via BANESER que ficariam lotados no gabinete da presidência do BANESPA, para atender interesses do PMDB. Essa é a acusação. Eu sou autor da ação popular a que o ex-presidente Meinberg se refere.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – É verdade.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Conseguimos, em primeira instância, condenar todos os ex-presidentes do BANESPA a repor os valores. Essa questão da **sub judice** eu não conheço o estágio atual de tramitação dessa ação. A pergunta que eu faço é essa: desde quando essa situação vinha ocorrendo no BANESPA, no gabinete da presidência?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu consegui apurar que havia, dentre essas pessoas, pessoas que tinham sido contratadas em 1983. Então, eram contratações muito antigas. Esse assunto nunca passou pelo presidente. O presidente não era agente desse processo. Isso aí estava dentro dos usos e costumes dos métodos de trabalho. E pelo que eu me lembro, quando fiz a pesquisa, havia pessoas registradas por volta de 1983, 1984, talvez até antes, eu não me recordo exatamente. Mas era uma coisa muito antiga.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, só pela oportunidade, eu gostaria de solicitar que a Comissão requisitasse junto ao BANESPA, nos seus arquivos, até para que não paire nenhuma dúvida em relação a futuros encaminhamentos, em quais gabinetes estavam lotados os funcionários que estavam à disposição da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa de



São Paulo. Isso para que não haja nenhuma dúvida depois e alguém diga que se deixou de investigar isso porque podia atingir fulano de tal ou sicrano, e fique esta Comissão totalmente isenta de qualquer dúvida em relação a essa questão.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Apesar de a característica não ser essa, a lotação de gabinete é perfeitamente normal entre órgãos públicos. A questão é que existiam 1.390 funcionários.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Relator, permita-me só o seguinte: eu concordo que nos órgãos públicos possa haver isso. No caso de uma S.A. acho que, no mínimo, é questionável que ela tenha acionistas minoritários. Portanto, quando um banco público, que é S.A., cede um funcionário para atuar a serviço de quem quer que seja fora do banco, está impondo um custo que vai refletir no resultado do banco. Essa é a ponderação que eu faço.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Tudo bem. Está certo. A questão é que existem 1.390 funcionários que estavam ou não trabalhando no banco. Essa é a questão. Quem pagava essa conta? Era o Governo do Estado? Quem pagava essa conta?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Esse procedimento era feito no BANESER, não lá no BANESPA. O BANESER era num outro prédio distante da presidência. Quem contratava essas pessoas era o BANESER. Quem pagava essas pessoas era o BANESER. Por algum artifício contábil que eu não conheço isso foi debitado no GAPRE. Como a expressão GAPRE é a resultante de Gabinete da Presidência, uma chefia de gabinete, atribuiu-se esse assunto à presidência, mas o procedimento era absolutamente distante. Em nenhum momento, enquanto estive lá presidente, eu fui consultado sobre contratação dessas pessoas. Em nenhum momento me pediram autorização para debitar isso nas contas do banco. Esse é um procedimento que ocorreu independentemente do meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Eu queria só apartear, se o Relator permitir. O senhor poderia nos informar qual o montante do valor atualizado desse gasto do BANESER? O senhor teria esses valores atualizados?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Sr. Relator, é difícil nós conseguirmos esse valor?



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não. Tem naquele meu documento que não chegou.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Então, na próxima reunião deveremos ter.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E tem aí também no relatório. Só que ali, nas minhas páginas, estão separadas. Ali existem 14 mil páginas, que podem ser também olhadas e achadas. Fica um pouco mais complicado. Mas tenho certeza de que o Dr. Meinberg não se furtará à oportunidade de nos prestar mais um depoimento, se necessário. Quando o senhor assumiu o banco, obviamente — não vou nem perguntar se o senhor fez, porque se me disser que não fez não pergunto mais nada — fez uma análise de como estava a instituição que estava assumindo, mesmo porque o senhor era vice-presidente anteriormente e estava acompanhando essa situação, certo?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor sabia que o problema da dívida do Estado era grave e que agravava muito a situação do banco, certo?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor chegou como defensor da instituição, ou seja, com a obrigação não só de defender um acionista majoritário, mas também de defensor do acionista minoritário. O senhor propôs ou pediu ao Governo do Estado de São Paulo que fizesse um plano de quitação das dívidas que existiam entre ele e o BANESPA e as suas empresas e o BANESPA?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Onde está o documento?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Projeto de Lei nº 568/94, da Assembléia Legislativa de São Paulo, que foi encaminhado em agosto ou setembro daquele ano. Implicava projeto de securitização da dívida para recebimento dos créditos do Estado junto ao banco.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Foi feito um ofício para o senhor e foi feita uma cobrança ao Governo do Estado de São Paulo e às empresas do Estado que tinham dívidas com o BANESPA, um cronograma de pagamento de suas dívidas.



O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Já existia esse cronograma feito, porque foi a rolagem da dívida de 1992, que definia...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sim. Maio de 1992. A situação veio se agravando por causa das modificações que foram feitas nas normativas do Banco Central. Se elas foram obviamente se agravando pelas mudanças das normativas do Banco Central, o senhor não podia ficar atento somente àquilo que foi negociado em 1992. O senhor tinha que fazer uma proposta, já que o mercado mudou, a situação mudou, o dinheiro foi ficando mais escasso, obviamente que uma modificação naquela proposta tinha que ser proposta. O senhor fez isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Nós discutimos isso com o Secretário da Fazenda, mas não conseguimos desenhar nenhuma alteração daquilo que estava lá. Foi aí, então, que surgiu a idéia da securitização da dívida, como forma de gerar aporte para o banco.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor disse que as modificações feitas pelo Banco Central ao longo do tempo é que deixaram o banco na situação que deixaram. Quantos bancos ficaram na situação do BANESPA?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Vários. Vários. Eu não sei quantos. Mas vários bancos fecharam em 1994 e 1995.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quantos?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu não sei.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Exatamente pelos mesmos problemas?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não pelos mesmos problemas, mas pelos problemas de...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Pelos mesmos problemas.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Vamos definir, então, mesmos problemas, primeiro?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Todos aqueles que o senhor usou como justificativa.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – O arrocho monetário. Então, nós tivemos o BANESPA, nós tivemos o Econômico, nós tivemos o Nacional, nós tivemos o BANERJ, nós tivemos outros bancos estaduais, cujos nomes não me recordo; vários. Hoje, se o senhor olhar para o mercado financeiro brasileiro e tentar



afirmar quantos bancos grandes de rede de varejo nacionais nós temos, o senhor não consegue passar do número três. Nós só temos três. O resto sumiu.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor era presidente do banco quando essas modificações aconteceram?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Modificações de 1994, do Plano Real, sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Normativas do Banco Central?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Em 1994, sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Todas as que o senhor citou, o senhor já era presidente do BANESPA, ou não?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Todas as que eu citei não, mas aquelas que eu afirmei, que eu pedi, que eu propus ao Banco Central, sim. Fui específico quando mostrei o que propus ao banco. Está dentro da cota.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E por que, quando o senhor assumiu o banco em janeiro, o problema do banco era um e depois de seis meses da sua administração, como o senhor disse — eu estou pegando as suas palavras —, o problema virou de mais de 6 bilhões de dólares. O que aconteceu nos seis meses da sua administração, em que sua competência não conseguiu fazer com que ela, nos últimos seis meses de sua administração, fosse a mesma dos seis primeiros?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Nem eu nem Deus conseguiria, havendo, naquela época, uma política monetária contra acionistas, como foi implementada, ninguém poderia fazer melhor do que nós fizemos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor, no momento, chamou a imprensa e deu algum tipo de declaração, entrou com algum tipo de ação judiciária, fez qualquer tipo de manifesto em relação à gravidade da situação do BANESPA causada por isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Como disse na minha exposição, o banco é fidúcia, se eu fizesse alguma coisa como o senhor está sugerindo nós teríamos quebrado o banco antes.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor poderia ter feito através de um ofício ao Banco Central, dizendo: “Olha, vocês querem quebrar o banco”?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Mas isso nós fizemos, não nesses termos, mas nos termos de mostrar que havia providências a serem tomadas e de



sugerir formas de fazer; nós fizemos várias vezes em várias reuniões, inclusive algumas acompanhados do Governador.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor tem os documentos que comprovam isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu vou entregar para o senhor. São projetos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Projetos, a não ser que tenha mudado a legislação, até onde entendo, como Parlamentar, projetos são: o Governador do Estado, ou o Presidente da República ou um Parlamentar apresenta, para fazer algumas modificações, algumas composições. Eu estou perguntando — não obviamente as coisas que fez o Governador de São Paulo a respeito da dívida que existia, seja com o BANESPA ou com os outros bancos — o que fez o presidente de uma instituição financeira a respeito dos seus credores? É bem diferente. Quando o senhor me dá projetos, eu entendo que o Governador estava preocupado com alguma coisa e encaminhou à Assembléia algumas autorizações. Quando eu pergunto, eu não pergunto sobre as preocupações, se existiam ou não e quais foram as soluções encaminhadas pelo Governador. Eu pergunto para o senhor, quais foram as preocupações do controlador do banco? Ou seja, o que o responsável pela administração do banco, que tinha de defender os interesses do controlador, mas também dos minoritários, fez para que não se chegasse a essa situação?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Nós mostramos ao Governador, ao Secretário da Fazenda toda a problemática do banco. Na medida em que não conseguimos a viabilização de uma alternativa no âmbito interno — Estado e banco — nós viemos a Brasília. E aqui em Brasília, em várias reuniões, fizemos várias propostas que eu lhe dou em cópia, com o atual valor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Aqui em Brasília.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Aqui em Brasília.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas não há nenhum tipo de documento cobrando: “Olha, mesmo o senhor aí sendo meu acionista majoritário, eu preciso receber o que o senhor me deve, porque se não as suas ações vão valer zero e a dos minoritários também”. Isso não existiu?



O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Formalmente, um documento, pelo presidente não, mas conversações com o Governador e com o Secretário, constantes, quase que diárias.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quando o senhor comunicou ao Governador, na época era o Governador Fleury, o problema que existia no BANESPA?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Quando se prenunciava a edição do Plano Real, nós fizemos uma avaliação interna, que acabou no tal Plano de Ação de 1994, que visava a ajustar o banco àquela realidade. Havia preocupações com liquidez, havia preocupações com geração de receitas e havia preocupações com contenção de despesas. Então, tudo isso foi elaborado. O Governador soube do Plano de Ação de 1994, soube da convenção que fizemos com os gerentes, tentando motivá-los na busca de soluções, já que ela implicava cerca de 50 mil pessoas trabalhando no mesmo sentido. E tudo isso foi feito em março, abril e maio. Em maio, se não me engano, começamos as reuniões com o Banco Central. E essas reuniões foram até o último dia.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E essas, obviamente, eram satisfações que o senhor dava ao dono majoritário do banco. A pergunta que fiz para o senhor é: quando o senhor efetivamente comunicou que o banco estava com profundo problema de liquidez, e que, obviamente, o senhor tinha que tomar algum tipo de solução? Ou o Governador ficou sabendo quando o Banco Central o procurou para dizer que a situação já estava muito grave?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – O acompanhamento foi desde o início. Se nós participamos conjuntamente das reuniões do Banco Central, onde apresentamos essas solicitações todas, acompanhados do Governador, nós o mantínhamos constantemente informado. Ele sabia da problemática, e as coisas eram feitas, por parte do Governo, na medida do possível. O impossível não era feito. Nós dependíamos efetivamente de uma exceção à regra, que deveria ser autorizada ao BANESPA, para que ele pudesse enfrentar aquele arrocho monetário do Plano Real, já que tinha uma carteira de ativos inelástica, e estava sendo obrigado, pela sua elasticidade, a diminuir a fonte de recursos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor ficou praticamente um ano como Presidente do banco e alguns meses como Vice-Presidente, certo?



O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O Ministro Ciro, na entrevista que o senhor mostrou, disse que a ordem aconteceu em setembro, como o senhor disse, não é isso? Queria que o senhor concordasse ou não?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Como é que o senhor explica que foi na sua gestão, há alguns meses da sua gestão, que o Banco Central chegou à situação da intervenção?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu não entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu explico para o senhor. Se foi desde setembro, ou seja, continuou o problema sendo... O senhor usa como justificativa que o Ministro Ciro Gomes estava preocupado com o BANESPA e cita que ele fez declarações, até como Governador do Ceará, de que a situação do banco estava grave. A ordem vinda para, como ele disse e como o senhor disse, para intervenção do banco, veio em setembro de 1994, certo?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Como é que o senhor explica...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Isso ele disse.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sim. E eu vou depois chegar para o senhor à conclusão por que eu acho que não fizeram em setembro e só fizeram em dezembro. Nós vamos chegar lá. Por que o senhor acha que isso só foi feito quando o senhor estava na administração, e nove meses depois de o senhor estar na administração do banco? Por que isso não foi feito em dezembro de 94? Por que isso não foi feito em março, em junho ou em agosto, já que o senhor dá como justificativa esses problemas todos que vinham acontecendo já há muito tempo?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Primeiro, eu...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Por que não foi feito, por exemplo, em junho, quando o senhor disse que o BANESPA tinha um problema de 6 bilhões de dólares para ser resolvido?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não em junho.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quando?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Isso aí aconteceu nos últimos dias. Primeiro, eu queria colocar uma questão de causa e efeito. O senhor está colocando



a dificuldade como causa, mas ela é efeito de um Plano Real de estabilização econômica que provocou extemporaneamente o maior arrocho monetário que se tem na história. Não é alguma coisa que era previsível. O banco já estava preocupado, tanto é que estava propondo soluções; estava buscando alternativas. O fato novo, que é o causador, veio com o Plano Real.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Sobre isso ainda, só para não perder a oportunidade. Essa questão que o senhor aponta, que o Plano Real causou esse arrocho. Nós tivemos a oportunidade aqui de vários depoimentos sobre a questão da DIVESP, que foi transferida para o BANESPA. Não vi o senhor se referir a isso até o presente momento. Até que ponto o senhor acha que isso também agravou, na sua opinião, essas condições que ocorreram e que tornaram a situação de liquidez do BANESPA como o grande ponto responsável pelo chamado RAET?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Como eu disse na exposição, o banco possuía 9,4 bilhões de créditos contra o Estado e mais 8 bilhões da dívida mobiliária do Estado. Aquela decisão do Banco Central, se eu não me engano, nos tempos de Ibrahim Eris, se não me engano, não tenho certeza...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Foi em fevereiro de 91.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – ...de acabar com as distribuidoras, gestoras de dívidas dos Estados, transferiu diretamente para dentro do banco. Então, se o banco tinha um problema de nove, passou a ter dezessete. Acho que é fácil prever a dificuldade gerada.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor está colocando a diferenciação entre as causas, mas até o momento — pelo menos foi o que entendi — o senhor deu justificativas do porquê na sua administração se chegou àquela situação. O senhor em momento algum disse que o Banco Central foi injusto, agiu de má-fé, que foi insano. O senhor só coloca que as normas aconteceram isso, por isso; que a dívida aumentou mais isso, e isso aconteceu então... O senhor só coloca as causas a que se chegaram. O senhor em momento algum discordou dos números e das colocações que foram feitas do Banco Central. É por isso que eu vou continuar considerando como causas.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Para responder...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não, eu fiz um comentário.



O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu posso responder?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se o senhor quiser fazer um comentário, pode. Responder não, porque eu não lhe fiz uma pergunta.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Tá bom.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor disse que até julho de 94 estava tudo em ordem e que, de repente, o problema de liquidez começou a acontecer aí. Por quê?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Porque houve um aumento de compulsório bancária.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E o senhor não se preparou para isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – O quanto possível.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor nesse momento chegou ao Governo?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Fui ao Banco Central.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas não era o Banco Central que devia para o senhor; quem devia para o senhor...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Quem define a política monetária não é o Governador, é o Banco Central.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu não estou discutindo o Governador. Eu estou discutindo os...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Aliás, o Governador foi comigo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu não estou discutindo o Governador; eu estou discutindo o Governo do Estado, as empresas do Governo do Estado e as empresas privadas que deviam para o banco. O senhor vai lá ao Banco Central, mas não vai às empresas privadas, não vai às empresas estatais e não vai ao Governo do Estado e diz: “Olha, se há alguma coisa, os senhores têm que pagar, porque a situação do banco vai ficar numa situação, vai quebrar o banco”.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Isso tudo foi feito tanto nas empresas do setor privado como nas operações do setor público. O que nós vivíamos naquela era um arrocho monetário generalizado. O fato de ter pedido a eles, não quer dizer que eles tivessem competência para atender. Aliás, eles não tinham.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor, em algum momento, procurou o Governo do Estado e disse: “Olha, nós temos que...” Ou seja, tem que existir um pagamento da dívida do Governo do Estado ou das empresas, porque hoje o problema do banco é grave, ou não foi feito isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Foi conversado. Nós conversamos várias vezes, várias vezes.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Em algum momento se tentou renegociar o acordo de 92 ou não?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Conversamos a respeito, mas não conseguimos viabilizar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Por quê?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Porque o Estado não tinha condições na época, segundo me alegaram.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E o senhor topou?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu tinha outra alternativa? Qual a outra alternativa? Eu ia executar o Estado?

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Eu gostaria de completar. Eu posso? Acho o seguinte: acho que realmente esse ponto é importante para a gente esclarecer, Sr. Meinberg. Acho o seguinte: eu acho que a pergunta do Relator é muito importante. Gostaria de saber, numa coisa mais clara, como é que realmente, quais foram as atitudes nesse momento? Só informar ao Governador? Eu acho que, como Presidente do banco e com o amor que o senhor tinha pelo banco, com o critério, dito que era um banco estável, que era um banco... Com todas as defensas que o senhor colocou, a gente percebe aqui a paixão pela administração que tinha pelo BANESPA naquele momento. Quer dizer, acho que não era nem só uma atitude do Presidente, mas da Diretoria e do Presidente inclusive. Além de informar o Governador, que atitude clara realmente o banco tomou para se proteger na linha em que o Relator fez a pergunta?

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Deixe-me só acrescentar. Desculpe. Pela ordem. Gostaria de saber do Deputado se S.Exa. concorda que essa mesma atitude teria de ter sido tomada por parte do Governo Mário Covas, quando o Governo Mário Covas deixou de pagar as parcelas que deveriam ser pagas, e o Banco Central não tomou nenhuma atitude e também...



O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Só para concluir a pergunta, Deputado. Eu acho que deve ir por partes. Eu estou aqui à disposição para responder em público ou não acho que qualquer atitude do Governador Mário Covas, porque eu acompanhei de perto. Só que acho que nós estamos falando de uma coisa quando Mário Covas não era Governador. Ainda não era o Governador Mário Covas.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Não era o Governador Mário Covas.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Nós não tínhamos nem feito a eleição ainda.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Não é essa a questão, Semeghini.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Eu acho que nós devemos permitir que ele respondesse as nossas perguntas.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Não é do Governador. Eu estou falando do banco, dos interventores.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Bom, depois nós podemos discutir. Eu estou aqui à disposição.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Deputado Lamartine, a diferença é que Mário Covas era o Governador de um Estado que não tinha mais o banco. Apesar de ser controlador, não tinha a administração do banco; ele não tinha a administração do banco.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Mas eu não falei nada do Governador. Eu estou dizendo que o Banco Central, à época, não tomou nenhuma atitude nem os interventores. É essa minha colocação. Eu não estou falando que o Governador aqui... Eu não estou nem colocando a questão dele. Eu estou dizendo: ele não pagou as parcelas e não houve nenhuma atitude, porque, à época do Governador Fleury, por causa de um atraso de quinze dias, eles intervieram. Agora, depois eles não fizeram nada.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Nobre Deputado, eu fiz uma pergunta ao depoente. Eu gostaria que, primeiro, ele respondesse. Depois eu me coloco à disposição para responder a qualquer pergunta de V.Exa.



O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Não, eu queria que V.Exa. respondesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu só gostaria de lembrar aos Srs. Deputados que o depoente, a quem qualquer pergunta deve ser encaminhada, é o Sr. Carlos Augusto Meinberg. Então, eu pediria ao Deputado Semeghini que repetisse a pergunta, por favor.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Eu estou reforçando a pergunta que o Relator fez ao depoente, na verdade. A pergunta é clara. Foi perguntado para ele que ação foi tomada nesse momento em que foi tomada aí, que foi em julho, quando foi feito o aumento compulsório bancário. Existia um impacto que poderia significar que dificilmente seria retomada a liquidez do banco, e o banco poderia caminhar. Acho que esse é o momento decisivo do processo que nós estamos analisando. Eu acho que a pergunta ao depoente não me esclareceu — a resposta do depoente —, dizendo que ele foi ao Governador falar o que fez. E respondeu ao Relator: “Acha que eu teria mais alguma coisa que fazer?” Eu, como Presidente, faria outras coisas. Então, eu espero que ele tenha feito. A pergunta para o Meinberg é a seguinte: como é e quais as atitudes que foram tomadas pelo Presidente e pela diretoria do banco naquele momento.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Deputado, desde que assumi a Presidência do banco, eu mantinha um convívio de reuniões constantes com o Secretário da Fazenda, Dr. Eduardo Maia, amigo nosso e já falecido até, um brilhante economista, e com ele discutíamos com frequência o que fazer. Quando chegou em maio, mais ou menos, prevíamos tudo o que ia acontecer e vimos que não tínhamos como tirar nada do Estado, o Estado estava incompetente para fazer mais. Elaboramos uma série de propostas, propostas essas que dependiam da autoridade monetária; que dependiam de providências, de concessões que a autoridade monetária teria de fazer ao BANESPA especificamente e aos bancos públicos, pela condição excepcional que eles tinham de créditos em suas carteiras. Nós fomos ao banco, propusemos “n” alternativas, e apenas uma foi autorizada. Foi autorizada a troca de títulos estaduais selicados por títulos federais selicados. Todos os demais títulos, cerca de 1 bilhão e 400 milhões de reais, ficaram fora dessa troca, aliás, fizeram parte daquele arrocho monetário que eu mostrei no quadro. Então, nós viemos ao Banco Central, a primeira e a segunda vez, talvez — a segunda não



tenho certeza, a primeira com certeza —, junto com o Governador, várias vezes com o Secretário da Fazenda, sempre acompanhado do Presidente da Nossa Caixa, que vivia naquela época circunstâncias semelhantes, embora menores. Nós íamos e mostrávamos as alternativas. Só que a única alternativa aceita, que resolveu parte do problema, foi aquela dos títulos selicados. Todos as demais, nós não conseguimos autorização da autoridade monetária. Cabe lembrar que nós, exaustivamente, discutimos o tema com o Eduardo Maia, então Secretário. Mas, lastimavelmente, não encontramos alternativas.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Só voltando. Entre 90 a 94, os pagamentos feitos pelo banco à prestadora de serviços atingiram o montante de 470 milhões de dólares, ou seja, um valor razoável para o Presidente do banco se preocupar, ou não? Ou meio bilhão de dólares...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não. É um número expressivo em quatro anos.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Isso aí é um ou quatro anos?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, se é um número expressivo, eu volto a fazer...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, veja bem.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Isso aí é um ou quatro anos?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – São cento e poucos milhões de dólares por ano, uma média não é? Não sei exatamente ano a ano.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Pelo montante do faturamento do banco, quanto representa isso aí?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – O banco não tinha só esses...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Nós tínhamos o problema de 6 bi...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Cem milhões por ano não era tanto.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Nós estamos falando de meio bi.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Então, meio bi em quatro anos.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu não me recordo...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Seis bi em um ano.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se os problemas vieram, então, tudo bem. Eu particularmente acho que não podemos esquecer que o banco... Nós não



podemos também... Eu concordo com V.Exa., mas a partir do momento que o banco foi avaliado em 3 bilhões, e nós estamos falando em meio bilhão, há um... Eu não sei, mas, para mim, quem sabe Deus reservou para mim essa quantia algum dia na vida empresarial, mas eu acho que se um dia tivesse isso, jamais conseguiria contar na minha vida. É muito dinheiro meio bilhão de dólares.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – De dólares?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – De dólares.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu não tenho...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu só estou fazendo esse questionamento, porque ele disse que era coisa normal, que não passava, mas são 500 milhões de dólares. É factível de o Presidente acompanhar o contrato.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – O BANESPA utilizava toda a parte de terceirização do serviço através do BANESER, bem como o Estado também possuía vários serviços, vários terceirizadores, digamos assim, vindos do BANESER. Eu não me recordo exatamente se eram 5 ou 10 mil do BANESER que trabalhavam no BANESPA. Não me recordo. Já se passaram sete anos quase. O que eu posso dizer aos senhores é o seguinte: o universo total de funcionários do banco e do BANESER trabalhando na época era de cerca de 50 mil pessoas. Não sei dizer se 5 ou 10 mil eram do BANESER. Não me recordo com precisão. Então, não é que havia nisso apenas esses mil e poucos. Esses estavam, sim, camuflados num processo muito maior que era a rotina administrativa do banco, que existia, como o Deputado Ricardo Berzoini lembrou, desde 83, se é que não mais antigo. Então, não foi criada lá. Era uma rotina que vinha e que estava camuflada. Se ela estivesse exposta, nós teríamos tido conhecimento.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu tenho uma relação aqui das agências deficitárias do banco. Em 91, eram 114. Existiam 615 agências no banco. Obviamente, como todo Presidente, deve ter tomado providências para que melhorassem as condições das agências, ou que elas fossem fechadas, ou substituídas. Em 92, aumentou uma agência em relação ao ano anterior, ou seja, eram 615 agências, viraram 616, só que agências deficitárias eram 24. Apesar de ter aumentado uma agência do número do ano anterior, caiu brutalmente o número de agências deficitárias. Em 1993, diminuíram em três, ou seja, passaram a 613 agências, e deficitárias eram 45. Na sua administração, desceu uma em relação à



anterior, e praticamente voltaram as agências deficitárias que existiam em 91, ou seja, 101 agências deficitárias. O senhor, no começo de sua exposição e depois, disse bem claro, se não estou enganado, que fez vários trabalhos, inclusive reuniu-se com gerentes para incentivá-los, para crescer, para isso, para aquilo, para tentar solucionar um problema do banco. Como é que o senhor explica, então, quase — quase não — mais que o dobro de agências deficitárias em relação ao ano anterior.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG - O Relator poderia dizer o ano?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mil novecentos e noventa e quatro.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sr. Relator, V.Exa. lembrou que eu teria feito várias reuniões para estimular. Então, deve se lembrar também que citei na minha explanação que o problema do banco estava na questão da liquidez, na geração de receitas e na análise e contenção de despesas. A geração de receitas, até então, quando nós vivíamos com altos índices inflacionários, era feita através daquilo que chamamos de **floating**. À medida que não se tem inflação, essa remuneração cai praticamente a zero. Então, o que aconteceu em 94 é que nós tivemos, pela mudança de circunstâncias, uma perda significativa de renda, e ela, naturalmente, contribuiu para esse aumento de agências deficitárias, embora estivéssemos num amplo programa de revisão disso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não era mais fácil, em vez de o senhor fazer (*ininteligível*) às agências, fechar as agências deficitárias?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – O senhor destruiria uma estrutura por uma situação momentânea, embora o senhor tivesse condições de recuperá-la?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se ela era momentânea e existia condições de recuperá-la, porque o senhor não a recuperou?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Porque não houve tempo hábil. Justamente na metade da minha gestão é que veio todo o arrocho monetário e a queda da inflação, que diminuiu a receita.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu notei na sua exposição e fiquei muito curioso de que o senhor só faz comparação, ou se escapou alguma comparação que não tenha sido neste único ano, de 93. Aí o senhor faz de 93 com 96, 93 em outro aspecto com 97, noventa e não sei o quê com 91, ou não sei que ano, mas o senhor não se refere em nenhum momento a demonstrativos de 94, quando o senhor foi Presidente do banco, com os dados de 95, 96, 97 e tantos



outros anos que o senhor tivesse vontade de fazer a comparação. Por que, se o senhor foi Presidente em 94, não usou os dados de 94 para mostrar que o RAET foi incompetente ou mais competente que a administração anterior, ou se teve mais falhas ou menos falhas? Por que o senhor não usou dados da sua administração?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Se V.Exa. se recorda, eu mostrei a posição de ativos de setembro de 94, a posição de passivos de 94. Eu não tenho os dados, porque não me foram dados com a clareza de relatórios, relativos a 30 de dezembro de 94. Então, o máximo que eu teria disponível são aquelas informações de 30 de setembro de 94. Então, para poder esclarecer e como havia uma continuidade de trabalho dentro do BANESPA, usei os números de 30 de dezembro de 93.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor recebeu o relatório no dia 17 de agosto do Banco Central, certo, para que o senhor fizesse...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Doze ou 14 mil páginas.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas ele existia, um relatório final. Tanto é que eu, por exemplo, como Relator, também não estou procurando nas 14 mil páginas, a não ser aqueles documentos que tenho dúvida e quero me aprofundar neles. O senhor tinha um relatório, como nós tivemos aqui, de trezentas páginas para se manifestar. O senhor se manifestou a respeito delas?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se o senhor se manifestou, obviamente o senhor não tem mais o direito de dizer que eram de 14, de 100 ou de 500 mil páginas. Se o senhor respondeu... Desde que o senhor não tenha respondido: “Olha, eu não tenho tempo, em cinco dias, para fazer”. Mas se o senhor conseguiu fazer algumas considerações, o senhor não tem mais o direito de usar essa alegação. Se o senhor respondeu, está nos autos. Certo?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Deve estar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu estou tentando procurar.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Gostaria até de vê-la, porque não me recordo dos termos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas naquela minha... nos meus documentos estavam totalmente separados, mas aqui elas não estão mais. Pode, por favor, procurar onde está quando ele fechou, mandou a carta. E os diretores que



tiveram interesse, do BANESPA, fizeram algumas considerações. Está bem no final. Eu acho que está aqui, no pedacinho final. Aí vou seguindo, enquanto você procura para me ajudar, por favor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DE ABREU – Sr. Presidente, eu queria aproveitar para dirigir umas perguntas ao...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Deputado, só para eu não perder o raciocínio, a não ser que seja alguma coisa a respeito daquela questão que eu estiver perguntando, aí o senhor...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DE ABREU – Das agências?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Das agências. Pode ir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Deputado José de Abreu.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DE ABREU – Veja bem, o Meinberg colocou que houve um aumento de depósito compulsório. Na realidade, nós sabemos que o produto, a matéria-prima do banco é dinheiro. O que eu queria saber é se essas agências passaram a ser deficitárias depois do aumento do depósito compulsório, porque com isso diminuiu, claro e evidente, o giro do banco, o que derrubou inevitavelmente a receita do banco. Quero exatamente localizar esse período.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Pode ter havido diminuição de renda pela questão de diminuição de dinheiro para emprestar. Isso pode ter acontecido, sim. Mas não foi isso o maior fator determinante da diminuição de renda. O que nós tínhamos era uma renda inflacionária. O banco... O sistema financeiro era sócio da inflação e como tal usufruía de rendas. Essas rendas tiveram de ser substituídas por outros tipos de rendas. Então, estávamos preocupados em criar serviços que pudessem ser tarifados e cobrados dos nossos clientes. Era a alternativa que se buscava para substituir a renda inflacionária.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DE ABREU – Sim. Virou mais uma prestadora de serviço?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DE ABREU – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – De onde vinha o dinheiro do compulsório?



O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Ele era calculado com base em depósitos à vista, em depósitos a prazo, o estoque dessas contas.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Ou seja, eu, cliente, fazia um depósito, parte desse dinheiro que depositava no banco era colocado lá. Certo? E onde criaria um problema grave para o banco? Ele só teria menos dinheiro para reemprestar.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – É isso mesmo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, como é que eu posso...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Acontece que já estava emprestado, Sr. Relator. O banco já tinha um estoque de 9,4 bilhões de empréstimos para o Estado, e não houve como diminuí-lo. Veja bem, eu tinha, digamos, 9 bilhões de depósitos e tinha 9 bilhões de operações. Fui obrigado a diminuir os recursos dos depósitos, mas não tive como diminuir os recursos das operações ativas. Foi isso. Na verdade, tínhamos uma condição inelástica nos empréstimos e uma condição elástica nos ativos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, na verdade, o que aconteceu não foi que o Banco Central fez uma norma que prejudicasse; é que a forma que existia de garantia dos empréstimos que foram dados pelo BANESPA era uma forma que fez com que qualquer modificação deixaria o banco na situação que estava.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não é uma questão de garantia, Sr. Relator; é uma questão de liquidez. A garantia em nada interfere. O Estado é soberano e não há como considerá-lo insolvente. Não existe insolvência de Estado. Então, não há como tratar dessa forma. Não era um problema contratual; era um problema de liquidez. Ou seja, não houve como diminuir a operação do Estado e, ao mesmo tempo, fomos obrigados a diminuir a quantidade de recursos disponíveis. Então, não tínhamos de onde tirar esses recursos.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Então isso está mostrando para nós uma coisa clara. Quer dizer, ninguém está tirando aqui a responsabilidade do Banco Central, mas isso mostra claro, do meu ponto de vista, que o banco estava numa situação que ele não deveria estar como banco, independentemente do estado do Governo. O Governo de Estado não quebra, banco quebra. O que está acontecendo — e você está falando é que quem não quebra é o acionista — é que não podia um banco estar, naquele momento, com falta de liquidez e amarrado da forma que



estava, com mais de 80% dos seus negócios com um único cliente, na situação que aquele cliente estava, e que não conseguiu se reposicionar no banco. Esse é o momento crítico realmente, e me parece até que a Diretoria do BANESPA fez aí um esforço. Mas esse ponto, do meu ponto de vista, é o que esta CPI tem de analisar claramente, porque mostra a falta de capacidade do banco de se adequar, e os outros bancos estavam conseguindo se adequar ou não. Quer dizer, isso mostra realmente que o banco estava numa situação que não deveria estar. Não estamos querendo discutir o Governo do Estado de São Paulo neste momento. É a situação do banco que mostra claramente que não podia nem ser ágil, nem fazer os investimentos, nem retomar, nem ter a liquidez, nem ter a capacidade de investimento para o novo papel que os bancos tinham e que aqui foi discutido várias vezes.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E quanto era o valor do depósito compulsório? De quanto foi o montante do compulsório de 94?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Aumento de 1,4 bilhão.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – De quanto era as dívidas com as empresas privadas que não pagaram?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Total... Não. Que não pagaram, eu não sei. O que estava provisionado era 1 bilhão e 100, que era o estoque histórico de muitos anos de dívidas a recuperar. Queria responder, se V.Exa. me permite, Sr. Relator, ao Deputado Meneghini...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Semeghini.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Desculpe. Aliás, é um erro que cometi outras vezes. Peço desculpas. O que acontece é o seguinte: não discordo do senhor de que o banco não deveria estar com aquele estoque de dívidas do Estado. Eu não discordo. Mas ela não foi constituída num dia; ela foi constituída ao longo de trinta anos. Participaram dela o Governo Paulo Egydio, com 0,07%; o Governo Maluf, com 15,3%; o Governo Montoro, com 46,5% — diga-se de passagem, o maior; e 37,5% do Governo Quéricia. Então, isso foi constituído ao longo de algum tempo. No nosso período, na Presidência do banco, nós só recebemos recursos de volta. Nós não concedemos nada, não demos nada ao Estado. Então, realmente o banco não deveria estar naquela posição. Mas foi uma política do Governo Federal induzindo o desenvolvimento e o endividamento externo para poder resolver



problemas cambiais do País que levou ao estímulo de empréstimos do banco estatal ao longo de trinta anos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Só para voltar à questão da resposta. Houve uma resposta, assinada conjuntamente através de um único procurador, que é a Dra. Maria Elisabeth de Menezes Corigliano, OAB de São Paulo, nº 57.519...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Posso ler?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Assinam o Sr. Antônio Clóvis Vicentini, Carlos Augusto Meinberg, Carlos Sérgio Peirão Gomes, Dilermando Alves de Moura Filho, Eduardo Frederico da Silva Araújo, Eduardo Mascarenhas Cruz, Eduardo Habberman Filho, Gilberto Gregori, Jofre Alves de Carvalho, Lincoln Carelli Barreto, Luiz Carlos Gamberini e Luiz Carlos de Souza Rosa. Neste ato, representado por seu advogado e tal. E aqui os senhores fazem, sim, algumas considerações: que o documento com acusações de apurações, via um crédito de liquidação duvidosa, no valor de 9 bilhões; aqui o senhor faz considerações... Dois, por outro lado, nos próprios... Enfim, e aí vai... por questão, alegando que não havia prejuízo contábil. E responderam: item 3, item 4, item 5, item 6, item 7, item 8, item 9, item 10, item 11 e item 12.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Deixe-me olhar, por favor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Ou seja, houve respostas que obviamente eu terei o trabalho de...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Deixe-me ver o conteúdo para poder comentar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ...comparar com o que o senhor falou agora com o que senhor falou no passado, porque, para mim, o senhor leu novamente o relatório, e obviamente deve ter acompanhado os depoimentos aqui.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, não acompanhei, não.

(Intervenção inaudível.) (Pausa.)

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Permite-me ler alguns trechos dessa...

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – É como resposta?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim. É em resposta a isso. Posso ler pequenos trechos desse documento. No item 7, diz o seguinte: “Isto posto, requerem que, ainda antes da apresentação do relatório final, a autoridade que



determinou o lançamento em créditos em liquidação da dívida do Estado de São Paulo junto ao BANESPA ofereça de forma detalhada, conforme prescreve a lei, os motivos determinantes de seu procedimento, para, se for o caso, os requerentes apresentarem manifestação, até porque, se aquele documento, datado de 17 de agosto de 95 e mencionado na conclusão das apurações, às fls. 11.602, item 3.2, como ensejador do procedimento contábil, encontra-se anexo aos autos”. Mais adiante, há um item que fala o seguinte: “Quanto às operações com o setor privado, apontadas como lesivas pela Comissão de Inquérito, é importante considerarmos que nenhuma delas se iniciou no período de gestão dos requerentes, pois foram contratadas e/ou tiveram recursos financeiros liberados anteriormente. Em consequência, entendem os requerentes que em relação aos mesmos inexistiu imputação que lhes permitisse neste momento apresentar qualquer defesa ou alegação, por certo inoportunas e inadequadas neste procedimento”.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Ótimo. O senhor obviamente acabou de afirmar a minha consideração.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Como assim?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor estava alegando que... como é que o senhor ia responder com cinco dias, mas o senhor respondeu. Não, mas eram 14 mil páginas. Mas a sua advogada cita aqui nas respostas, e o senhor acabou de ler — só vou ver onde o senhor leu: “... está mencionado nas conclusões, às folhas 11.602, no seu item 2...” Aí o senhor cita... Ou seja, se ela leu a página 11.602, é porque ela obviamente leu a página número 6.348...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – A página 11.602 consta do relatório final.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Significa que ela... Mas o senhor vê: peguei agora a página nº 43, que constam as folhas de número 12.529 do relatório e vão até 12.885. Ou seja, eu li o relatório final em questão de minutos. Quantos minutos nós levamos para pegar a resposta do senhor e dos seus diretores?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sr. Relator, o senhor está usando um volume que foi apensado ao processo após a resposta dos ex-administradores. Os ex-administradores quando tiveram acesso tiveram ao volume 40, não existia o 43.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sorte do senhor, porque esse aqui é resposta, ou seja, os senhores, em cinco dias, conseguiram analisar até quarenta...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, senhor. Acho que o senhor não prestou atenção no que eu li.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ... e tiveram que, em cinco minutos, apurar até o 43.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – É claro que não tinha. Se existe um relatório final, no relatório final as considerações dos ex-administradores... Aí já não é mais a página tal — tem a página tal mais as considerações. Aí tem as respostas das considerações, ou seja, já não existe mais a página tal. Quer dizer, tem a página tal mais as considerações, mais as respostas às considerações. Então, nada mais do que natural que o senhor teve... Estranho seria se o senhor tivesse tido acesso até o caderno 43 e a sua resposta tivesse no caderno 42.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu não posso ter acesso a um relatório que não estava disponível, senhor. Ele não havia sido criado. Isso aí não havia sido criado. Isso foi criado a posterior. Não posso ter algo que não existia. Como é que eu ia ver alguma coisa que não teve... Eu tinha o volume 40. Com base no volume 40, pelo que eu li aí, porque não sabia, a advogada de então preparou uma resposta. E na resposta...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O volume 40, por favor.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – ... e na resposta ela se refere a páginas do volume 40, pelo número que o senhor citou agora há pouco. E mais do que isso: ela mostra que nós não concordávamos com o lançamento das operações do Estado em crédito de liquidação duvidosa e dizia que as operações do setor privado... Ela não estava falando mais do que todas aquelas operações tinham sido criadas em tempos anteriores. Porquanto não tinham sido geradas por eles, aqueles que ela estava representando.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – É o que estou falando. O relatório 40, que é óbvio que é o máximo que o senhor poderia ter acesso até aquele momento, era exatamente créditos do Banco do Estado de São Paulo sob o Regime de Administração Especial — Conclusões das Apurações. Daqui é que vieram as outras pastas. Por quê? Porque daqui é que vieram as respostas que os senhor e os outros



deram. É claro que o senhor não poderia ter o 43. O 43 só veio a existir com a juntada dos documentos, na qual os administradores da administração passada responderam. É claro que o senhor tinha de ter o 40, porque todos esses documentos acabavam no 40. Os outros foram criados para juntar aquilo que os senhores responderam, e obviamente a réplica dos interventores e da Comissão de Sindicância. O senhor teve acesso àquilo que a lei obviamente determina que tivesse. *(Pausa.)* Quando o senhor fala do **speed** mensal...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Spread.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Do **spread** mensal — desculpe, não sou banqueiro —, do **spread** mensal de 0.5% era em relação aos empréstimos que o Estado fazia?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas então de quanto foram os empréstimos que na sua administração foram feitos ao Estado de São Paulo?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Nenhum.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então como é que se cobrava 5% do...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – As operações não tinham sido resgatadas. Elas estavam em ser e, portanto, tinham um débito a ser cobrado todos os dias.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, obviamente, cada renovação era...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não teve renovação, senhor. Era uma só.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, cada momento, cada dia se aumentava, cada mês se aumentava mais 0,5 extra?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Todo mês se cobrava o 0,5 daquele mês.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor está nervoso?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então o senhor me responde com educação. Se o senhor me responder com essa falta de educação, vou começar a achar...



O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não entendo por que o senhor está achando que eu não estou com educação.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Nem terminei de fazer a pergunta e o senhor já quer engoli-la.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Desculpe.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então está ótimo. Então, a cada mês, obviamente, se crescia mais 0,5%. Certo?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim. Não é que cresciam; eram cobrados a título de juros e incorporados à dívida.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Ou seja, o Governo do Estado não pagava, o senhor ia ao mercado, pegava esse dinheiro a tanto, pagava os juros...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Deputado Ricardo Berzoini, por favor, esclareça a todos nós, porque todos queremos saber, depois continuamos o depoimento.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – É uma informação urgente. Na verdade o que aconteceu foi o seguinte: não foi retirada a urgência; foi apenas adiada a discussão para a semana que vem. Vão ser lidos os relatórios dos Relatores nomeados **ad hoc** no plenário, e na semana que vem começa a discussão em suma do projeto. Continua bloqueando a pauta, porque enquanto não retirar a urgência não desbloqueia a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Muito obrigado pelo esclarecimento. O Sr. Relator com a palavra.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Os senhores pegavam o dinheiro em tal banco, o Governo do Estado não liquidava a dívida, e obviamente o senhor tinha que pegar esse dinheiro e cobrir de algum lugar. Certo?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Em 1992, o Estado rolou suas dívidas através de um voto do Senado Federal, nº 92/92. Naquele momento, firmou um contrato que dizia que aquela dívida seria paga ao longo de doze anos. E estava pagando, tanto que, na data da intervenção, apenas uma parcela de cerca de 20 mil reais estava vencida. Todo o mais estava em dia. Então, o estoque da dívida era estável, porque havia sido contratado em 92 dessa forma, não que nós tenhamos contratado. O que houve é que as fontes de recursos diminuíram, já que o depósito



à vista é um depósito de saque a qualquer momento, e mesmo o depósito a prazo é sacável em prazo mais curto do que as operações do ativo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Por isso cada mês aumentava mais 0.5?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, senhor. Aumentava o valor do início do mês mais o custo de captação do mês mais meio por cento menos o valor amortizado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor disse que o número extraordinário do banco era de contas pessoas físicas, certo?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim, 2 milhões e 900 mil pessoas, se não me engano.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se não me engano, o senhor cita isso:...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – ... “O banco possuía cerca de 3.1 milhões de clientes, sendo que mais de 2.9 milhões eram pessoas físicas, fatia extremamente interessante para qualquer banco. A pergunta que eu faço para o senhor é: quantos eram esses clientes no dia da sua posse como Presidente e quantos eram esses clientes no seu último dia de administração? E qual é o número, porque todos os funcionários públicos do Estado de São Paulo eram clientes do BANESPA? E qual era o número do aumento de funcionários públicos que existiu em 1994?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Aumento de funcionários dentro do BANESPA?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sim, porque se...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, acho que não houve.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não houve. Então...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não tenho o dado, mas acho que não houve.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, ótimo. Se não houve...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não me recordo de nenhuma contratação.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Essa pergunta significa o seguinte: se o número de clientes aumentou e o número de funcionários públicos não...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Funcionários públicos não. Funcionários do BANESPA, reduzimos em 94.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Reduzir...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, reduzimos funcionários do BANESPA. O senhor falou funcionários públicos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Estou falando de funcionários públicos, porque deve ter tido concurso de polícia, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Agora, Deputado, um esclarecimento: não é o funcionário público que pode optar pelo Nossa Caixa — Nosso Banco, ou pelo BANESPA. Não é obrigatório que ele seja do BANESPA.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Aí ele pode optar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Pode optar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Está bom. Então eu queria saber quanto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Aliás, agora continua, continua podendo optar, embora o BANESPA não seja mais um banco público.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Sr. Presidente, só um esclarecimento. O senhor disse que continua podendo optar entre Caixa e BANESPA, mas o Presidente do Santander disse exatamente o contrário, naquela oportunidade, lá em São Paulo. Ele disse que uma das questões importantes para que o banco ficasse era que mantivesse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sim, as contas já existentes. Eu, por exemplo, vou dar o meu exemplo pessoal. Quando o BANESPA foi privatizado, eu mudei minha conta para o Nossa Caixa — Nosso Banco, porque eu tinha... todo funcionário público tem essa possibilidade, entendeu? Quer dizer, então a condição é a seguinte: o que quis dizer o presidente do Santander é que se abriu uma exceção a um decreto existente, de muitos anos, no Estado de São Paulo. Era um decreto que tornava obrigatória a manutenção de todas as contas dos funcionários, de todos os depósitos judiciais em estabelecimentos oficiais. Discutia-se até se era possível manter no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal



também. Mas a conclusão é de que só podiam utilizar os bancos públicos do Estado de São Paulo.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Era uma opção de escolha?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Era uma opção de escolha. Agora, continua sendo...

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Portanto, veja bem: e se o funcionário que já estivesse com a conta resolvesse transferir para a Caixa?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu explico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Ele pode transferir.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Então, cadê o acordo feito com...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu explico o que aconteceu. O que aconteceu foi o seguinte: foi uma troca. Quando se fez o anexo contratual, quando houve a privatização, houve um acordo comercial. O BANESPA continuaria vendendo, nas suas agências, seguros da seguradora do Estado e em contrapartida o Estado manteria as contas dos funcionários públicos no BANESPA. Depois de um ano, se não me engano, o Estado abriu a opção e transferiu contas para o Nossa Caixa – Nosso Banco.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Só para esclarecer, porque eu estava presente. Aí, veja bem: o funcionário público pode optar como ele quiser, na hora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Pode optar a qualquer momento.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Se eu sou funcionário público e quero passar para o Nossa Caixa, eu tenho esse direito. O Estado não pode me obrigar a ficar no BANESPA.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não, eu entendi.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Entendeu?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – V.Exa. vai... a hora em que eu terminar.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não, na venda, o decreto, que foi objeto de discussão nossa em São Paulo,...



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não, não foi o decreto.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – ...o Governador assumiu a responsabilidade de, por sete anos, continuar depositando no BANESPA, antes do leilão.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O que ele não... Ele quebrou esse acordo. Houve, depois, uma quebra de acordo, voltando a opção para o funcionário público. Até, na época, saiu nos jornais a possibilidade de o Santander processar o Governo do Estado. No fim, acabou não havendo essa ação, porque eu perguntei ao presidente do Banco Santander, e ele disse que não houve motivação jurídica e acabaram não brigando judicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sr. Relator, só para esclarecer. Talvez eu não tenha me expressado bem. O acordo que foi feito, de manter por sete anos os depósitos, as operações do setor público e as contas do funcionário, Deputado Wagner Salustiano, esse acordo não implica a obrigatoriedade de o funcionário manter, entendeu?

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – O funcionário pode optar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Ou seja, o funcionário podia, de livre e espontânea vontade, ir para o Nossa Caixa — Nosso Banco, certo?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Na verdade, Sr. Presidente, faculta ao Santander, ao BANESPA disputar esse cliente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sim, exatamente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Ele não poderia disputar, porque não era permitido.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não era uma obrigatoriedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Porque era um banco privado. Antes, o funcionário público não podia receber por banco privado. O que o acordo fez foi possibilitar que um banco privado, o Santander, pudesse ser uma opção para o funcionário.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Não foi o Santander, não. Desculpe, Presidente. Isso foi antes do leilão. Não se sabia quem ia ganhar o leilão. Podia ser o Santander...

(Não identificado) – Está no edital.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Está no edital e também está no anexo, no contrato anexo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Está no anexo. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então, a exceção foi que um banco privado passou a poder competir com um banco público. Foi isso. Mas isso não impede, como não me impediu, por exemplo, de retirar a minha conta e passar para o Nossa Caixa — Nosso Banco.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Para completar a informação, o Governo Federal baixou uma medida provisória para permitir também, porque na verdade a Constituição Federal prevê...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Exatamente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – ...que o dinheiro público deva ficar em bancos públicos. Na Constituição, é uma lei federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – É uma lei federal que obriga.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – E o agente financeiro do Estado era o BANESPA.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas, na verdade, é só para esclarecer que nesta posição houve uma relação de troca. Eu, particularmente, como empresário, entendo-a como mais perfeita ao interesse das duas partes. O Governo do Estado queria continuar tendo lugares, porque o Nossa Caixa não tinha número de agências para serem vendidos os seguros da empresa estatal. E obviamente precisava de um banco com um número grande de agências. E obviamente fez essa contrapartida. Então, eu queria que o senhor me respondesse: quantos clientes existiam em 1994, quando assumiu, e quando o senhor deixou o banco?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Havia no banco, ao longo do tempo, cerca de 3 milhões e 100 mil clientes, sendo que desses cerca de 180 mil, mais ou menos, eram pessoas jurídicas; o resto, pessoas físicas. Não me consta que tenha diminuído, mas eu não tenho esse número preciso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas o senhor não pode me afirmar que diminuiu?



O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não. Nem afirmar que diminuiu, nem que aumentou. Eu não tenho dados. Havia um trabalho de conquista de clientes. Se eu me recordo, estava indo bem.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Em tese o banco não perdeu os seus clientes, em tese ele não perdeu os seus depósitos.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim. Não. Perdeu depósito, sim. Depósito de aplicação, dinheiro é arisco, eu documentei e mostrei. Nós perdemos 800 milhões de reais em depósitos, em CDB, RDB e poupança.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor fez uma comparação no mercado de câmbio. Vou ler parte do documento que o senhor apresentou: "O BANESPA tinha, em dezembro de 93, uma participação de 4.8% do mercado de câmbio brasileiro e em 1996 reduziram isso para 1.5% — queda de 300%." Primeira pergunta: por que o senhor não faz essa comparação com 95, com 97, com 98? Por que o senhor se refere apenas a 96?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Porque foi a informação que eu obtive. Eu consegui ter essa informação. Eu não vi a... Primeiro, eu estou fora do BANESPA há sete anos. Estou em outra área, cuidando da minha vida. E eu não acompanho a evolução do BANESPA dia a dia. Naquela ocasião eu tinha interesse objetivo, e esse dado me chegou às mãos, oferecido por um vice-presidente da área internacional.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E por que o senhor não fez essa comparação a respeito de 94, que era o ano em que o senhor era presidente do banco?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Porque eu não tinha o dado, como disse ao senhor, no meio do caminho.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, quer dizer que o senhor não tinha os dados. O senhor estava, até o dia 29 de dezembro, no banco, certo?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor era Presidente do banco até dia 29 de dezembro. Obviamente que no dia 31 de dezembro tinham de estar ali os preparativos para se fechar o balanço do banco. E o senhor não tinha os dados de 94? Como é que o senhor explica...



O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu tenho o balanço de 94, aquele que foi fechado pelos interventores. Isso eu tenho. Agora, detalhes, percentuais, participação de mercado, o que implica relatórios mais detalhados, mais consubstanciados, eu não tive acesso a eles, porque já não estava mais no banco. Então, eu queria lembrar ao senhor...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas o senhor estava até...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Será que o senhor me permite terminar, por favor?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – ... praticamente, o última dia do ano? O senhor estava até o último dia em que o banco funcionou.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – O arquivo é do BANESPA, não é meu. O arquivo está lá no BANESPA. São decorridos sete anos. O senhor está cobrando da minha memória números que eu não tenho o registro. São sete anos, eu queria lembrar ao senhor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu sei. Mas o senhor administrou o BANESPA, o senhor não administrou a loja da esquina. Realmente houve todos esses problemas, mas como...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, mas (*ininteligível*) 35 anos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Como houve todos esses problemas, obviamente o senhor deve ter guardado dados. A minha preocupação é de que o senhor não queira divulgar os dados...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, pode pesquisar. Eu sugiro até ao senhor que solicite ao banco as informações.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Já solicitei. É por isso que eu estou perguntando ao senhor.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Então está ótimo. Então, vai eliminar a dúvida...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor coloca aqui, em 94, entre a reforma de ativos que foram feitos, vários imóveis que tinham sido dados ao banco. Como dação, foram vendidos. A pergunta que eu faço para o senhor é: foram vendidos por favores maiores ou menores do que os recebidos?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não tenho os dados. São decorridos sete anos.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sempre que...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não foi um imóvel só, senhor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sempre que os dados podem criar confusão, obviamente o senhor não lembra.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, senhor! Desculpe, Sr. Relator. Eu não tenho todos os dados, eu não sou um computador ambulante, eu não tenho o registro da vida do BANESPA antes, durante e depois, principalmente decorridos sete anos. O senhor está pedindo alguma coisa...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mesmo o senhor tendo tido todos os seus bens...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim, mesmo tendo tudo isso, porque esse assunto não afeta o meu interesse objetivo de liberar meus bens.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sim, mas obviamente a sua condição moral.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – A minha condição moral...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Ou não? Foi colocada em dúvida.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – ...vem sendo defendida, nesses sete anos, com um vigor total. Liderei todos os trabalhos visando evitar a privatização e a federalização do banco. Fui companheiro de todos aqueles que lutaram efetivamente em defesa do banco, e muitas vezes liderando o processo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor disse que existia e foi citado que, no RAET, só foi possível fazer com que o banco tivesse lucro, enfim, porque existiam dados que eram feitos para que o banco, foram colhidos na administração do banco, para se fazer uma reestruturação do banco. Se foram feitas, obviamente, diretrizes para reestruturação do banco, se foi feito todo esse trabalho, por que não foi feita uma reestruturação no banco, a ponto de que o problema não acontecesse?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Estava sendo feita. Não houve tempo hábil para terminar, mas estava sendo feita, e por completo. O que aconteceu foi que não apenas nós fizemos um plano de ação e iniciamos a implementação, como preparamos outro para o ano de 95, que foi utilizado, como os próprios interventores disseram, depois, na assembléia de acionistas.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor disse que a situação do banco, no dia 13 de setembro de 94, ficou muito grave, certo? O senhor leu aí, na página 18.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu disse que no dia 13 de setembro nós perdemos a fonte de financiamentos, que sustentava cerca de 3 bilhões de reais em títulos públicos estaduais. E por conta disso tivemos grave dificuldade de busca de financiamento para carregar os títulos naquele dia. Como nós já havíamos proposto, em maio, a troca de títulos públicos estaduais por federais, de maior liquidez, para viabilizar essa situação, nós, como sempre, solicitamos essa troca. Só que o Banco Central só liberou às 9 horas da noite, através do Sr. Alkimar Moura.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas foi liberado?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Às 9 horas da noite. Aí nós tivemos de formalizar contratos de trocas, tivemos de buscar a assinatura do Secretário da Fazenda, tivemos de buscar dinheiro no mercado, e fomos encerrar esse serviço 1 ou às 2 horas da manhã.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E tinha obrigação, o Banco Central, de fazer essa liberação?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Fazia a parte do protocolo de conversações que havíamos... Protocolo não em contrato formal, mas o entendimento de como é que deveria ser procedida a gestão da dívida pública estadual de São Paulo, naquele período.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas ele tinha a obrigação de fazer isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Obrigação formal?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Exato.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então foi uma deferência?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, não foi uma deferência. Foi um acordo, em função de um plano real de estabilização econômica.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quando existe acordo, há deferência de ambas as partes. Porém, foi uma deferência, não uma obrigatoriedade.



O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não entendo dessa forma, porque nós estamos vivendo um momento de exceção.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E não foi aqui... Quando o ex-Ministro Ciro Gomes coloca que desde setembro... Será que não foi exatamente nesse momento que ele pediu ao Banco Central que entrasse em intervenção, já que tinha problema?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Ele deve ter pedido. Tanto é que ele alega no texto, na fita que puseram a GEROF do Banco do Brasil no meio, e que ele era contra. Eu fico com dúvida. Não posso afirmar que tenha acontecido, mas imagino que ele era uma das pessoas que estavam sendo consultadas cada vez que os diretores do Banco Central saíam da sala. Imagino, não posso afirmar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Pode ser que naquele momento ele tivesse pedido. Como houve a deferência do Banco Central de aceitar, seja às 9, 10 horas da noite ou às 2 horas da manhã, obviamente o problema deixou de existir.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sr. Relator, essa forma,...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Estou perguntando.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – ...essa forma de se fazer troca de títulos públicos estaduais por federais não foi inventada por nós. Em outro momento, em que crise semelhante afetou o mercado financeiro, o Banco Central já havia feito essas trocas. Na verdade nós estávamos refazendo algo que já, em épocas difíceis, vinha sendo feito. E que provavelmente era feito também em outras instituições públicas estaduais e federais.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Qual era o problema, no dia 13 de setembro? O valor econômico. Quanto?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Dois a três bilhões.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Cerca de 3 bilhões?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Imagino eu, mais ou menos isso, que era quanto esse banco nos dava.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Por que o senhor acha que a intervenção foi no dia 29 de dezembro e não no dia 30, no dia 28, no dia 27 ou no dia 13 de setembro?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Talvez Pedro Malan possa dizer.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor não pode?



O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor não tirou, nunca, nenhuma conclusão disso?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Talvez Pedro Malan, talvez quem tomou a decisão possa dizer.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor diz o seguinte — página 19 do documento...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Só um pequeno comentário que eu queria fazer sobre a pergunta anterior. O Ministro Ciro Gomes disse que desde setembro ele queria intervenção no banco. E que...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sim, e talvez ele pedisse. Eu não sei. Ele vai vir aqui depor.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Isso está na fita. Não fui eu que falei. Foi ele que falou.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Ele virá depor, para eu saber se era exatamente esse problema ou se era algum outro problema.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – O que acontece é que ele mesmo disse que ficou muito aborrecido, porque levaram muito tempo para fazer. O que mostra, o que induz ao raciocínio de que houve uma data marcada, houve uma decisão de que um dia ia acontecer. E um dia fizeram acontecer.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor está dizendo o que o senhor entendeu. É isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor coloca na página 19 desse documento que o senhor entregou: "Dia 29 de dezembro, abrimos o dia necessitando de 6 bilhões de reais. Tentei falar com Pedro Malan e fui atendido pelo Alkimar Moura, que afirmou que estavam buscando uma solução. Apenas às 18 horas a GEROF transferiu 400 milhões." E o senhor abriu um parêntese naquele momento e disse: "Apenas 400 milhões". A pergunta que eu faço para o senhor é: o Banco Central tem obrigação de fazer esses depósitos?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Obrigação, não. Mas havia um acordo em que, dadas as circunstâncias do arrocho monetário e do estoque de dívida de longo prazo, do Estado, e do estoque de dívida pública, na forma de



títulos, havia um entendimento, um acordo em que a GEROF captaria classe denunciada pelo próprio Ministro Ciro Gomes. E um dia resolveram não fazê-lo mais. E voltaram a fazer um ou dois dias depois. Tanto é que, como o próprio Altino Cunha declarou, e o Feitosa também teria declarado — pelo menos foi o que me contaram, eu não li esse texto dos depoimentos deles —, contaram-me que eles teriam confirmado que, até o final da gestão do Feitosa, a GEROF continuava dando dinheiro para o BANESPA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Até a federalização do banco.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim. Então, veja bem: ela existiu como rotina em setembro, outubro, novembro e dezembro, até o dia 28, foi interrompida no dia 29 e foi retomada um ou dois dias depois. E permaneceu até a federalização.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor não acha que o senhor ficou muito acomodado? O senhor, em vez de ficar ligando para o Pedro Malan, por que o senhor não ligou para o Banco Itaú, para o BRADESCO, para o Banco Real, para o banco não sei das quantas, para os bancos do exterior, pedindo os depósitos ou tentando resolver de uma forma... com instituições que não fossem o próprio Banco Central?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Isso foi tentado "n" vezes, sem sucesso. Até que se chegou a um acordo com o Malan e com os diretores do Banco Central de que esse trabalho passaria a ser feito pela GEROF. Nós ficamos tentando o dia inteiro, até porque eu tinha uma mesa de operações completa, com uma equipe enorme trabalhando lá, pegando aquilo que era possível pegar. Mas nós estávamos falando de 6 bilhões de dólares.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E quanto o senhor conseguiu pegar, fora os 400 milhões?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Ah, não tenho o número. O que faltou na verdade foi 1 bilhão, 311 milhões.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – A memória do senhor foi tão perfeita em alguns momentos, que eu achei que eu ia ficar feliz com suas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Quer dizer que faltaram 1 bilhão, 300...



O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Um bilhão, trezentos e onze.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então, é só tirar de 6 bilhões 1 bilhão, 311. A gente vê quanto foi captado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, o senhor conseguiu captar...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Faltaram-nos 1 bilhão, 311. O senhor veja que havia alguma competência no banco.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Só é bom lembrar esses 4 bilhões e 600 de onde vinham. Uma boa parte era do Banco Central.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Uma parte era redesconto. Na verdade, faltaram garantias, segundo interpretação do Banco Central...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor não respondeu a minha pergunta. Eu perguntei quanto veio sem ser do Banco Central.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Mas eu não tenho esse dado, Sr. Relator. Eu estou dizendo o seguinte: havia um buraco de 6 bilhões. Faltaram 1 bilhão e 300...

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Eu fiz a conta aqui. Deu 4 bilhões, 689...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Tudo bem. Eu não estou discutindo isso.

O SR. DEPUTADO MARCELO BARBIERI – ... que foram captados. É isso, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não, é isso. Mas o Deputado Ricardo Berzoini me falou uma coisa, que eu não tinha essa informação, que é: isso, muita coisa também veio do Banco Central.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Está no relatório, Sr. Relator. Se V.Exa. pudesse consultar o último volume, nas conclusões finais há uma diferença.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Estou com o último volume aqui. A minha pergunta foi específica: quanto se levantou de outros bancos que não fosse o Banco Central? Então, não foram 4 bilhões e tanto. O Banco Central já tinha depositado alguma coisa. Eu quero saber...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Em setembro quebrou-se aquilo mais importante que uma instituição financeira tem: o seu nível de confiança perante os doadores de dinheiro. Com aquele atraso — e por um atraso do Banco Central,



porque havia um acordo de se fazer a troca, coisa que não fomos nós que inventamos, coisa que já existia —, por esse atraso nós tornamos pública uma dificuldade momentânea. Não havia o que fazer. O senhor pode estar certo de que a mesa de operações do banco ficou o dia inteiro tentando. O senhor pode estar certo de que eu liguei para vários bancos. Não me recordo quais, agora. Mas nós estávamos dependendo de recursos... (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – O senhor pode continuar, Sr. Meinberg. Pode continuar respondendo. Não há problema, pode continuar.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu perdi o raciocínio. Mas, enfim, nós então tínhamos um buraco, naquele dia, de 6 bilhões. Buscamos aquilo que era possível na rede, na rede de agências. Buscamos aquilo que era possível no mercado financeiro. E o que faltou, nós fomos ao redesconto. Na hora de se ir ao redesconto, oferecem-se garantias. E essas garantias é que dão base para que o Banco Central libere o redesconto. Nesse dia, entenderam — nós oferecemos adicionalmente títulos públicos estaduais cetipados e títulos municipais —, eles entenderam que esses títulos não serviam. E, ao não servirem, faltaram garantias suficientes para dar cobertura a toda demanda de redesconto. Foi assim que a coisa aconteceu. Vejam bem: se a GEROF, em vez de nos dar 400 milhões, tivesse nos dado 2 bilhões, nós teríamos resolvido o problema.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O Deputado Berzoini está ali me ajudando a achar os dados. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Só uma pergunta, que eu acho importante, dentro desse assunto, Dr. Meinberg. Essas garantias que o senhor ofereceu ao Banco Central, que não foram aceitas, que o senhor narra aqui quais são essas garantias, eu gostaria...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Títulos públicos estaduais cetipados e títulos municipais da cidade de São Paulo, também cetipados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Essas garantias tinham sido aceitas anteriormente pelo Banco Central?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não tenho o registro disso. Conosco, ainda não. Na medida em que não havia mais títulos estaduais selicados para trocar, e nós precisávamos oferecer garantias adicionais, solicitadas pelo Banco Central, nós oferecemos esses títulos, que eram, do ponto de vista do crédito,



idênticos aos demais títulos que já estavam aceitando. A diferença é que um era liquidado por um sistema de SELIC e outro, por um sistema de CETIP. Mas o devedor era o mesmo. Então, o devedor era bom no SELIC e o devedor não era bom no CETIP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Uma outra questão: faltaram garantias no valor de 1 bilhão e 300...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Um bilhão, trezentos e onze, se não me engano, para ser exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – E aí foram oferecidas garantias do Nossa Caixa — Nosso Banco.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim, no dia seguinte, pela manhã, o Dr. Campelo me deu vários dados, vários valores, e nós oferecemos. Mas também não obtivemos isso.

(Não identificado) – Não foram feitas. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Essas garantias no Nossa Caixa — Nosso Banco, o senhor se lembra de terem sido utilizadas anteriormente?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Provavelmente, sim. Se não me engano, eram ações e eram outros ativos que eu não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Quer dizer, o BANESPA tinha utilizado já.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Por que não haveria de utilizar? Não haveria nenhum impedimento para que utilizasse.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – O que o Presidente está querendo dizer, no meu entender, eu tenho para mim, é se, na realidade, em outras ocasiões, o que não foi aceito naquela oportunidade poderia ter sido aceito anteriormente. E no caso do Nossa Caixa foi. Não é isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, não é que tenha sido. Nós oferecemos garantias que o Nossa Caixa iria aportar regularmente.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Certo. Em outras ocasiões, teriam sido aceitas?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não sei afirmar, não sei afirmar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas foi afirmado por um dos depoentes aqui, eu não me recordo qual deles,...

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Que sim, que sim, que sim. Isso é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – ...que eram utilizadas garantias do Nossa Caixa — Nosso Banco normalmente.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Essa pergunta é muito importante.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Aliás, eu acho que nós andamos usando, sim. Agora, o senhor está falando, eu tenho uma vaga lembrança. Eu não tenho certeza, mas eu acho que nós andamos usando, sim. Precisaria também requisitar essa informação no banco.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Só uma coisa. Um dos depoentes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Deputado Semeghini.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Uma das pessoas que falaram aí, me parece — eu estou até perguntando ao Dr. Meinberg —, mas me parece que, na verdade, títulos municipais e algumas dessas coisas não poderiam ser aceitos. Parece que havia algum impedimento de norma do Banco Central, coisa desse tipo, quando se tratar de dívida, títulos municipais, essas coisas. Não é verdade?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – As garantias teriam que ser créditos.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Isso.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – O título municipal é um crédito.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Mas esses títulos que havia, de crédito municipal, eram alguma coisa que dava, na verdade, esse tipo de garantia de crédito a ser recebido? Era razoável?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim, 400 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Isso foi oferecido, esse tipo...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Foi oferecido e não foi aceito.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – E esse título foi oferecido a outros bancos, para saber se ele era razoável e poderia ter sido aceito?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, nós não estávamos mais conseguindo captar recursos no mercado de **open market** desde setembro, pelo



evento que aconteceu no dia 13 de setembro. Então, nós não tínhamos mais... Nós perdemos essas fontes de recursos, devido ao que aconteceu no dia 13 de setembro. Então, nós só poderíamos fazer isso através da GEROF ou do Banco do Brasil. Lamentavelmente...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Eu ia fazer uma outra pergunta, mas o Relator quer retomar. Eu deixo para fazer depois.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu vou chegar lá. Eu estou — inclusive está na página 20 do que ele apresentou —, eu estou indo em ordem e vou perguntar. Mas o senhor disse, no seu documento: "Para minha surpresa, quando afirmei que o banco estava com dificuldades, respondeu-me que já sabia". Como é que o senhor pode ficar surpreso com um Governador que já ganhou a eleição, há dois, três dias de assumir o cargo tivesse sabendo a situação das empresas do Estado? O senhor não acha que é mais do que natural que o Governador, antes de assumir o cargo... E obviamente eu me lembro que ele existia, até porque existiam notícias jornalísticas de que o Secretário da Casa Civil do Governo, que ainda existia, estava encontrando com um Secretário ou um representante nomeado pelo Governador que tinha ganhado a eleição e que tomaria posse. E que naqueles encontros existia muita cordialidade e que o Secretário da Casa Civil — se não me engano era Secretário de Governo — estava passando todas as informações da situação do Estado e de todas as suas empresas. Como é que o senhor pode ficar surpreso que o Governador Mário Covas soubesse da situação do banco, se o próprio Governador da gestão anterior passou todas as... E obviamente preocupado, acho, até com o Estado, dizendo: "A situação do Estado está assim, está tudo certo etc. etc." Porque é normal essa troca. Obviamente, quando o Governador Fleury assumiu, o antigo Governador deve ter passado para ele o retrato do Estado.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Eu acho normal, se naquela oportunidade o Governador tivesse — até porque ele tinha ganhado uma eleição quase que naqueles momentos —, ele tivesse colocado a público também, na sua campanha, a situação. Mas, não. Ele silenciou e depois, para surpresa de todos...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Lógico. Para surpresa de todos, naquele momento, quando foram à casa dele, ele já sabia de tudo. Sabia até que o banco ia sofrer intervenção.



O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Não, espere aí. Eu gostaria de esclarecer, porque estão fazendo acusações ao Governador Covas. Eu queria apenas esclarecer.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Deixe-me só terminar.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Eu gostaria que as pessoas fossem mais objetivas quando citassem. Isto aqui é uma CPI, está sendo gravado, eu entendo que isto aqui vai ter um relatório conclusivo, e é bom que a gente esclareça cada passo, Sr. Relator. Eu acho que está havendo uma confusão.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Deixe eu só terminar, Deputado.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Eu gostaria de entender o que o nobre Deputado quis colocar, se na campanha não ficou claro o valor da dívida, o tamanho da dívida ou essas coisas?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Deputado Semeghini, só um minutinho. Há dois momentos totalmente distintos. A eleição foi em outubro. Em outubro, ainda não existia nenhum tipo de posicionamento concreto do Banco Central.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Nem o banco estava no redesconto ainda. Ele estava em pequena quantia.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Dia 13 de setembro foi quando houve a primeira gravidade do banco, pelo que estou aqui...Então, não dava para se usar, durante uma campanha, algo que não existia. Não estou aqui defendendo o Governador Mário Covas, mesmo porque, naquele momento, nós sequer estávamos apoiando o Governo dele. A pergunta que fiz é que se colocou aqui como se tivesse havido uma conspiração, e o Governador Mário Covas estivesse junto. O que não é. Eu até posso achar...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu não afirmei isso. Eu não afirmei isso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não estou dizendo que o senhor afirmou. Eu estou dizendo que me causou a impressão. Posso até achar que, realmente, desde setembro, já estava certo que haveria uma intervenção. Mas eu não posso achar aqui...

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Nobre Relator, o que me espanta — veja bem, eu não tenho nada contra o Governador Covas, muito pelo



contrário —, mas o que me espanta é que, na verdade, nada, até aquela determinada data, foi dito pelo Governador. E naquele apartamento, segundo o Sr. Meinberg, ele já sabia, ele assimilou aquela situação: “Não, eu já sei que vai sofrer uma intervenção”.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Só para eu terminar. Ele cita que dois dias antes da intervenção o próprio Governador Mário Covas disse: “Anteontem, eu estive em Brasília e comentaram este assunto comigo”. No dia 27, comentaram com ele.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Pode ter sido.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Pode ter sido, não. Eu estou lendo o que o senhor me disse aqui: “Alguém de Brasília, dois dias antes, é que era uma questão técnica”. O senhor disse que ele ficou sabendo dois dias antes.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Então, permita-me responder.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quero só voltar à pergunta anterior.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Então, eles já sabiam que ia faltar dinheiro dia 29 de dezembro? É isso o que senhor está concluindo?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não, não estou concluindo nada. Eu estou dizendo que o senhor...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Se eles já sabiam, é estranho, porque eu acho que não poderiam prever.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Primeiro, o senhor está aqui para responder; o senhor não está aqui para perguntar. Segundo, eu já lhe disse para ser educado comigo, porque, se for mal-educado, vou procurar as leis e exigir que o senhor seja... nem que seja atrás das grades. Porque se eu sentir que estou sendo desacatado, vou lhe prender em flagrante por desacato à autoridade. O senhor entendeu bem claro isso? E não adianta o senhor olhar em meus olhos com ar de intimidação.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não há intimidação nenhuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, está bom.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não há intimidação nenhuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – É bom deixar bem clara a sua situação.



O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Apenas o olhar de homem que ouve o outro homem falar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se o senhor está nervoso porque estou lhe fazendo perguntas que criam problemas de constrangimentos por sua administração, o senhor vai me desculpar. Eu não fui presidente do BANESPA. Se um dia tivesse sido não teria constrangimento porque teria atuado com grande competência. Como se pode criar estranheza ao fato de um homem, que assumirá o Governo do Estado de São Paulo, tomar conhecimento das empresas que ele vai administrar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sr. Relator, sinto-me obrigado a fazer um depoimento pessoal a esta Comissão. Eu não sei se o Governador Mário Covas soube dois dias antes. Acredito no depoimento do Dr. Meinberg...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – É no que estou me baseando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – E pelo que o Dr. Meinberg contou, o Governador Mário Covas estava extremamente perturbado e chateado com a situação. E disse que — com aquela forma de agir, que era habitual nele — era uma questão técnica. Por que falou isso? Nós já tivemos depoimentos de várias pessoas dizendo o quanto isso afetou o Governador Mário Covas. Agora, eu era o Governador e eu só fiquei sabendo no dia 29. Quer dizer, o Banco Central não teve sequer...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O mesmo respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – ...o respeito pelo Governador de São Paulo na ocasião, que era eu. Então, é esse depoimento pessoal que estou dando a V.Sa. e a toda esta Comissão. Causa espécie que tenham avisado o Governador Mário Covas, e eu só ficasse sabendo da intervenção pela comunicação que me foi feita pelo Dr. Meinberg, porque sequer o Sr. Pedro Malan respondeu minha ligação feita às 22 horas. Agora, de qualquer maneira, eu acho que o Governador Mário Covas, segundo os depoimentos todos que foram feitos aqui, sempre se colocou contra a intervenção e fez tudo para retomar o banco e fazer com que o banco voltasse a São Paulo. Infelizmente nós tivemos as declarações...



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Alguns, inclusive, disseram que ele ficou tão bravo que muitas vezes havia dificuldade de discussão com ele sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Infelizmente, tivemos depoimentos aqui e em São Paulo, do próprio Dr. Nakano, que nos disse que, na opinião dele, já foi feita a intervenção para preparar a privatização do banco. Só queria fazer essa colocação.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Queria só esclarecer esse ponto, para evitar — prometo que o faço em um minuto —, para a gente entender. Eu acho que estamos discutindo sobre uma pessoa, que, infelizmente, não podemos consultar. Vou tentar fazer uma consulta a alguém que estava mais perto dele, ao próprio Nakano, que esteve aqui e disse que ficou sabendo no mesmo dia que o Governador Fleury.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Exato.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Eu duvido que o Governador Mário Covas, que conheci e com quem trabalhei por três anos e meio, que nunca deixou passar um minuto para esclarecer nada — no telefone: “Eu quero agora, ache essa pessoa. Onde? Não me interessa” —, não tivesse imediatamente falado com o Nakano. E não acho de extrema relevância, no dia 30, quando o Dr. Meinberg conversou com ele, se ele lembrava se foi no dia anterior ou dois dias anteriores. O que a gente sabe é que o esforço que ele fez foi total. A gente pode tentar esclarecer alguma coisa. Acho que não devíamos estar discutindo se foi um dia ou dois. Se for importante, vou procurar as pessoas que estavam com ele naquele dia e tentar esclarecer. O que sabemos e que eu ouvi do Dr. Yoshiaki é que ele ficou sabendo no mesmo dia que o ex-Governador Fleury. Na verdade, eu tenho certeza de que ele não guardou uma informação dessa mais do que 30 segundos antes de falar com o Nakano para saber o que ele tomaria de providência.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Tanto é que houve uma manifestação pública dele, se não me falha a memória, pela imprensa, da indignação daquela decretação.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Claro. Nós todos sabemos. V.Exa. tem razão. V.Exa. tem razão.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Ele se sentia — ele, não o Governador Fleury — traído por aquele aspecto. Por isso que me causa profunda estranheza citar que dois dias antes já se sabia que haveria intervenção. Mesmo porque eu acho que se o Governador tivesse tido noção de que isso ia acontecer, ele já tinha feito um escândalo no dia que ele soube. Eu acho, não sei. Até pelo respeito que todos nós temos por ele, pela maneira que se comportava. Agora, o senhor diz muito sobre as garantias que foram oferecidas do Governo do Estado e do Nossa Caixa — Nosso Banco. O senhor coloca no seu documento, na página 20: “Logo cedo, no dia 30, telefonei para Pedro Malan e disse que tínhamos garantias adicionais do Governo Estadual e da Nossa Caixa — Nosso Banco, ao oferecer como garantia de redesconto, e pedíamos que fizesse uma operação **ad valorem** — é essa a expressão? —, estornado nos fatos da véspera, fato normal até hoje no sistema financeiro.” Por que o senhor ofereceu no dia 30, ou seja, um dia após a decretação do RAET e não ofereceu isso no dia 28 ou no próprio dia 29?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Porque no dia 30 pela manhã — se não me engano até durante a noite —, numa reunião do Dr. Fleury, Governador de então, com o Dr. Campelo, eu estava no banco, madrugada adentro. Eles apuraram esses dados e me chamaram. Aí, logo na primeira hora do dia 30, eu liguei para o Malan. Foi a hora em que isso aí chegou as minhas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Quero esclarecer a V.Exa. também, Sr. Relator, que eu também liguei para o Presidente do Banco Central, Dr. Pedro Malan, naquela oportunidade, e ele disse que, infelizmente, não podia voltar atrás, mas que as garantias eram boas. Embora elas fossem boas, ele não podia voltar atrás no ato praticado no dia 30.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Por isso eu fiz a pergunta. Por que ficou aguardando o Banco Central e não poderia ter ligado já ao Governador e dito: “Escuta, peça ao Secretário da Fazenda para arrumar garantias. E olhe, Dr. Campelo, a Nossa Caixa não tem?” Por que foi feito isso no dia 30? Por que o Presidente do BANESPA não ficou tomando outras providências a não ser ter ligado para o Banco Central e esperado o depósito no fim do dia? É por isso que fiz aquele questionamento. O senhor disse: “Após publicação de um balanço com data de 31/12/94 pelos interventores, à total revelia da antiga gestão, em 12 de janeiro de



98, protocolamos um documento assinado por quase todos os ex-administradores (...)” Por que não foram todos? Alguns não concordaram?

(Não identificado) – Não, alguns fizeram outro documento.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG –Desculpe, alguns fizeram documento quase igual, que, aliás, anexeí aí no material que entreguei.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, todos fizeram no mesmo documento ou em outro, ou não?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Houve dois documentos, um firmado pela grande maioria e outro firmado por quatro ou cinco. Diferenças mínimas de forma, não de conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Só não assinou o diretor Orlando Zancanelli que havia falecido.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Em 14/11/94, o BANESPA teve assistência do BACEN na ordem de 1.4 bilhão de reais. A situação agravou-se rapidamente e na data do RAET seriam necessários mais 4 bilhões. Ou seja, como o senhor explica que nos últimos 45 dias da sua administração houve um agravamento de quase 2 bilhões e 600?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Com aqueles números que eu mostrei de perda de depósitos, de aumento de valores de compulsório bancário, problemas de financiamento dos títulos estaduais cetipados e problemas de financiamento dos títulos municipais cetipados, conforme mostrei no curso da apresentação, havia um aumento de compulsório bancário voraz.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sim, mas o senhor disse que esse problema se agravou de setembro em diante, mas, na verdade, ele se agravou de 14 de novembro em diante.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim, sim. Estranhamente, a GEROF diminui a quantidade de dinheiro que passava ao banco.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – A GEROF é o Banco Central?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Banco do Brasil. Que era quem, no acordo que foi firmado na sala do presidente do Banco Central, ia fazer o agenciamento dos recursos para o banco.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sim, mas, até então, em 14 de novembro, precisava-se de 1.4 bi e depois passou-se a precisar de 4 bi. É uma grande diferença, ou seja, é um acréscimo de 100% a cada 15 dias.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim. Pelas razões que já expliquei.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O que poderia diminuir ou fazer cessar essa pressão que o BANESPA sofria?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não entendi, por favor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O BANESPA estava sofrendo uma pressão muito forte em relação à falta de crédito, em relação a todos os ocorridos que o senhor alegou aí. E o que poderia fazer com que essas pressões cessassem?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Todas aquelas propostas que eu elenquei e que entreguei na forma de xerox dos relatórios que entreguei ao Banco Central. Eram troca de títulos, eram fórmulas de fazer o recolhimento compulsório e outras. Nós tínhamos “n” situações e propusemos todas aquelas que conseguimos elencar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor disse que o Governador Fleury, naquele quadrinho, até comentei na hora com o Governador, que estava ao meu lado, que dava 100% sem ele. Podia ter colocado, então... Ficou até magoado de ele ter posto lá “Fleury: zero” antes da soma dos 100%. Até brinquei com ele no momento. Mas o senhor disse que no Governo Fleury não fez nenhuma nova operação com o BANESPA. E ainda assim a dívida do Estado cresceu enormemente em vista das altas taxas de juros. Havia também a cobrança de taxas de inadimplência e multas de mora?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Em relação ao crédito do Estado, não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Na sua época, não?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não. Havia em relação aos clientes do setor privado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não ouvi, desculpe-me.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Havia esta cobrança de taxa de inadimplência, multas etc. no que tocava às operações do setor privado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E por que não tinha em relação ao Governo?



O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Porque era um contrato específico.

Até porque estava em dia.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Só importante adendar, eu ia até afirmar que não havia inadimplência.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Até porque estava em dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Isso que eu ia acrescentar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Ainda que pagando ação de ações.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Foi um ato falho meu. Foi um ato falho.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sabendo que a dívida do Estado com o BANESPA representava algo próximo de 80% da carteira ativa do banco e que, **grosso modo**, 80% das receitas do banco tinham origem nesse crédito, o senhor considera saudável que uma instituição faça a manutenção dessa receita escritural sem que tenha, em um horizonte próximo ou visível, a possibilidade de recebimento pelo menos dos juros dessa dívida?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – É uma questão de opinião?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – É.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Como opinião, não é o ideal, mas eu encontrei essa situação feita.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor nada fez para...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, esse era um fato que vinha sendo tratado pela autoridade monetária já há algum tempo, naquela forma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E é correto eu dizer que essa receita escritural gerou lucros que, por sua vez, geraram impostos e pagamentos de dividendos?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Algumas pessoas faziam esse questionamento, mas o fato é que havia a dívida, havia a operação e o banco era credor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O Estado recebia...



O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Desculpe interromper. À certa altura, o Deputado Berzoini referiu-se à condição de S.A. com outros acionistas. Então, os outros acionistas não poderiam ser prejudicados.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Vou fazer outra... No balanço publicado em julho de 94, portanto, referente a janeiro a junho de 94, o Banco Central fez alguma ressalva à publicação do balanço com lucro?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não me recordo. Acho que não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor se recorda de algum tipo de orientação do Banco Central à (*ininteligível*)?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não. Não me recordo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não houve nada?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Nem no balanço de 93?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Também não me recordo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O Estado recebia regularmente dividendos do BANESPA?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim, tanto quanto todos os acionistas.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E por que não faziam acerto de contas?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Era feito.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Cem por cento do que existia?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim, voltava para o pagamento.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas voltava para o pagamento da parcela ou para amortizar o principal?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Pagava-se o que estava vencido.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor acabou de dizer que não tinha nada vencido, que estava tudo pago em ordem.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – O que estava vencendo — mudando, então, o tempo do verbo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – A parcela, ou seja, (*ininteligível*.)



O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim, as parcelas vincendas naqueles dias, tantas quanto possível.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não se usava para amortizar o principal?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Dependia de quanto era o valor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Saía do banco, ia para o Estado e voltava?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, tudo transitava dentro do próprio banco.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Tudo bem. É claro. Se o Banco do Estado tem uma conta no banco, vai para conta dele, volta tudo dentro do banco. A pergunta que faço é a seguinte: havia distribuição de lucro, o Estado, a conta, seja no BANESPA ou não, recebia aqueles dividendos e depois ele fazia um cheque do pagamento. É isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Detalhes de forma, eu não sei dizer. Imagino que era debitado em conta corrente ou era feito cheque, enfim, havia trânsito entre a conta do Tesouro e as contas do banco. Isso, com certeza.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Na verdade, não existia um acerto de contas. O Estado também usava esse dinheiro...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Até porque não pode. Por lei, eu não poderia.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Por que não poderia?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não poderia fazer assim. O que posso é o seguinte: o que é a síntese da conta de um cliente no banco? É a conta corrente, em que se recebe débitos e créditos. Será sempre transitando por essa conta.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se sou acionista de uma empresa, faço empréstimo nessa empresa e há uma distribuição de lucros, os sócios vão dizer que não vou receber nada por causa disso. Posso até brigar, ir para Justiça, mas eu vou reter isso, assim como a Justiça dava muito — hoje, quase tudo é privatizado — pedágio e muita coisa para quem tinha dívida. Por que não era feito isso?



O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – O senhor desejaria que fosse feito... Só para entender a pergunta. Realmente, estou um pouco confuso com sua pergunta.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Em vez de se distribuir o lucro para o Estado, que se retivesse isso e, obviamente, fosse amortizado da dívida principal do Estado.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não me lembro bem dos valores desses dividendos, para poder quantificar isso. Mas o que eu posso me recordar é que, numa ocasião, conversando com Eduardo Maia, os dividendos foram aproveitados para pagar dívidas do Estado no banco. Isso é o que me lembro.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Aproveitado é uma coisa. Ser retido como garantia é outra.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Mas eu não poderia reter como garantia, seria contra o contrato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Deputado Robson Tuma, só gostaria de esclarecer que havia sido feita uma renegociação em 92 e a prestação incluía juros e principal. E, como o Estado estava em dia, não poderia ser retido qualquer quantia de dividendos. Isso só poderia ocorrer se o Estado tivesse inadimplente. Aliás, as decisões que V.Exa. cita, com propriedade, de apropriação de receitas, acontecem quando há inadimplência por parte da empresa, por parte do Estado ou da Prefeitura. Por exemplo, pode-se até bloquear parte do IPTU para pagar. Mas há necessidade de que se caracterize a inadimplência. O Estado não estava inadimplente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Como banqueiro, o senhor considera saudável que um devedor de porte do Estado, que representava muito para o BANESPA, efetuasse pagamento em ações da CESP, por exemplo?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Era o possível; não conseguimos mais do que isso. Não quer dizer que eu ache que era bom. Foi o que nós conseguimos. O ideal era receber em dinheiro.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – As ações foram recebidas por qual valor?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Pelo valor médio de tantos pregões da Bolsa — não me lembro se 45 ou 60 pregões seguidos, coisa assim.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E esses valores conseguiriam ser vendidos na Bolsa, alcançados na venda?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Veja bem, era um lote significativo. O que se montava era uma operação, junto com o BNDES, visando a um **block trade** para vender isso maciçamente no mercado por um bom preço. Essas ações foram contabilizadas, com deságio, no final do ano, em 94, mas, posteriormente — pelo que me lembro das cotações, não sei que fim tiveram as ações —, em certa ocasião, estavam dando um bom lucro ao banco.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Por que não venderam na época já que o banco precisava de dinheiro?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Porque nós não conseguíamos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Fez-se a proposta da venda na Bolsa?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Estávamos montando um **block trade**. O senhor não pode entrar na Bolsa de Valores com um lote de ações que representa cerca de 10% ou 12% de uma companhia e tentar vender esse lote como se fosse uma venda pequena. Era necessário fazer um **block trade**.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E por que não se conseguiu fazer o **block trade**?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Porque não chegamos ao acordo com o BNDES.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas o BNDES é obrigado a autorizar isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, mas fazia parte das tratativas com o Malan e toda a Diretoria do Banco Central a montagem de uma operação. Fui ao Rio, a reuniões em São Paulo, com Pêrsio Arida, na ocasião, visando à montagem dessa operação. Mas, lastimavelmente, o BNDES desistiu da operação.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E por que o senhor não fez, então, direto com a Bolsa ou com algum outro...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – É que, pela Bolsa, é inviável, isoladamente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Só o BNDES? Então, qualquer...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não. Acontece o seguinte: estávamos falando, como disse ao senhor, de 10% ou 12% da CESP.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sim, mas se o BNDES pulou fora da operação, por que não se procurou outra instituição que fosse factível...?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não houve tempo hábil. Esse assunto com o BNDES deve ter acontecido em outubro ou novembro. Não houve tempo hábil.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E quando o senhor recebeu essas ações?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – No curso do ano de 94.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas em que meses, setembro/outubro ou janeiro/fevereiro?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Ao longo do ano.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E por que o senhor não foi, ao longo do ano, vendendo? Daí, o senhor teria tido tempo hábil...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Nós estávamos tentando montar a operação. Era necessário, de qualquer forma, fazer na forma de **block trade** e nós não conseguimos viabilizá-la.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Tudo bem. Vou repetir a pergunta. O senhor falou que só tentou viabilizar isso em outubro/novembro, ou o senhor não se lembra?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não. Nós estávamos conversando...Veja bem, nós apresentamos uma série de alternativas, de maio a junho, dentre elas a idéia de se vender essas ações, e, ao longo do segundo semestre, simultaneamente à administração de crise de liquidez, tentávamos, junto com o BNDES, a montagem dessa operação. Na medida em que o BNDES desistiu, não houve mais tempo hábil para se montar a operação. Nós começamos esse assunto, mais ou menos, em junho ou julho daquele ano.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se o banco não pagasse com as ações da CESP, isto é, se o BANESPA não aceitasse as ações da CESP, seria dada a inadimplência do...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim. (*Pausa.*) Não exatamente se ele não pagasse com as ações. Se ele não pagasse, não importa a forma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se houvesse uma proposta de renegociação do Estado e esse tivesse aceito essa renegociação de pagamentos,



pelos menos, o serviço da dívida, dos custos dessa dívida, a liquidez no mercado seria mais fácil ou não?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não sei quantificar de pronto. Imagino que não mudasse muito o quadro de então.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu não tenho a minha pasta aqui. Portanto, vou perguntar a respeito das dívidas. Vou perguntar por enquanto porque, num outro momento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Vamos suspender a reunião, por cinco minutos. Um **pitstop**.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Declaro reabertos os trabalhos. Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu não vou falar em todas as empresas privadas hoje, porque acho que haverá necessidade, acredito, de um novo depoimento do senhor, mas vou perguntar, obviamente, de forma ampla, sobre cada uma delas, para ouvir sua resposta. E só vou indagar mais profundamente, mas nem tanto, a respeito de uma delas. Cooperativa Agrícola de Cotia. Qual era a situação da cooperativa no banco quando o senhor estava lá?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – O Presidente do BANESPA presidia um comitê de bancos credores. Eram, se não me engano, 89 bancos credores. Nós tentamos ultimar um contrato de recebimento desses recursos, ainda na gestão de Murilo Macedo, sem êxito. Depois, mandei fazer um estudo, no Departamento de Investimentos, para estudar todo o fluxo de caixa da Cooperativa Agrícola de Cotia. E começamos, com base nisso, a negociar uma nova forma. Mas, lastimavelmente, no meio do ano, não sei exatamente em que data, a cooperativa disse que ia pedir sua autoliquidação e o assunto não evoluiu

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Viação Aérea São Paulo – VASP.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG - Olha, nada foi feito no tempo em que eu estava lá. Nós estávamos apenas cobrando.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Nada foi feito no tempo...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG - No sentido de dar crédito, de dar dinheiro para ele. Nós estávamos apenas cobrando. Cobrando e executando.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – De que maneira era feita a cobrança?



O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG - Além da cobrança direta das áreas de cobrança do banco junto aos departamento da empresa, havia a cobrança judicial. Imagino, mas não tenho certeza, de que sobre todos os créditos. Imagino.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Paraquímica Indústria e Comércio.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG - Estávamos executando.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Quando o senhor começou a execução disso?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG - Pelo que me consta, já estava em execução quando eu cheguei. Pelo que me consta — eu não tenho certeza.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Grupo Mendes Júnior?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG - Grupo Mendes Júnior... Nós estávamos tentando receber e não conseguimos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Construtora Tratex?!

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG - A Tratex, no ano em curso, ela teve uma operação, se não me engano, de 10 milhões de reais, que se venceu, e foi renovada diante da impossibilidade de ela pagar. Esta operação de 10 milhões, enquanto que na mesma época o Banco Central deu ao banco do Grupo Tratex uma operação de 500 e tantos milhões de reais.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Sr. Relator, só para não precisar refazer essa pergunta, eu gostaria que o Dr. Meinberg respondesse o seguinte. Além das ações tomadas, eu queria saber o seguinte: houve uma análise se houve realmente critério ou não na liberação desses recursos e foi tomada alguma medida no sentido, com o Ministério Público ou alguma outra coisa mais séria de poder ter avaliado realmente a forma, o critério que foi feito para cada uma dessas dívidas que o Relator fala. Quando o Relator perguntar sobre uma dívida eu gostaria, por favor, que o senhor fizesse esse comentário já sobre cada uma delas.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Todas elas. Eu não sei dizer quantas dessas, mas quase todas essas foram encaminhadas ao Ministério Público Federal e...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Por quem?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Pelo Ministério Público Federal.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não. Por quem?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Como assim ?



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Foram encaminhadas ao Ministério Público Federal na sua gestão...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Pelos interventores, depois.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – ... ou pelos interventores?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – No meu tempo eu não sei dizer quantas teriam sido encaminhadas. Não sei dizer, mas sei que todas elas foram reativadas pelo Ministério Público Federal

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E algumas ainda estão...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Várias em curso. Ou todas em curso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Construtora Tratex, o senhor renovou. É isso?!

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Renovei uma pequena parcela... Pequena, não; um número expressivo, 10 milhões, de que eu me recordo, assim. Estou tentando lembrar um número de...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se ela já estava em situação...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Ela não estava em situação difícil; ela estava momentaneamente sem condições de liquidar. Eles eram banqueiros também. Tanto é que, na ocasião, eles incorporaram o Banco Mercantil de Pernambuco, que estava em dificuldades, e receberam por isso uma importância bastante grande do Banco Central, cinquenta vezes o que eles tinham lá.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Gurgel Motores?!

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Estava em execução.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Indústrias Nardini?!

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Em execução.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Grupo São Jorge?!

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Foi feita uma composição de dívida que pagou uma parte e depois parou e foi para aquela liquidação e foi para execução.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Qual foi a composição, quando foi feita essa composição?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Foi feita na virada de janeiro de 93 para janeiro de 94, pelo que eu me lembro.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E quantas parcelas ele pagou?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não me recordo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Tenho informações de que foram uma ou duas. É isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não sei dizer. Está em execução até hoje.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O que eu quero saber é quanto tempo depois que ele deixou de pagar é que foram tomadas as providências.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Na nossa gestão ele foi para aquela liquidação e foi para o jurídico, para tomar as providências cabíveis. Foi na nossa gestão.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sim, eu quero saber exatamente isso. Ele pagou fevereiro, março e, de repente, só em dezembro é que...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não tenho datas, não sei. De cabeça não sei. Não sei de cabeça.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – ...que entrou em crédito em liquidação.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não sei de cabeça. Eu tenho nos meus documentos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Por isso eu acho que vai ser importante o senhor vir depor novamente.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Me permite, Sr. Relator?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Claro.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Nenhuma dessas operações foi criada na gestão em que eu era o Presidente. Todas são anteriores.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Nós sabemos, nobre depoente. Nós só estamos querendo entender um pouco mais com que forma foi tratado tamanho crédito, porque era alguma coisa relevante. Está me parecendo que, inclusive, não era diretamente acompanhado pelo Presidente. Talvez tivesse outros comitês, outras coisas. Então, talvez a gente pudesse buscar essas informações, até com outras pessoas que fizeram parte da administração do banco. Senão a gente vai querer até criar uma polêmica que me parece que não... Não estou dizendo que devesse ser, não. Eu tenho noção da dificuldade da gestão do banco, mas está me parecendo que a gente está fazendo muita pergunta nesse sentido e que o senhor



não está preparado para responder sobre isso. Eu acho que isso poderia eventualmente...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – É possível.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Eu não sei nem que fosse possível; eu estou dizendo no bom sentido.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Está aqui. Operações inscritas em crédito em liquidação no dia 30/12/94. Eram as Indústrias Reunidas São Jorge, Alves Azevedo S/A...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – É do mesmo grupo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu estou lendo exatamente o que se refere ao Grupo São Jorge.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Companhia Têxtil São Martinho, Magirus Táxi Aéreo, o que daria 40 milhões 843 mil dólares. As operações não-inscritas em crédito de liquidação. Houve algumas que não foram inscritas em crédito em liquidação. Que é a Magirus Táxi Aéreo S/A — adiantamento de importação, 3 milhões, 770; Magirus Táxi Aéreo S/A — financiamento de importação, 133 mil; Paulitrat S/A; Exportação e Comércio Stand By, 25 milhões, o que totalizariam ...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Vinte e cinco mil dólares.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Vinte e cinco mil dólares, o que totalizam 44 milhões, 771. O senhor falou 25 mil dólares. O senhor me corrigiu, mas a expressão... Me deu a impressão de que 25 mil dólares não é nada. É muito...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu não disse isso, de forma alguma, nem poderia fazê-lo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Nota 4 e 5, ou seja, a operação 350...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG - O senhor me permite, Sr. Relator, o comentário de que são 25 mil dólares porque não são 25 milhões de dólares, senão não caberia comentário meu.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Certo. Operação 350 mil dólares, a ser liquidada em dez parcelas semestrais de 35 cada vencimento, final em 27 de março de 96. O valor em crédito em liquidação refere-se às parcelas vencidas em 6/4/94 e 3/10/94.



O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Se não me engano, o contrato dele eram pagamentos semestrais — eu não tenho certeza. Então, venceram duas e...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Dez parcelas semestrais.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Então está bom. Venceram duas sobre aquela liquidação.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Por que não na primeira, em março, já?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Porque estava se tentando receber diretamente. Não conseguimos, mandamos para aquela liquidação e, em consequência, foi para o Jurídico. E quando vai para o Jurídico é para providências de execução.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Nós vamos num próximo dia voltar, entrando detalhadamente nessas empresas. Grupo Olvebrá ou Olvebra, não sei.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Se não me engano, nós mandamos executar no meio do ano. Houve uma tentativa de composição e eu acho que nós executamos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Companhia Agrícola e Pastoril Vale do Rio Grande.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Estava em execução.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Companhia Interamericana de Navegação e Comércio.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não tenho detalhes. Imagino que estivesse... Não me lembro. Deve estar também em execução.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Concid Indústria e Comércio Ltda.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Nobre Relator, eu posso fazer uma sugestão?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Claro.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Não está contribuindo para esclarecer... O senhor já colocou claramente aqui, V.Exa., que nós vamos ter que ter aqui outra pessoa esclarecendo as coisas da dívida. Eu queria sugerir...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O que eu quero, na verdade, é que ele me diga a situação. Eu vou analisar cada uma delas e saber se em todas elas, ou



em alguma delas, houve participação da administração dele, e, obviamente, eu quero saber porque de algumas ele se lembra e de outras nada se lembra, se tomaram posições em todas elas.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Eu só tinha intenção de contribuir. Pode continuar...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Por isso eu estou perguntando e vou entrar detalhadamente na Companhia Agrícola de Cotia, porque ela já deu o seu depoimento na Comissão: Concid Indústria e Comércio?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Estava em débito e desconfio que nós executamos, mas não sei ao certo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mineradora Horizonte.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não lembro que empresa é essa.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Uma indústria,

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não lembro que empresa é essa. Indústria Mineradora, estou vendo aqui no papel.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Cooperativa Central Agrícola Sul Brasil

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu acho que estava em execução.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Grupo Três Editorial?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Estava em composição para recebimento.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Tanco Indústria e Comércio de Ônibus Ltda.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não tenho certeza, acho que estava em execução.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Fazenda Cacau-Açu.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Também acho que estava em execução.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Ari Depósito e Comércio de Sutiãs.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Até um diretor foi dispensado quando deu o problema nessa operação. Devia estar em execução.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Devia, o senhor não se lembra?



O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, é impossível lembrar de todos esses detalhes.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Qual o nome do diretor, o senhor sabe?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não me lembro.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Diretor do BANESPA?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – É.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Foi demitido em função dessa operação?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – É, houve uma discussão.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Foi na sua época isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não, foi dois ou três anos antes.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Vega Sopave S.A.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Tinha uma composição de dívida que eles estavam pagando parte em dinheiro, parte com imóveis.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Na sua época?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Fatos feitos antes, mas que teve curso durante a minha época. Mas foi feito antes.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor pode me explicar como que houve um prejuízo final de 29 milhões de dólares, se não me engano, com essa operação aceita, na sua época, com a Vega Sopave?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sr. Deputado, o valor da dívida é de 3 milhões. Está escrito aqui no papel. É de 3 milhões, 363 mil.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O que ficou depois do aceite da composição feita pela sua administração.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não tenho esses detalhes... Desculpe interromper, mas é que não foi feita pela minha administração. Nós demos seqüência àquilo que estava feito.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sim, dando seqüência, ou seja, aceito as...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Cumprimos, digamos, o contrato que estava firmado.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas se o contrato tivesse alguma coisa de irregularidade, obviamente o senhor tinha...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu não tinha ciência da irregularidade.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu estou dizendo o seguinte: se eu coloco um prédio de 10 milhões e o senhor tem que concluir essa operação e vai lá e fala assim: reavaliem. Esse prédio vale 3 milhões. O senhor não podia ter continuado a conclusão ...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu precisaria saber disso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O senhor não se preocupou com isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Nós tínhamos muitos e grandes problemas. Esse era um deles. Nós tínhamos vários problemas.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Gozado, não? Todos os problemas que eu questiono mais a fundo, o senhor diz que tinha grandes e esses...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Desculpe-me, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Tudo bem. Um dia eu quero ser feliz como o senhor e tratar de 60, 30, 40 milhões de dólares como algo...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu não tenho essa liberdade, desculpe.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – ...de importância ínfima.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu não tenho essa liberdade.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – La Reina Indústria e Comércio de Produtos de Mandioca Ltda.?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Era alguma coisa na região do Pontal do Paranapanema. Era uma indústria em que eles pegavam a mandioca e processavam. Esse pessoal aí tentou compor e, se eu não me engano, foi executada em 94.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Companhia Brasileira de Tratores.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu já peguei em execução.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Associação das Micro e Pequenas Indústrias de Calçados.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Também.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu, num próximo dia, vou entrar com o senhor em detalhes, em cada uma dessas... Agora, eu vou entrar em detalhes com o senhor, na cooperativa agrícola, porque foi a única que prestou depoimento na Comissão. A proposta foi feita em 5 de setembro de 1991 na Agência CEAGESP, proposta de financiamento de 64 milhões a favor de um **pool** de agências financeiras. Certo?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Pode ter sido, não sei, pode ter sido.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – A concessão foi dada...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Era na Agência CEAGESP, isso sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Foram concedidas dezenove fianças, num total de 35 milhões e 773 dólares. Em 92, renovado por doze meses e três cartas de fiança, no montante de 5 milhões de dólares, com redução da taxa de remuneração de 2% para 1%. As taxas normais, na época, da DEGAP eram de 6% ao ano. O que o senhor acha dessa operação?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Com relação à taxa de remuneração, 6% era o que se cobrava — eu me lembro que até me chocava esse número — de fiança para aluguéis, para pequenas importâncias. Nós estamos falando numa operação de qual tamanho? Não me recordo. O senhor citou 50 milhões, 30 milhões?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Trinta e cinco milhões.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Obviamente que os montantes maiores, as taxas nem sempre são aquelas mais altas.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas como é que o senhor justifica a queda de uma... Eu refinancio, tiro de 2% para 1.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu não justifico porque eu não estava no banco nessa ocasião.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sim, mas como banqueiro, o que o senhor acha dessa operação?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Às vezes é negocial, é condição negocial para conseguir viabilizar a operação.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Podia não dar a carta de fiança.



O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim, teria que honrar a que estivesse vencendo. O banco já estava com o dinheiro fora, já estava com comprometimento fora de casa, desde a data — o senhor falou aí — de 91. A partir daquele momento, o risco passivo do banco existia. Então, se ele não desse essas cartas de fiança, ele teria simplesmente que tirar recursos do seu caixa e pagar aquelas fianças anteriores.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Então, vamos lá. Aí, o que acontece? Das dezenove, onze foram liquidadas com recurso de **fixed rate notes**. É isso? É essa a expressão?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – É uma variação de operação de crédito com dinheiro em dólar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – E oito foram honradas pelo banco. E contabilizadas em crédito em liquidação, aprovada em 23/12 de 1993, e o senhor era vice-presidente.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim, mas o senhor poderia ler novamente, por favor?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Das dezenove?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Das dezenove, onze foram liquidadas com recursos do **fixed rate notes**, certo? E oito foram honradas pelo banco.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim, isso deve ter acontecido exatamente naquela figura que eu acabei de explicitar anteriormente, ou seja, eles não pagaram, nós éramos fiadores, como diz na operação inicial. E fomos obrigados a cumprir a fiança.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Como é que o senhor justifica que o banco poderia ter renovado essas dezenove operações de fiança, se o Banco do Brasil, Bandeirantes, Atiantico, Boa Vista, BCN, Barclays Investimento, Econômico, Icatu, Itamaraty, (*ininteligível*), BNL Investimentos, Bozzano Simonsen, Crédito Comercial de França, ABC Roma, Sogeral e Nacional, não estavam mais querendo renovar...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Havia um comitê de bancos credores que se reunia até no BANESPA, parte na gestão de Murilo Macedo — nessa data ainda era Murilo Macedo — e parte na minha gestão. E tudo o que era



feito era feito em nome do comitê de bancos credores, com acordos que estavam sendo firmados, reuniões que estavam sendo feitas. Era um trabalho conjunto.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sim, mas nenhum dos bancos mais queria se meter com a CAC, e os senhores ainda discutiam novas fianças e renovações.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Não; não novas fianças, nós estávamos querendo sair do problema e foi a forma que foi viável. Fomos exigidos, fomos exigidos a cumprir aquilo que estava contratado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – A forma foi a seguinte, o BANESPA paga tudo e tudo bem?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Ele não tinha como se negar a pagar. Era um contrato já firmado, que venceu, e o banco foi chamado...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Na sua administração, o senhor apurou a responsabilidade de quem continuou dando fianças àquela instituição, já que outros bancos já não davam mais a ela credibilidade?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu não me recordo exatamente. Imagino que tudo tenha circulado na área de auditoria do banco e na área jurídica do banco, mas não tenho detalhes.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Bom, Sr. Presidente, com a ressalva de, obviamente, num outro dia, eu poder voltar a fazer perguntas ao Sr. Meinberg, nesse momento, encerro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Com a palavra o Deputado Wagner Salustiano.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Bem, Sr. Presidente, a desvantagem de ser o último...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, o penúltimo.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Não, acho que sendo o ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Deputado Julio Semeghini e depois... Aliás, o antepenúltimo.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Bem, mas eu estou lá no final, e eu tentei por inúmeras vezes antecipar. Mas a grande desvantagem é que a maioria das perguntas já foram formuladas e eu estou praticamente satisfeito com tudo. E eu não quero levar muito avante, apenas quero deixar algumas



considerações que eu acho até importantes, perguntas mais simples. Mas, Sr. Meinberg, o senhor acha que essa intervenção, se não tivesse acontecido na época em que ela aconteceu, o banco era plenamente viável a continuar uma vida útil, saudável e poder se levantar novamente?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim, tanto é que está aí. Ele manteve a forma que ele estava vivendo conosco nos últimos meses, ao longo de muito tempo, até ser federalizado, até ser privatizado.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Muito bem. Então o senhor concorda comigo — eu acho isso e peço até a sua concordância, se é o caso — que isso foi uma mentira, um logro. Na verdade, essa intervenção foi uma montagem muito bem feita pelo Governo Federal.

SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Falar que foi uma mentira, eu estaria usando palavras muito fortes. Há indícios nas palavras do Ministro Ciro Gomes e nos registros dos fatos ocorridos ao longo do ano de que isso pode ter sido planejado.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Por quê?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Porque o senhor viu o Ministro Ciro Gomes dizendo que na primeira semana ele determinou a intervenção no banco. O senhor viu que o banco entrou na crise financeira dia 13 de setembro. Se não me engano, Ciro Gomes assumiu dia 1º, dia 2... foram alguns dias mesmo, poucos dias, talvez uma semana, eu não sei precisar, mas nos primeiros dias houve a crise de liquidez, quando o principal financiador da dívida mobiliária fugiu. Disse que não queria mais operar. Direito dele. Não queria. Era uma instituição privada. Naquele momento configurou-se uma situação. Eu talvez não afirmasse que pode ter havido um planejamento desse fato, se o Ciro Gomes depois não tivesse comentado. Mas na hora em que ele comentou, eu juntei a informação do que ele falou com o que nós vivemos dentro do banco. E aí fica um indício. Afirmar, eu estaria sendo irresponsável.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Quanto tempo antes, mesmo, apenas para ficar enfatizado?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Ele falou, no texto que está nesta fita, que foi na primeira semana que ele assumiu o Ministério. E essa primeira semana foi realmente nos dias que antecederam 13 de setembro.



O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Pois bem, eu fiquei em dúvida e achei até engraçado no episódio de São Paulo, quando o Presidente do Santander foi indagado com referência ao preço pago pelo banco. Ele fez uma cara assim de coitado, deu dó dele naquela situação; coitadinho, ele comprou um banco por um preço muito caro, pagou demais, foi apedrejado naquela oportunidade e naquele momento eu falei: “Poxa, como esse homem é forte”! Ele gastou muitos bilhões de dólares acima do que o banco “valia”, entre aspas, e continuou firme no poder. Então, ele é muito forte. Porque, na verdade, ele gastou muito dinheiro do banco, do banco espanhol — não é? —, e nada aconteceu a ele. Mas, na verdade, burros somos nós, não é? Essa é a grande verdade porque o banco saiu muito barato porque era um banco que tinha plenas condições de se tornar o maior banco do País. Eu acho que pode se tornar o maior banco do País...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Era o segundo no nosso tempo.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Exato e, de repente, ele comprou esse banco por 9 bilhões de reais.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sete.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Não, mas teve mais dois de... Ao total foram nove.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Para inteirar os 98%.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Então, quer dizer, na verdade, na verdade, ele deu essa tacada, sei lá. Fica aqui uma dúvida. Eu acho até importante dizer, porque realmente a diferença foi muito grande. Mas ele deu essa tacada na certeza de que não perderia, e não poderia perder, e de que o preço que ele estava pagando não era um preço caro aos olhos dos compradores.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Mas o próprio Presidente do Banco Santander disse isso: “Se eu achasse que isso era caro, eu não teria oferecido”.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Não, não. Ele disse ao contrário. Ele disse exatamente que ele achou que tinha pago realmente muito caro.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Ele bancou a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Ele disse que achava o preço justo.

SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – O senhor me permite perguntar....



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não, ele bancou a proposta, inclusive fez a ação do Grupo Santander cair no mundo todo por causa da proposta dele. O Banco Santander teve prejuízo com a compra do banco. E hoje eu entendo — eu, como empresário — que ele tem um grande desafio, o maior desafio profissional da vida dele, que é mostrar para todos os acionistas do Santander que ele fez um bom negócio e não um péssimo. O que se discute não é o valor que o banco pagou; o que se discute é se ele pagou um preço justo de sete, ou seja, nove. E existia uma avaliação pelo Banco Fator, numa das hipóteses que chegavam ao mesmo número que ele pagou, que era de nove, por que, então, se colocou à venda por três? Não se discute o valor que ele pagou. Ao contrário. Acho até que foram generosos demais, a partir do momento que a proposta de venda era de três, e não de sete.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Bem, eu estou chegando ao final da minha participação — pode até ser irônico o que eu vou dizer; até me desculpem a minha total falta de conhecimento do setor financeiro, bancário — mas eu acho o seguinte: eu entendo que, ao final desta CPI, vai ficar muito claro, diante de todos esses depoimentos importantes, que essa farsa foi muito bem montada e que ela precisa ser desfeita. O nobre Relator precisa colocar, creio eu, no seu relatório, que algo deve ser feito — não sei de que forma, não sei como, não sei como pode ser feito isso; eu posso estar falando uma besteira muito grande aqui, Sr. Presidente, mas é lógico o que eu vou dizer —, para reverter essa situação, para que esse banco volte para o Estado. Porque — olha — é um absurdo o que eu estou... O que o senhor está dizendo aí, Relator? O senhor está dando um sinal de desaprovação do que eu estou dizendo?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não. Desaprovação, lá no fundo da sala. Pode continuar.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Nada com o que eu estou dizendo?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Não. Estou esperando o senhor terminar de falar, para fazer uma ponderação.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Na verdade, estou vendo tanta aberração que cheguei à conclusão de que — poxa vida! — foi feita uma trama muito grande, e essa trama precisa ser desfeita. Não sei de que forma, não sei como, mas tem que ser desfeita. Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se for comprovado qualquer tipo de trama, eu vou, obviamente, colocar no meu relatório e procurar os caminhos jurídicos necessários para reverter a privatização do BANESPA.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Deve ser algo muito difícil. Algo jurídico...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu vou fazer o meu papel.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – ... mas eu creio que isso é possível.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se for comprovado que existiu uma trama do Banco Central, junto com o banco comprador, porque tem que haver obviamente essa ligação.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Junto com o Banco Santander.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Claro. Se não existiu nenhum tipo que... Eu, particularmente, até o momento acho que não existe subsídio para, obviamente, concluir isso. Eu acho que não existe isso até o momento. Nada indica que existiu isso. Porém, se vier a ter provas, indícios contundentes de que houve um acordo...

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Não. Junto ao Santander, Sr. Relator, eu acho até que não. O Santander entrou depois nessa situação, certo?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se não houve contra os... O conluio, se existisse... Assim, entre as duas partes, compradora e vendedora, não há razão para se discutir ou se interpretar irregularidade na compra.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Por que se chegou a essa conclusão? Por que se chegou à conclusão de ter de liquidar o banco e ter de colocar o banco, depois, em leilão.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – São duas coisas absolutamente diferentes.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Estou falando na primeira; não na segunda.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O que entendi que V.Exa. disse é: reverter a situação, se existiu algum tipo de operação já armada para se vender o



banco naquele valor, em todas as conclusões. Se houve isso, em conluio com o comprador, claro que é irregular. Eu não acredito que tenha acontecido.

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Isso eu também creio que não. Não com o banco comprador.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – O fato de ter sido apurado por três, e não por cinco ou por um, esse é outro aspecto que obviamente nós vamos...

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Nós falamos em somas tão grandes e, de repente, o banco ficou em 3 bilhões de reais. E, de repente, nós chegamos à conclusão de que nove ainda não é caro. Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Com a palavra o Deputado Julio Semeghini.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Nobres Presidente e Relator, pela hora, está me parecendo que realmente a gente vai ter que dar uma avaliada, quando estiver mais avançado, até pelo papel que exerceu o depoente, como presidente do banco, que viveu de perto realmente toda a dificuldade e fez aqui declarações muito importantes para nós do processo crítico do banco. Mas há algumas coisas, até para avançar nos outros depoimentos e nas coisas que estão para acontecer aqui, que eu gostaria de entender. Primeiro, me ficou... eu fiquei meio, aqui... eu não tinha visto, ainda não lembrava no tempo as coisas aí, do papel e das coisas que o Ciro Gomes comentou, não comentou. Eu quero aqui dizer, de antemão, duas coisas. Primeiro, quero deixar registrado aqui que não me parece que seja razoável que um Governador do Ceará venha a dar declaração sobre o Banco do Estado de São Paulo. Eu acho que ele devia, no mínimo, ter respeitado e ter dito, até pelo quanto o Governo do Estado de São Paulo, na sua arrecadação do Imposto de Renda, contribui com o desenvolvimento do Nordeste, e é o papel que tem que ser feito. Eu acho que o Governador teria que ter respeitado um pouco mais o povo de São Paulo. Mas eu gostaria de ponderar uma coisa. O Dr. Meinberg observou o seguinte: que até julho o banco estava ótimo, estava sólido, mostrou dados que eu até pensei aqui que se tivesse um pouco de dinheiro para comprar uma ação do BANESPA naquela época... pena que eu não entenda nada de ações e tal. Mas, muito antes de julho, em 17 de maio de 94 — tem aqui um dado claro, no **Jornal da Tarde**, na coluna do Celso Ming, dando números da declaração do então Governador do Ceará, Ciro Gomes, dizendo que o rombo que já existia no



BANESPA era superior a 1 bilhão de dólares, que cerca de 85% dos seus ativos eram carteira de empréstimo, que foram desviados para o setor público do Estado. Quer dizer, o que me preocupa muito ainda é que quando a gente projeta 1 bilhão de dólares, entra na conta depois do que... o banco entra depois no dia crítico, que entra no fato da quebra da confiança, dia 13 de setembro. Depois, em novembro, subindo assustadoramente a falta de liquidez, saindo de um e meio, dois, chegando a 4 bilhões do dinheiro que tinha que ser tomado para cobrir, a cada dia, o dinheiro que tinha de ser coberto lá no banco. E mostra que, mesmo o Governador do Ceará não tendo nenhum direito de se pronunciar a esse respeito, não sendo nenhuma autoridade no caso, já estava, em maio, afirmando coisas não muito diferentes do que depois aconteceu. Um dado que está claro nas apurações, hoje, é que realmente nós tínhamos cerca de 85% do nosso ativo da carteira com o Estado. Eu gostaria que, depois, o senhor comentasse — só para concluir meu raciocínio. Então, quero saber se isso é verdade ou não, porque, se é verdade, o banco não estava sólido em julho. Nós já tínhamos um problema sério para resolver, tão sério quanto o problema do Governo do Estado, que o Governador Fleury estava tentando fazer suas coisas. Então, eu gostaria que o senhor comentasse, com um pouco mais de dados, esse momento que o banco viveu. E, depois, um momento difícil, que começa nessa época de maio, e vai estourar a falta de confiança depois, porque acho que o senhor mesmo observou várias vezes: banco é uma caixa de operações que, sem confiança, não sobrevive, está certo? Não há chance de o banco sobreviver. Então, não me parece tão óbvio também — e é uma coisa que nos preocupa e entristece demais —, a decisão ou não dessa administração temporária especial, que o banco estava projetando. A gente diz aqui que não, que o banco teria avançado, o banco teria evoluído. Segunda pergunta que eu gostaria de fazer: avançado como? De onde poderia estar surgindo esse dinheiro, para poder cobrir realmente? Nós sabemos do esforço também, depois, do Governador Mário Covas, de tentar levantar recursos para dar. Tentou dar aeroportos, tentou dar mais ações de empresas estatais, tentou dar tudo que ele podia, para tentar fazer uma pressão. Mas, dinheiro, não tinha para ser dado. Mais do que foi feito em 95, quando ele pagou uma parcela importante, para não colocar o banco na inadimplência, porque, aí, sim, seria o fim do processo de negociação. De onde, então, poderia aparecer esse dinheiro? Foi dito aqui pelo senhor que isso era uma operação comum do



Banco Central, estar cobrindo essas operações no Brasil. Desse vulto? Era normal que o banco continuasse, ou alguém teria que bancar e colocar o dinheiro nesse momento, para o banco recuperar a confiança? Porque forma de mudar o ativo do Governo do Estado não seria coisa de curto prazo. A gente sabe que é uma coisa que foi feita e teria que passar por outra renegociação da dívida que não considerasse o quanto ela estava crescendo naquela transação do Governo, que não é culpa de ninguém — se for é do nosso próprio Governo Federal, que teve que passar um momento de juro difícil no Brasil. Mas é verdade que era uma realidade e não era um caso específico só do BANESPA. Era um caso que o Brasil vivia e era importante que a gente tivesse ou não... não vamos discutir aqui aquela taxa de juro que o Brasil viveu naquele momento. Mas, somando esses fatos, não me parece tão claro o que alguns Deputados estão dizendo ponderando: “Não. O banco teria avançado, teria ido bem, nós estaríamos bem, como nós estamos hoje”. Não é assim. Foram depositados alguns bilhões pelo banco que comprou. Nós estamos aqui discutindo se foi sete, se foi oito, se foi nove. Alguém teria que botar mais isso, para poder resolver, porque eu não vejo de onde sairia o dinheiro para cobrir. Então, queria entender, na segunda pergunta minha: realmente era normal esse volume? Esse dinheiro estaria aparecendo? O Governo Federal poderia fazer essa exceção para o Banco do Estado de São Paulo, ou será que nesse momento ele teria que fazer a mesma coisa, depois, para o Banco do Estado do Rio de Janeiro e para os outros bancos, ou seria possível negociar a dívida de São Paulo isolada, para o BANESPA apenas, ou o Governo Federal teria que ter dinheiro para bancar isso tudo? Na renegociação da dívida... Não. Está dizendo aqui que o Ministro Ciro Gomes deu a declaração enquanto Ministro, em 95. Não. Não é verdade. Ele deu a declaração na televisão...

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Desculpe, eu não...

O SR. DEPUTADO WAGNER SALUSTIANO – Mas ele deu... eu estou recebendo um papel me corrigindo. Mas o jornal que eu tenho aqui é de maio de 94, ele, como Governador, em maio, já fazendo declaração para o Celso Ming, na verdade, sobre esse mesmo assunto, antes ainda de julho, muito antes da declaração que ele veio dar depois, como Ministro. Aí, sim, ele deveria... E não devia dar uma declaração dessas, porque, se banco precisa de confiança, ele deveria ter construído a confiança do banco. Aí, era papel dele. São dois erros. É por isso que



ele tem que vir aqui, justificar o porquê e o que fez nessa bobagem que ele fez aí. A minha terceira e última pergunta é: foi razoável? Não estou dizendo que teria jeito de melhorar ou não, porque sei que é difícil, e sei que para o Governo de São Paulo foi uma boa negociação, que o então Governador Fleury fez naquele momento. Mas foi discutido, com clareza, qual seria o futuro do BANESPA, que já tinha, em 92, a sua situação já comprometida, se qualquer projeção no plano estratégico do BANESPA que nós puxarmos apontaria para uma dificuldade que ele estaria vivendo, nesse crescimento, até 94? Porque, tirando a redução do aumento que nós tivemos, na verdade, do depósito bancário, que tem que ser colocado — eu não sou do setor; não sei —, em julho foi colocado, na verdade, para que aumentassem os depósitos. Tirando o problema da taxa de juro que aumentou, alguma outra decisão mais séria teria que ser tomada, para que o banco não chegasse nessa situação em 94. No acordo que foi feito, na renegociação da dívida que foi feita aqui, em 92, eu sei que o Estado de São Paulo achou uma forma de sobreviver e ia acabar, depois, renegociando ou não. Não quero, aqui, discutir a renegociação da dívida do Governo de São Paulo, mas foi uma renegociação que tiraria o BANESPA? Ou o BANESPA arcou, naquele momento, com problemas que depois acabaram levando-o a essa situação em que está? Naquela dívida, já não tinha que ter ficado claro como é que o Governo, também, devia estar pegando dinheiro do Governo Federal, para, então diminuir a dívida antes de quebrar o BANESPA? Não teria sido esse o momento adequado em que a gente deveria ter tomado ações importantes, para evitar que o BANESPA chegasse onde chegou em 94? Para evitar aqui, por causa do horário, mas sem essas três perguntas eu não conseguiria continuar acompanhando meu raciocínio até uma próxima vez.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Perfeito. O senhor, por favor, me ajude. Eu vou tentar responder de trás pra frente — me parece mais fácil. Eu não participei das tratativas em 1992. Eu nem cogitava (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor disse que foi vice em 93 e foi presidente em 94. Mas o senhor analisou. Foi logo em seguida, quando o senhor entrou. Eu queria sua posição como presidente.

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Perfeito. Eu conversei com... Nós temos conversado, todos os ex-administradores. Nós somos cerca de 110 pessoas. Principalmente aqueles que eram presidentes, vira e mexe, conversam sobre a



questão. Eu ouvi dos outros presidentes do banco, presidentes e vice-presidentes da época em que foi renegociado isso, que se pretendia uma coisa diferente. Parece que se pretendia, inclusive, uma operação externa, de juros mais baratos, de prazo mais longo, alguma coisa assim. Não tem um (*ininteligível*). Eu até não tenho maiores detalhes, mas se pretendeu e não se conseguiu. O Banco Central não permitiu, naquela ocasião, em 92, que fosse feito um projeto. Então, o que nós tínhamos? Nós tínhamos um estoque de dívida, que foi construído ao longo de algumas décadas — três ou quatro décadas. Nós tínhamos um fato consumado dentro do BANESPA. O que a autoridade monetária de então, em 92, autorizou foi isso. Foi isso que me explicaram. Era uma boa operação? Do ponto de vista do banco, não. De forma alguma. Tanto não era boa... Eu estou falando de 85%. O número que eu tenho, data, 30 de setembro de 94, é: 79% das operações de crédito do banco estavam com o Estado. Esse é um bom dado? Não. Não é um bom dado, lógico. Do ponto de vista jurídico, embora eu não seja advogado, mas talvez tendo uma atitude de atrevimento, dizem que, constitucionalmente, está previsto que a figura do Estado é solvente por natureza. Isso foi o que os advogados andaram me falando. Se isso é verdade, então, teoricamente, não poderia haver a insolvência. Mas, a iliquidez pôde e aconteceu. Então, quer dizer, esse estrangulamento de um estoque de dívida, construído durante décadas, e a concomitância de um arrocho monetário sem precedentes... Nós tivemos algo parecido no Plano Collor, quando tivemos aquela retenção das importâncias das pessoas. Então, agora, a nível de política monetária, foi o arrocho mais violento que nós tivemos. Então, essa combinação da inelasticidade dos créditos junto ao Estado, concomitantemente a um grande arrocho monetário, levou o banco ao estrangulamento. O que se esperava é que, da mesma forma que em 92, em 90 e em outros anos, realmente houvesse um esforço conjunto — Governo Estadual, Governo Federal e banco — esforço que, infelizmente, não chegou a bom termo. Eu também concordo com o senhor, Sr. Deputado, que a única solução prática e objetiva que o Estado de São Paulo poderia buscar seria uma operação como essa que Mário Covas fez. Eu acho que ela foi brilhante. Ela foi a melhor operação que era possível. Até então, era a melhor operação de Estado (*ininteligível*) de dívida de Estado, e, sem uma participação do Governo Federal, seria impossível. Mas eu queria lembrar também o seguinte: os ativos monetários vivem tudo numa mesma comunidade. Havia títulos



públicos federais e títulos públicos estaduais; e os Estados foram estimulados, induzidos até a fazer essas operações no passado. Então, a hora que se promove um arrocho monetário, seria necessário, como propusemos nas nossas idéias, que considerássemos os títulos públicos estaduais. Se isso fosse considerado, nós não teríamos tido o estrangulamento que tivemos. Tenho a impressão de que eu respondi as três...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Respondeu. Para mim, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu tenho apenas... Em primeiro lugar, eu havia recebido uma questão, formulada por um funcionário do BANESPA, Sr. Laércio Ranieri, mas o Sr. Meinberg já respondeu. Ele gostaria de perguntar o que aconteceu no caixa do BANESPA, a partir de agosto/setembro de 94 até o dia da intervenção. Inclusive, ele explica: era e é uma prática rotineira, no fechamento do dia, na posição do caixa de um banco, junto ao Banco Central, recorrer aos bancos do sistema, cessão de disponibilidade, empréstimo interbancário por um dia. Normalmente, quem mais cedia ao BANESPA era, então, o BRADESCO e o Itaú. A partir de agosto/setembro de 94, de repente, aqueles bancos negaram ceder disponibilidade ao BANESPA, que foi obrigado a solicitar redescontos no Banco Central etc. Estavam criadas, programadamente, segundo ele, as condições necessárias para uma intervenção. E falava-se que os referidos bancos receberam orientações do Banco Central para assim proceder. Então, como isso já foi respondido pelo senhor, eu só tenho uma dúvida que me ficou, que é a seguinte: de acordo com a lei, o balanço de 94 deveria ter sido assinado pelos interventores e também pelos diretores. Os senhores assinaram o balanço?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Nós viemos a assinar, posteriormente, a publicação de um balanço de 31 de dezembro, apenas firmado pelos interventores. Nós viemos, após sermos chamados a conhecer, a assinar um balanço com data de 30 de dezembro, ou seja, um dia antes. É aquela história que eu falei, que eles usaram o dia 30, sexta-feira, e o dia 31, sábado. Fizeram um balanço para os intervindos, digamos assim, data de 30, e um balanço para os interventores, com data de 31. Aquele de 30, nós viemos assinar com ressalvas, ressalvas que eu entreguei ao senhor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Quer dizer que, se não me falha a memória, pela lei, deveria ser um único balanço que os senhores teriam que assinar, e todas as ressalvas deveriam ser colocadas no corpo do balanço?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Sim. Mas elas não foram colocadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Isso não foi cumprido pelo Banco Central?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – As ressalvas não foram publicadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – As ressalvas não foram publicadas até hoje?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Que me consta, até hoje. Não tenho certeza absoluta, mas eu acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Ficaram só dentro do Banco Central?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Dentro do BANESPA, se eu não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – É. Do BANESPA. Não chegou nem ao Banco Central?

O SR. CARLOS AUGUSTO MEINBERG – Eu acho que está... foi entregue na contabilidade do banco, à época.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Está certo. Indago dos Srs. Deputados se há mais alguém que queira... Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, mas antes convoco reunião para amanhã, às dez horas, no Plenário 13, com a seguinte pauta: audiência pública para tomada de depoimento do Sr. Manoel Lucídio de Loiola, Subprocurador-Geral do Banco Central do Brasil. Quero agradecer a presença e os esclarecimentos do Sr. Carlos Augusto Meinberg, último presidente do BANESPA antes da decretação do RAET. As suas palavras e os seus esclarecimentos serão muito importantes para que esta Comissão chegue ao seu destino final, ao seu desiderato, que é exatamente o de apurar, com toda tranqüilidade, o que realmente aconteceu na intervenção e também durante o período do Regime de Administração Especial Temporária. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.